



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

2 - ATAS

- 2.1 - 44ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.2 - 30ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à realização do ciclo de debates Contribuição das Engenharias para o Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais
- 2.3 - 4ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.4 - Reuniões de Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS



DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.591/2014

Abre crédito suplementar ao orçamento da Assembleia Legislativa utilizando como fonte recursos resultantes da anulação parcial de dotações orçamentárias do próprio orçamento.

A Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no inciso V do *caput* do art. 62 da Constituição do Estado e no art. 9º da Lei nº 21.148, de 15 de janeiro de 2014, que autoriza a Assembleia Legislativa a abrir créditos suplementares ao seu orçamento até o limite de 10% (dez por cento) da despesa nele fixada,

DELIBERA:

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar ao orçamento da Assembleia Legislativa no valor de R\$5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais), na forma constante no Anexo I desta deliberação.

Art. 2º - Para fins do disposto no art. 1º desta deliberação, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa, na forma constante no Anexo II.

Art. 3º - Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, 2 de junho de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente

Ivair Nogueira, 1º-vice-presidente

Hely Tarquínio, 2º-vice- presidente

Adelmo Carneiro Leão, 3º-vice-presidente

Dilzon Melo, 1º-secretário

Neider Moreira, 2º-secretário

Alencar da Silveira Jr., 3º-secretário

ANEXO I

(a que se refere o art. 1º da Deliberação da Mesa nº 2.591, de 2 de junho de 2014)

SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (R\$)
1.01.1-01.122.701-2.009.0001-4.4.40-0-10-1	3.200.000,00



1.01.1-01.122.701-2.009.0001-4.4.90-0-10-1	2.000.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	5.200.000,00

ANEXO II

(a que se refere o art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.591, de 2 de junho de 2014)

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (R\$)
1.01.1-01.122.701-2.009.0001-3.1.90-0-10-1	5.200.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	5.200.000,00

**ATAS****ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/6/2014****Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Neider Moreira e da Deputada Liza Prado**

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Questão de Ordem - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 5.267 a 5.271/2014 - Requerimentos nºs 8.230 a 8.233/2014 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Educação e do Trabalho - Interrupção dos Trabalhos Ordinários - Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado João Vítor Xavier - Entrega de Título - Palavras do Desembargador Antônio Armando dos Anjos - Palavras do Presidente - Apresentação Musical - Reabertura dos Trabalhos Ordinários - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.552/2013; aprovação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Genaro - Bosco - Braulio Braz - Cabo Júlio - Celinho do Sinttrocel - Dalmo Ribeiro Silva - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gil Pereira - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Mário Henrique Caixa - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Wander Borges.

Abertura

O presidente (deputado Neider Moreira) - Às 14h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

- O deputado Mário Henrique Caixa, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, serei breve. Primeiramente, parabeno o deputado Caixa pela leitura. Só faltou gritar "caixa!" ao final, depois de leitura tão rápida. Sr. Presidente, hoje, dia 5 de junho, é o Dia Mundial do Meio Ambiente, por isso pedi para fazer esse registro, até para que conste na ata da próxima reunião. O Brasil obteve um prêmio, diria, um dos mais importantes que poderemos obter nesta década e neste milênio. O Brasil foi apontado pela ONU, deputado Durval Ângelo, como o principal exemplo de sucesso na redução do desmatamento. Esse foi um estudo da Organização das Nações Unidas, que vai ressaltar especialmente a redução do desmatamento na Amazônia, dizendo ser a maior floresta tropical do mundo. A criação de áreas de proteção ambiental, a partir da segunda década de 1990, e as moratórias acordadas com as empresas privadas de soja e de carne fizeram com que essas mudanças pudessem ocorrer. Ressalta, ainda, o relatório que as reservas indígenas foram fundamentais. Hoje estamos tendo um debate sobre se essas reservas indígenas passam a ser demarcadas pelo Congresso Nacional ou pela Funai e temos um relatório da ONU dizendo da importância que as reservas indígenas têm para a manutenção da Floresta Amazônica. O texto da ONU é cheio de elogios ao Brasil, dizendo que o Brasil escreveu o seu plano para reduzir o desmatamento em 80% até 2020 na lei nacional. Nesse meio tempo, a redução do desmatamento da Amazônia trouxe uma contribuição no combate à mudança climática maior que em qualquer outro país na Terra. É algo, portanto, que temos a comemorar no meio ambiente. Vamos ter a Copa do Mundo agora. Assim, o mundo está olhando o Brasil. E olhá-lo como o país que realiza a Copa das Copas, olhar o Brasil como o país que mais contribuiu para combater o desmatamento no mundo é realmente um orgulho para nós, brasileiros, ao contrário de alguns setores no Brasil que querem e persistem em ver o Brasil com pessimismo, com espírito de vira-lata, que devemos repudiar. Acho que é hora de comemorar o Brasil. Termina apenas dizendo que, infelizmente, não podemos dizer o mesmo em relação à questão ambiental de Minas Gerais. Minas adquiriu agora o título de pentacampeão de desmatamento da mata atlântica. Esse é o título adquirido por Minas

Gerais. Somos pentacampeões. Isso se deve a empresas de reflorestamento que, na verdade, são as plantadoras de eucalipto, que têm aqui em Minas uma espécie de casa da mãe joana; e ao mesmo tempo diz respeito também a Minas Gerais no que se refere à política para as empresas mineradoras, que aqui tudo desmatam e colocam a mata atlântica dessa forma. Então, que Minas Gerais possa, no futuro, seguir o exemplo do Brasil e ganhar esse honroso título da ONU -de país que, na última década, mais contribuiu para o mundo do ponto de vista de terminar com o desmatamento -e, nesse sentido, dar essa oferta ao mundo. Parabéns ao povo brasileiro! Parabéns ao Brasil, que agora faz a Copa das copas e, certamente, caminha para dar um exemplo ao mundo de organização do nosso esporte. Muito obrigado.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente - Não havendo correspondência a ser lida, a presidência passa a receber proposições.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 5.267/2014

Declara de utilidade pública a Associação Restaurando Vidas, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Restaurando Vidas, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2014.

Fred Costa

Justificação: A Associação Restaurando Vidas, com sede no Município de Belo Horizonte, fundada em 2011, é entidade filantrópica, sem fins lucrativos e de duração indeterminada.

Acatando totalmente suas finalidades sociais e estatutárias, a entidade exerce sua função plena e regular há mais de um ano. Tem por finalidade atuar nas áreas de cultura, trabalho voluntário, qualidade de vida, saúde, bem-estar coletivo e formação ampla da cidadania, organizando eventos e atividades em grupo.

A obtenção do título de utilidade pública é de incalculável importância para a entidade, por viabilizar parcerias com diversos órgãos públicos estaduais, garantindo a continuidade dos múltiplos projetos da instituição.

Contamos com o apoio de nossos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei, que acreditamos ser justo e importante para o Estado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.268/2014

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catas Altas da Noruega - Apae de Catas Altas da Noruega -, com sede no Município de Catas Altas da Noruega.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º- Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catas Altas da Noruega - Apae de Catas Altas da Noruega -, com sede no Município de Catas Altas da Noruega.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2014.

Bonifácio Mourão

Justificação: A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Catas Altas da Noruega, com sede no Município de Catas Altas da Noruega, há quase dez anos vem desenvolvendo um papel relevante na comunidade que representa, através de atividades que visam promover a assistência educacional, cultural, desportiva e à saúde das pessoas com deficiência do município.

Outrossim, a Apae de Catas Altas da Noruega colabora para promover a integração social, o auxílio familiar e todo o amparo necessário à defesa dos direitos dessas pessoas, visando oferecer condições de manutenção da dignidade humana, garantida em nossa Constituição Federal.

O presente processo encontra-se amparado pela Lei nº 12.972, de 27/7/1998, razão pela qual contamos com o apoio de nossos pares para a aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e da Pessoa com Deficiência, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.269/2014

Declara de utilidade pública a Associação Amigos da Equoterapia Recanto do Cavalo - Aaerc -, com sede no Município de Campo Belo.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Amigos da Equoterapia Recanto do Cavalo - Aaerc -, com sede no Município de Campo Belo.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2014.

Duarte Bechir



Justificação: Esta proposição visa a declarar de utilidade pública a Associação Amigos da Equoterapia Recanto do Cavalo – Aaerc -, com sede no Município de Campo Belo. Trata-se de sociedade civil, em pleno funcionamento desde sua fundação, sem fins lucrativos e com duração indeterminada. Sua finalidade é prestar serviços de equoterapia, equitação e hidroterapia; desenvolver atividades culturais, esportivas, recreativas e de lazer; prestar assistência social e oferecer cursos em diversas áreas, integrados ao mercado de trabalho, visando a reabilitação de pacientes, sejam pessoas com necessidades especiais ou não.

Pretende-se com este projeto assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades, tendo em vista que ela atende os requisitos da Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

Por estas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.270/2014

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Várzea Santo Antônio e Adjacências, com sede no Município de Itamarandiba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Várzea Santo Antônio e Adjacências, com sede no Município de Itamarandiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2014.

Paulo Guedes

Justificação: Esta proposição visa a declarar como de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Várzea Santo Antônio e Adjacências, com sede no Município de Itamarandiba.

Em pleno funcionamento desde sua fundação, a entidade é uma associação civil sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminado. Tem como algumas de suas finalidades: fortalecer as organizações econômicas, sociais e políticas dos produtores rurais; racionalizar as atividades econômicas desenvolvendo formas de cooperação que ajudem a produção e comercialização; garantir os direitos dos associados junto ao poder público, principalmente no atendimento das necessidades de educação, saúde, habitação, transportes e lazer; contribuir para a organização de movimentos voltados para a proteção e a preservação ambiental; elaborar programas de incentivo à educação, cultura, lazer e esporte; combater a fome e a pobreza; proteger a saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice, entre outros.

A documentação apresentada confirma que a sua diretoria é constituída por pessoas idôneas e não remuneradas e que a entidade está em funcionamento regular, atendendo, desta forma, aos requisitos legais. Pretende-se então com este projeto assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento de suas atividades, tendo em vista que ela atende os requisitos constantes na Lei Estadual nº 12.972, de 27/7/1998.

Por essas razões, conclamo meus nobres a aprovar esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 5.271/2014

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Mandiocaçu, com sede no Município de Itamarandiba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Mandiocaçu, com sede no Município de Itamarandiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 5 de junho de 2014.

Paulo Guedes

Justificação: A proposição em tela visa a declarar como de utilidade pública a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais do Mandiocaçu, com sede no Município de Itamarandiba.

Em pleno funcionamento desde sua fundação, a entidade é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com duração indeterminada, e tem, entre outras finalidades, fortalecer as organizações econômicas, sociais e políticas dos produtores rurais; racionalizar as atividades econômicas, desenvolvendo formas de cooperação que ajudem a produção e a comercialização; garantir os direitos dos associados junto ao poder público, principalmente no atendimento das necessidades de educação, saúde, habitação, transporte e lazer; contribuir para a organização de movimentos voltados para a proteção e preservação ambiental; elaborar programas de incentivo à educação, cultura, lazer e esporte; combater a fome e a pobreza; proteger a saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice; integrar seus beneficiados no mercado de trabalho; e reabilitar pessoas portadores de necessidades especiais.

A documentação apresentada confirma que a sua diretoria é constituída por pessoas idôneas e não remuneradas e que a entidade está em funcionamento regular, atendendo, desta forma, aos requisitos legais. Pretende-se, então, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que ela atende os requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/1998.

Por essas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovarem esta proposição.



- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Política Agropecuária, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 8.230/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 48º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 28/5/2014, em Ibitité, que resultou na recuperação de um veículo e na prisão de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 8.231/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 27º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/6/2014, em Juiz de Fora, que resultou na apreensão de drogas, celulares e uma balança de precisão e na prisão de quatro pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 8.232/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 30º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 3/6/2014, em Brasília de Minas, Campo Azul e Ponto Chique, que resultou na apreensão de armas e na prisão de três pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 8.233/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 39º Batalhão de Polícia Militar, no Batalhão Rotam e no Batalhão de Radiopatrulhamento Aéreo da PMMG, pela atuação na ocorrência, em 3/6/2014, em Contagem, que resultou na apreensão de dois adolescentes e na prisão de um jovem, que roubaram um carro e fizeram um homem refém; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências com vistas à concessão de recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Comunicações

- São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Educação e do Trabalho.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O presidente - A presidência, nos termos do § 1º do art. 22 do Regimento Interno, interrompe os trabalhos ordinários para destinar a 1ª Parte desta reunião à entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais para o desembargador Antônio Armando dos Anjos.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à entrega ao Sr. Antônio Armando dos Anjos, desembargador do Tribunal de Justiça, do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido, a requerimento do deputado João Vítor Xavier, pelo governador do Estado por meio de Decreto NE nº 473, de 3/9/2013, publicado no *Diário do Executivo* em 4/9/2013.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a compor a Mesa os Exmos. Srs. desembargadores Herculano Rodrigues, presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Antônio Armando dos Anjos; e Herbert José Almeida Carneiro, este presidente da Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis; e André Sopas de Melo Bandeira, cônsul de Portugal em Belo Horizonte; a Exma. Sra. Ana Maria dos Anjos, esposa do homenageado; e o Exmo. Sr. deputado João Vítor Xavier, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. desembargadores Almeida Melo, 1º-vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG; José Antônio Bahia Borges, 2º-vice-presidente do TJMG; Manoel Bravo Saramago, 3º-vice-presidente do TJMG; Doorgal Gustavo Borges de Andrada, ouvidor do TJMG; e Luiz Odeber de Lages Filho, corregedor do Tribunal de Justiça; Afonso Celso Raso, presidente do América Futebol Clube, clube do qual é conselheiro o homenageado desta tarde; Raul Penna, presidente da Federação das Câmaras Portuguesas; e Sérgio Murilo Braga, presidente da Caixa de Assistência dos Advogados da OAB Seção Minas Gerais.

Registramos mensagem que nos foi enviada pelo Exmo Sr. senador Aécio Neves, por meio da qual lamenta a ausência em razão de compromissos agendados previamente, cumprimenta o homenageado pela concessão do título, assim como o deputado João Vítor Xavier, autor do requerimento que solicitou a concessão do título.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado João Vítor Xavier

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, querido amigo e colega. Registro em público que V. Exa. é um dos grandes presidentes desta Casa que, ao final deste ano, deixará uma marca irretocável na história da Assembleia, de transparência, honestidade, correção, diálogo com a população de Minas Gerais. Deputado Dinis Pinheiro, V. Exa. deixará para sempre a grande marca de ter sido talvez o presidente que mais abriu esta Casa à população de Minas Gerais, ao diálogo, ao debate, à construção coletiva. Então receba meu abraço, minha homenagem, meu cumprimento pelos dois brilhantes mandatos à frente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; desembargador Joaquim Herculano, quero deixar também o meu abraço e o registro da profunda satisfação e orgulho que todos nós, mineiros, temos pelo seu trabalho à frente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; cumprimento nosso homenageado, de quem falarei um pouco mais à frente de maneira mais detida, desembargador Antônio Armando dos Anjos, muito obrigado por aceitar esta homenagem, aprovada por todos os pares desta Casa; cumprimento o desembargador Herbert José Almeida Carneiro, presidente da Amagis; e o cônsul de Portugal em Belo Horizonte, André de Melo



Bandeira; cumprimento o meu querido amigo desembargador Alexandre Vítor de Carvalho, pessoa fundamental nesta homenagem, por cujo intermédio cumprimento todos os desembargadores aqui presentes; ele foi o autor da ideia desta homenagem, mais do que justa e correta; cumprimento também os queridos amigos desembargadores Eduardo Machado, Manuel Bravo Saramago e todos os outros aqui presentes; cumprimento D. Ana Maria dos Anjos, esposa do desembargador Antônio Armando dos Anjos, e seus filhos Luiz e Juliana, na pessoa dos quais cumprimento toda a família, aqui presente.

Começo dizendo que é um privilégio até histórico a coincidência da data desta homenagem, um dia após esta Casa ter aprovado a lei de reorganização do Judiciário do Estado em 1º turno, também num grande consenso, numa construção coletiva, com a participação de todos os partidos da base do governo e da oposição, em parceria com a Amagis e o Tribunal de Justiça, ouvindo os principais interessados e os maiores conhecedores da causa jurídica no nosso Estado, sob a batuta do presidente Dinis Pinheiro. Pela maneira como foi construída, ouvindo especialmente V. Exas., que são os grandes conhecedores da mecânica jurídica do nosso Estado, a partir da aprovação em 2º turno, teremos condição de ter um Judiciário ainda mais ágil, ainda mais efetivo e ainda mais sintonizado com os novos tempos e com os anseios da população de Minas Gerais, quando todos os senhores e senhoras terão oportunidade de exercer, de maneira ainda mais plena e ainda melhor, a função tão importante de julgar os destinos do nosso Estado e da nossa população. Esta homenagem a um grande desembargador, a um homem do Judiciário, acaba sendo uma coincidência das mais positivas. Acredito que dentro em breve essa legislação será aprovada em 2º turno nesta Casa, como uma maneira de contribuição do Parlamento mineiro para termos um Judiciário ainda melhor, haja vista a qualidade de todos os homens e mulheres que compõem o Judiciário de Minas Gerais.

Meu caro amigo e homenageado da tarde de hoje, querido americano Antônio Armando dos Anjos, que privilégio conceder-lhe esta homenagem! No momento em que meu caro amigo Alexandre Vítor de Carvalho, trazendo um pedido de vários colegas e desembargadores, sugeriu-nos que se fizesse esta reunião e por tudo o que conhecemos do passado, do trabalho e da história de luta e de vida íntegra correta e honrada de V. Exa., senti-me extremamente privilegiado de poder trazer essa proposição à Casa. Além disso, ainda mais feliz de receber o apoio de todos os colegas e de muitos que aqui se fazem presentes neste momento para homenageá-lo, assim como sua história e biografia.

Com a presença do cônsul de Portugal, quero que esta homenagem prestada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais se torne muito mais do que uma homenagem ao senhor, mas a toda a colônia portuguesa no Estado de Minas Gerais. Além disso, a todos aqueles que, como o senhor, ousaram atravessar o Bojador e, com isso, atravessaram a dor, singraram mares e conquistaram novas terras, trazendo a contribuição que é fundamental para o nosso país.

Muitos povos têm o privilégio de apresentar suas conquistas e revoluções de modernidades tecnológicas da indústria e do comércio. Não tenho dúvida nenhuma de que a maior invenção da história da humanidade foi a do povo português, que, em 1808, com a vinda da família real para cá, deixou de ser apenas colonizador e construiu a miscigenação, que é a maior marca do nosso povo, da nossa cultura e história. De todos os povos que desbravaram o mundo, os portugueses foram os que mais se permitiram misturar, miscigenar. Além disso, desde o início da história permitiriam um termo que hoje é usado diariamente por todos nós: “globalização”. Na realidade, a globalização começou com as caravelas há mais de 500 anos, com a chegada do povo português por aqui. Outros povos que colonizaram países vizinhos e outras terras se mantiveram num sistema de *apartheid* até um passado próximo. Ao contrário do povo português, que se misturou, fez-se novo e criou a nossa raça - hoje raça brasileira, mistura de negro, índio e português - e que, sem sombra de dúvida, é o povo do futuro, que já mostra o caminho do futuro para a nossa humanidade. Ao longo das próximas décadas e dos próximos séculos, não será possível a todos os povos não passarem por esse caminho por que passou o povo português há 500 anos: processo da miscigenação, da mistura de raças e da construção de uma única raça e de um só povo, um povo globalizado, unido e que constrói uma nova sociedade no mundo.

Por isso esta homenagem ao desembargador Antônio Armando dos Anjos se estende a toda a colônia portuguesa que construiu a nossa história e os nossos caminhos e fez do Brasil esta nação unida num só povo, numa só língua, raça e história. As marcas portuguesas no Brasil serão eternas, em especial na nossa Minas Gerais, que, sem sombra de dúvida, é o Estado mais português do Brasil pela nossa culinária, que muito lembra a culinária do Alentejo. Além disso, pela nossa arquitetura, por exemplo, da nossa Ouro Preto, que muito lembra a que temos ao Norte de Portugal, à beira do Rio Douro, e pela característica de um povo pacífico e harmônico, mas que guarda em suas raízes um profundo sangue guerreiro e lutador.

Nenhum povo conquista o mundo nem sai pelos oceanos se não tiver alma guerreira e desbravadora. Essa alma guerreira é a base da nação portuguesa desde a formação do Estado português por intermédio de D. Afonso Henriques, que, ao separar-se do Reino de Castela e Leão, rompeu seus laços não apenas com o que seria o Estado espanhol, mas também familiares, no momento em que cortou a cabeça da própria mãe para declarar a fundação e a independência de Portugal.

Ali ele declarava o início de um novo povo que seria de extrema importância para o mundo, não apenas por esta que se tornou a primeira colônia e depois a grande casa portuguesa no mundo, mas também por todos os passos que o povo português deu, de Leste a Oeste, de Norte a Sul, na suas colônias na África, no seu processo de descoberta do Oriente através de Macau; e por tudo que o povo português construiu durante quase um século de exploração, de navegação e de abertura de portas mundo afora. Esse mesmo espírito guerreiro, esse mesmo sangue de luta ainda corre em todas as veias portuguesas e também, desembargador Antônio Armando dos Anjos, em toda veia brasileira. Nós, brasileiros, herdamos do povo português esse mesmo espírito de luta, essa mesma capacidade de superar as adversidades, de sonhar, de pensar e de realizar grande.

Para todo cidadão, ser homenageado por uma casa parlamentar, por um estado, tenho certeza de que é uma grande emoção. Acredito que V. Exa. se sente lisonjeado neste momento, não apenas pela singela homenagem da Assembleia Legislativa, mas também pela presença maciça dos seus amigos, dos seus companheiros que abonam e atestam que a escolha desta Assembleia Legislativa foi das mais corretas e justas. Quero dizer a V. Exa. que, se para um cidadão ser homenageado pela Assembleia ou uma câmara municipal, é uma honra, tenha certeza V. Exa. que hoje a honra é muito maior para esta Assembleia Legislativa e para o Estado de Minas Gerais. V. Exa. já é mineiro há muitas décadas, há muitos e muitos anos, mas, a partir de hoje, é mineiro de fato, de direito e de papel passado.

Mais que uma honra para o senhor, tenha certeza de que ter um mineiro do seu quilate e da sua envergadura é uma honra para Minas Gerais, para a nossa terra - terra do ouro, dos diamantes, de uma gente muito trabalhadora e identificada em seus valores, desembargador, os valores da nossa gente, da nossa terra, da nossa luta, da nossa história e da nossa tradição, tão próxima e tão ligada à tradição do povo português.

Quero ainda dizer a V. Exa. que, com as grandes homenagens, nós, mineiros, também sempre trazemos grandes responsabilidades. Hoje tenho uma ligação pessoal parlamentar muito grande com a terra de V. Exa., Portugal. V. Exa. terá a partir de hoje, como mineiro que é, a responsabilidade de construir uma ponte indissolúvel entre Minas Gerais e Portugal. O país de V. Exa. é hoje o estado mais avançado da Europa em tecnologia para as águas. Enquanto Minas Gerais tem uma média de perda hídrica que chega a 40% nas grandes cidades, a cidade de Lisboa tem uma média dessa perda de apenas 7%. Portugal é hoje o estado mais avançado da Europa em energia elétrica. Não é a toa que os chineses, numa briga voraz com a nossa Cemig, acabaram comprando a empresa de energia elétrica, extremamente interessados na enorme capacidade que os portugueses têm, hoje, de gerir a sua energia. Acima de tudo, Portugal é hoje o estado de excelência em gestão pública na Europa, e precisamos disso aqui também.

Na semana passada, conversava com o presidente da câmara de Lisboa, que me dizia, de maneira muito simples, que Portugal entendeu, por suas fronteiras diminutas, pelas sua população que não chega a metade da população de Minas Gerais, que para se tornar um estado, uma nação competitiva num mundo tão globalizado e num mundo economicamente tão forte, tinha apenas um caminho: a excelência dos serviços e da gestão pública. Esse, desembargador Antônio Armando dos Anjos, é o grande desafio que temos para o nosso país. Precisamos, numa escala gigantesca e monumental, como já dizia Chico Buarque, talvez num tom jocoso, mas ao qual a história fez justiça, fazer de nosso país hoje um imenso Portugal.

Precisamos ter aqui a revolução no transporte público que Portugal construiu nos últimos 20 anos. Precisamos ter aqui a revolução de infraestrutura urbana que Portugal construiu nas últimas duas décadas, com rodovias de primeiro mundo de ponta a ponta. Precisamos ter em nossas grandes cidades um modelo de transporte público eficiente, como o implementado em Lisboa. Precisamos ter em nosso país a gestão pública, a qualidade e a excelência do serviço público, como hoje construíram os nossos irmãos portugueses, o que é para todos nós não apenas exemplo, mas motivo de muito orgulho pelos nossos laços e pelas nossas raízes indissolúveis.

Esta é uma missão que o Estado de Minas Gerais dá a V. Exa. daqui por diante, como o mais novo cidadão mineiro e com as suas raízes em Póvoa do Concelho: traga para Minas Gerais tudo aquilo que Portugal tão bem desenvolveu nas últimas duas décadas, tudo aquilo que o povo português construiu de tecnologia e de espelho para a sociedade nos últimos 20 anos.

Precisamos, sim, fazer do nosso Brasil um imenso Portugal. Precisamos, sim, da modernidade, da tecnologia, da qualidade e dos avanços nos serviços que Portugal desenvolveu nas últimas duas décadas, porque, se aliarmos a qualidade da atual gestão pública portuguesa e da atual infraestrutura portuguesa à pujança do nosso país, seremos, sem sombra de dúvidas, a maior Nação do mundo.

Quero cumprimentar mais uma vez V. Exa. e sua família, dizer que é uma honra participar deste momento da Assembleia, agradecer a todos os pares que assinaram essa proposição, que foi aprovada por unanimidade na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, agradecer ao nosso presidente, deputado Dinis Pinheiro, pela oportunidade de realizar esta sessão solene, que tanto nos honra com a presença de personalidades tão importantes para o nosso Judiciário, a sociedade e o Estado de Minas Gerais. É uma honra, desembargador Antônio Armando dos Anjos, receber V. Exa. e sua família neste momento.

Esperamos que o senhor tenha longos e proveitosos anos de vida na nossa querida Minas Gerais, agora, de fato e de direito, um cidadão mineiro. Muito obrigado e boa tarde a todos.

Entrega de Título

O locutor - Neste momento, o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Antônio Armando dos Anjos, desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, passando-lhe às mãos o diploma. O título a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O governador do Estado de Minas Gerais, atendendo a requerimento aprovado pela Assembleia Legislativa, de autoria do deputado João Vítor Xavier, nos termos do Decreto de 3/9/2013, concede ao desembargador Antônio Armando dos Anjos o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento a sua dedicação à magistratura mineira”.

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Solicito a companhia do estimado amigo, deputado João Vítor Xavier.

- Procede-se à entrega do título.

Palavras do Desembargador Antônio Armando dos Anjos

Exmos. Srs. desembargador Herculano Rodrigues, presidente do Tribunal de Justiça; desembargador Herbert José Almeida Carneiro, presidente da Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis -; André Sopas de Melo Bandeira, cônsul de Portugal em Belo Horizonte; deputado João Vítor Xavier, autor do requerimento que solicitou a concessão deste título. A V. Exa. minha eterna gratidão.

“O mineiro traz mais individualidade que personalidade. Acha que o importante é ser, e não parecer, não aceitando cavaleiro por argueiro nem cobrindo os fatos com aparatos.” Esse pensamento é do genial João Guimarães Rosa, que, por sinal, demonstrou, com sua vida e com sua arte, a grandiosidade das pessoas e das coisas mais simples. Por isso ele abriu mão de uma situação de comodidade para buscar um conforto maior e mais verdadeiro: o aconchego do afeto e da sabedoria.

Em um mundo que passou a valorizar tanto o *status* e os bens materiais, pode-se perceber cada vez mais que os bens essenciais são de graça, como a natureza, a amizade, a gentileza, o sorriso. Na verdade, a obstinação pelo ter parece um poço fundo, um caminho sem ponto de chegada, onde o querer não encontra limite, gerando uma crescente ambição. Podem ter certeza de que essa sede sem freios de possuir não traz alegria, mas, sim, inquietação e ansiedade.

Talvez esta seja a grande mancha que tenta impregnar o ser humano desta era: a escassez de vínculos, a falta de amor ao semelhante, a busca desenfreada por um bem-estar momentâneo ou efêmero. O que é realmente fundamental não pode ficar no limbo. Ninguém pode ser feliz sem se sentir parte de um grupo, sem experimentar o amor, a compreensão, a confiança e o reconhecimento. Um dos significados de “reconhecer” do *Dicionário Aurélio* é “admitir como bom, verdadeiro ou legítimo”. Trata-se de um retorno



importante e necessário. Quero crer que o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, possui esse sentido: é uma validação das ações do agraciado. E essa constatação me deixa muito feliz e agradecido. Da mesma forma, penso que todos os que já receberam a homenagem nutrem esse bom sentimento.

Não é simples assumir uma carreira e seus desafios. É uma luta diária a demandar abnegação e paciência. Na minha experiência de 29 anos de profissão, posso falar que estou contente com a minha escolha, pois me sinto realizado com a magistratura. Porém, preciso dizer que se trata de uma missão árdua. A decisão judicial está sempre debatendo com as razões do coração, com os ditames da consciência, com as exigências da lei, com os clamores sociais. Existem muitas expectativas em torno dos julgamentos e do Judiciário. Há uma forte expectativa de que o juiz possa resolver as grandes questões sociais, especialmente a violência e a criminalidade. Estejam convictos de que essa não é uma demanda fácil de ser atendida.

Lembro-me de que o Poder Judiciário age sobre os efeitos, e, é claro, a Justiça precisa ser eficiente, visando combater ou coibir outros atos criminosos. A Justiça Criminal gera intensas discussões. As opiniões divergem: alguns defendem a redução da maioria penal; outros querem mais rigor para reduzir a violência; muitos acreditam que a coerção deve ser imediata, ou seja, cometido o crime, as consequências devem ser percebidas prontamente. Há ainda uma forte corrente no sentido da humanização da pena, como alternativa para a recuperação e reinserção do apenado.

Minha trajetória na área criminal vem confirmar, a cada dia, como é difícil atender aos anseios. O ideal seria mais eficiência em ações preventivas, para que o castigo representasse uma exceção. Enquanto sonhamos com uma sociedade mais harmoniosa e solidária, vamos idealizar e colocar em prática ações inovadoras, capazes de transformar a nossa realidade, resgatando valores primordiais. Carlos Drummond de Andrade disse: "O Estado mais tipicamente conservador da União abriga o espírito mais livre". Pode ser esse o motivo de ter vingado em Minas o método da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac -, cujo objetivo é humanizar a execução da pena baseando-se em princípios como participação da comunidade; trabalho; religião; assistência jurídica e à saúde; valorização humana; família, entre outros. Da mesma forma, o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental - PAI-PJ - é outra iniciativa bem-sucedida da execução penal que conjuga tratamento, responsabilidade e inserção na sociedade dos portadores de sofrimento mental que cometeram crimes.

Minas Gerais é um solo fértil onde as boas ideias florescem e as boas ações se consolidam. Por isso tenho um orgulho enorme de me tornar, oficialmente, cidadão mineiro, pois de coração já o sou há muito tempo. Nasci em Portugal, em Póvoa do Concelho, vim para o Brasil em novembro de 1956, para Minas Gerais, Belo Horizonte. Lembro-me da viagem de navio: foram 11 dias. Há também outro detalhe inesquecível: nesse trajeto, completei 11 anos de idade, no auge do entusiasmo para viver novas experiências.

Aqui construí a minha vida pessoal e profissional, a minha família, as minhas amizades e parcerias. Em meio a essa gente afável, construí laços indissolúveis, porque mineiro é essência e não vive de aparência, como disse Guimarães Rosa. Nessa efervescência, tornei-me esse senhor na melhor idade, valendo-me do conveniente eufemismo, com raízes em terras mineiras, com sonhos e esperanças aqui construídos e fortificados.

Esse título vem coroar minha devoção às Minas Gerais e, sobretudo, minha gratidão. Todo reconhecimento é uma chama que valida o nosso percurso e nos convida a vencer a nova etapa. Tem o poder de nos revigorar, proporcionar ânimo novo para seguir em frente. Agradeço à Assembleia Legislativa, ao seu presidente, Deputado Dinis Pinheiro, a todos os integrantes desta Casa pela homenagem. Não poderia deixar de fazer uma referência especial ao Deputado João Vítor Xavier, de quem partiu a indicação do meu nome para o recebimento de tão grande honraria.

Expresso publicamente enorme gratidão a minha família, fonte inesgotável de força e estímulo: a minha mãe Albertina e o meu saudoso pai José Joaquim, a minha esposa Ana, os meus filhos Juliana e Luiz, o meu genro Rodrigo, os meus netos Rodrigo e Maria Eduarda, a minha irmã Delmina, o meu cunhado Antônio Delgado e os meus sobrinhos e primos. Obrigado por tudo!

Citando o nome do presidente, desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, quero agradecer aos dedicados magistrados e servidores do Judiciário de Minas. A Casa da Justiça é o espaço da minha realização pessoal e profissional, onde diariamente encontro colegas, notadamente os componentes da 3ª Câmara Criminal: desembargadores Antônio Carlos Cruvinel, Paulo César Dias, Eduardo César Fortuna Grion e a desembargadora Maria Luíza de Marilac Alvarenga Araújo. Permitam-me fazer também referência ao desembargador Alexandre Victor de Carvalho, um dos responsáveis por esta homenagem. Obrigado.

Diante desta honraria, só posso reafirmar o meu compromisso com a magistratura e com a sociedade mineira e declarar o meu empenho em promover o bem para essa gente que me acolheu de braços abertos e me fez sentir um filho desta terra. Existem várias tentativas de explicar o jeito mineiro de ser. Segundo Gustavo Capanema, as qualidades do mineiro: no do Sul, a calma, a paciência, a serenidade; no da Zona da Mata, a bravura, a dureza, a teimosia, a energia, a pugnacidade; no das montanhas e da mineração, o idealismo, o sonho, a filosofia, o quixotismo. Qualidades gerais: a fé, a probidade, a pobreza conformada, a ironia, o tato. Que me perdoe Gustavo Capanema pela "pobreza conformada", mas creio que gente é para ter fartura e alegria, para viver bem, rodeado de familiares e amigos, de pessoas fiéis, íntegras e valorosas.

Em Minas, estamos cercados de montanhas, afetos, casos, uma boa conversa, uma mão estendida e um abraço caloroso. Esses valores precisam ser preservados, tornando-se referência para outras pessoas do Brasil e do mundo. Cabe a nós, mineiros de alma, manter a tradição, resgatar o que melhor define o mineiro: esse espírito solidário, essa disposição para abrir a casa e o coração para o outro. Muito obrigado.

Palavras do Presidente

Os senhores estão testemunhando este belo momento. Aliás, um sentimento duplo de alegria: no primeiro momento, a bela oportunidade de aplaudir essa saga luminosa de fé, coragem e abnegação. Por outro, esse momento superespecial e brindado com uma aula de história lindíssima do querido e fraterno amigo deputado João Vítor Xavier. Só espero que, na próxima oração que ele vier a proferir, possa se aprofundar ainda mais e falar um pouco de D. Diniz. É bom que ele seja lembrado nessa belíssima história de Portugal. Aliás, foi lembrado aqui, D. Diniz, o lavrador. É verdade. Lavrador e que escreveu uma belíssima história à frente de Portugal. Um exemplo de gestor, de homem, de ser humano.



Quero saudar aqui o desembargador Joaquim Herculano Rodrigues, presidente do Tribunal de Justiça, esse mineiro extraordinário de grande valor, que consegue personificar de forma rara a alma do mineiro e possuidor de valores incontáveis. Estou tendo a felicidade de andar por Minas ao seu lado e vejo como ele é sempre recepcionado com carinho e com ternura pelos mineiros e mineiras. Imprimiu um ritmo fantástico à frente do Judiciário e está fazendo um trabalho verdadeiro, que enche de orgulho o coração dos mineiros. É uma alegria enorme rever o dileto amigo Joaquim Herculano.

Quero reafirmar mais uma vez o nosso aplauso, o nosso carinho, a nossa reverência a essa irrepreensível história de vida do desembargador Antônio Armando dos Anjos, um grande ser humano, um grande jurista, possuidor de saber jurídico de elevado conteúdo. Aproveito o ensejo para abraçar a sua esposa Ana Maria e seus filhos Luiz e Juliana. Quero também cumprimentar os demais familiares e os netos. Quando falou o nome daquela bonequinha ali, ela sorriu. Aliás, que lindo sorriso. Parabéns por essa família tão linda.

Também quero saudar o nosso fraterno amigo desembargador Herbert José Almeida Carneiro, presidente da Amagis, esse amigo de fê, companheiro valente, guerreiro obstinado na luta por um Judiciário cada dia melhor, independente, célere, rápido. É uma alegria enorme revê-lo; e o Sr. André Sopas de Melo Bandeira, cônsul de Portugal em Belo Horizonte. É uma alegria muito grande tê-lo conosco. Mais uma vez quero aplaudir essa jovem figura, grata revelação que muito enaltece esta Casa com seu brilhantismo, com seu vigor, com seu brio, com sua raça, o dileto amigo João Vítor Xavier, que teve a felicidade de nos brindar com esse momento tão auspicioso. Quero abraçar a todos os deputados e deputadas aqui presentes, de forma especial a deputada Liza Prado, essa mulher guerreira, destemida, que carrega Minas no coração. Quero saudar os senhores e as senhoras. Permitam-me, de forma muito especial, abraçar aquele menino ali, o Dr. José Murilo Procópio de Carvalho, esse grande mineiro por quem devoto muito apreço e carinho. Enfim, saúdo a todos e quero aqui registrar a nossa reverência, o nosso carinho e aproveito para abraçar esse coral que vai alegrar sobremaneira o nosso coração.

Quero por último abraçar o Acir Antão, que está ali quietinho, aquele bom mineiro, de alma boa, de boa paz, de boa prosa e de boa conversa. Acir, na sua pessoa quero cumprimentar e saudar a imprensa, sempre vigilante e questionadora, mas imprescindível à nossa democracia, que tem ofertado a todos nós os melhores caminhos.

Senhoras e senhores, o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais, sinal de apreço, respeito e admiração, é concedido àqueles que, por suas ações e ideais, lutam bravamente para transformar nosso estado em um lugar melhor para todos os que nele vivem. Por essa razão, amigo Ximenes, é grande a satisfação que sinto em participar desta reunião especial, na qual o desembargador Antônio Armando dos Anjos é agraciado com a cidadania honorária do Estado, a ele concedida pelo governador Antonio Anastasia por meio do Decreto nº 473, de 3/9/2013, em reconhecimento a sua dedicação à magistratura mineira.

Antônio Armando dos Anjos é natural de Póvoa do Concelho, que integra o termo de Trancoso, em Portugal. Já em Minas, graduou-se bacharel em direito pela Universidade de Itaúna, em 1975, e bacharel em administração de empresas, pela UNA, em 1977. Sua incansável sede de conhecimento fez com que desse continuidade aos estudos, conquistando o título de mestre em direito empresarial pela Faculdade de Direito Milton Campos. Não se limitou à vida acadêmica e exerceu as profissões de bancário e de advogado, que sem dúvida contribuíram para que adquirisse a vivência, a experiência e a maturidade necessárias para que mais tarde pudesse exercer, com independência e serenidade, a atividade judiciária. Ingressou na magistratura em 1985, iniciando sua carreira como juiz substituto em municípios como Aimorés e Piumhi. Foi juiz de direito das comarcas de Resplendor, Ipanema e Passos. Em 1991, transferiu-se para a Comarca de Belo Horizonte, exercendo a função de juiz titular da 3ª Vara de Registros Públicos, Falências e Concordatas. Após integrar o extinto Tribunal de Alçada, tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Ocupou também cargos de destaque na Associação dos Magistrados Mineiros - Amagis -, sendo membro do Conselho Gestor, subdiretor, tesoureiro e conselheiro.

Há na Bíblia, senhoras e senhores, querido Dr. Afrânio, uma sábia orientação destinada aos que aspiram tornar-se magistrados: "Não procures tornar-te juiz se não tens força para extirpar a injustiça, caso contrário irás intimidar-te diante de um poderoso e mancharás a tua integridade". Dr. Antônio Armando dos Anjos, todavia, não poderia ter escolhido outra profissão com maior acerto. Graças à sua firmeza de caráter, à sua probidade e à sua coragem, tem exercido a magistratura com a máxima eficiência e dignidade, utilizando-se desse nobre ofício para lutar pela justiça social em um país infelizmente tão marcado pela desigualdade quanto o Brasil.

Combinando notável saber jurídico à longa experiência na magistratura, tem externado em seus votos e sentenças e artigos acadêmicos uma visão lúcida e realista dos dilemas enfrentados pelo Poder Judiciário na atualidade, sem jamais perder de vista as questões sociais relacionadas à criminalidade. Não hesita em abordar temas polêmicos, como o tráfico de entorpecentes e a violência contra a mulher, frisando que mudanças positivas da realidade brasileira não serão alcançadas apenas por meio de alterações na legislação, mas dependem de transformações culturais, políticas e institucionais muito mais profundas.

O êxito em um ofício que, em nosso país, proporciona grande prestígio, não o afastou do cotidiano da nossa população. Mantém-se crítico ao aparato coercitivo estatal, que, muitas vezes, acaba funcionando como instrumento perpetuador das desigualdades, condenando apenas os pobres e marginalizados e fechando os olhos aos delitos cometidos por membros das classes mais abastadas.

Em reconhecimento de sua postura sensata e sua atuação brilhante, angariou, ao longo da carreira, vários prêmios e condecorações, como a Medalha da Inconfidência, grau Medalha de Honra, e a Medalha do Mérito Desembargador Ruy Gouthier de Vilhena.

Disse Winston Churchill: "Todas as grandes coisas são simples. E muitas podem ser expressas numa só palavra: liberdade; justiça; honra; dever; piedade; esperança". O desembargador Antônio Armando dos Anjos tem contribuído, no exercício da função jurisdicional, para que cada um desses valores, a um só tempo singelos e grandiosos, vigorem em Minas Gerais.

Ao acolhê-lo como cidadão mineiro, expresso, também com uma só palavra plena de significado, a gratidão do povo mineiro por todos os serviços prestados ao Estado: obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Como anunciado previamente pelo presidente, deputado Dinis Pinheiro, teremos agora o prazer de ouvir a apresentação do Coral da Assembleia, sob a regência do maestro Guilherme Bragança, que apresentará as seguintes músicas: *God is a spirit*, de William Bennett, e *Carinhoso*, de Pixinguinha.

- Procede-se à apresentação musical.

O presidente - Eu disse que vocês iriam adorar, mas amaram, não é? Parabéns mais uma vez. A presidência agradece a honrosa presença das autoridades e dos demais convidados.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

A presidente (deputada Liza Prado) - Estão reabertos os nossos trabalhos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

A presidente - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, a presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões:

de Educação -aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 4/6/2014, dos Requerimentos n°s 7.912/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 7.915 e 7.956/2014, do deputado Ivair Nogueira, 7.958/2014, do deputado Tony Carlos, e 8.013/2014, do deputado Bosco;

e do Trabalho -aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 4/6/2014, dos Projetos de Lei n°s 3.170/2012, do deputado Hélio Gomes, 4.985/2014, do deputado Rogério Correia, 5.095 e 5.113/2014, do deputado Hely Tarquínio, 5.137/2014, do deputado André Quintão, 5.139/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes, 5.140/2014, do deputado Adalclever Lopes, 5.142/2014, do deputado Zé Maia, e 5.174/2014, do deputado Dilzon Melo, e dos Requerimentos n°s 8.063 e 8.064/2014, da Comissão de Participação Popular (Ciente. Publique-se.).

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei n° 4.552/2013 (À sanção.).

Encerramento

A presidente - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 6, às 19 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 30ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/5/2014

Presidência dos Deputados Ivair Nogueira e Paulo Lamac

Sumário: Comparecimento - Abertura - Atas - Destinação da Reunião - 1º Painele: Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras do Presidente - Palavras do Sr. Fábio Caldeira de Castro Silva - Palavras do Sr. Jobson Andrade - Palavras da Sra. Maria Elizabeth Vitral Amaro - Palavras do Vereador Tarcísio Caixeta - Palavras do Sr. Pedro Schultz - Palavras do Deputado Paulo Lamac - Entrega das Propostas dos Encontros Regionais: Políticas Públicas e Corresponsabilidade Social - 2º Painele: Composição da Mesa - Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos - Palavras do Sr. José Abílio Belo Pereira - Palavras da Sra. Célia Regina Alves Rennó - Palavras do Sr. Gilson Queiroz - Palavras do Sr. Licínio Xavier - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

Ivair Nogueira - Antônio Carlos Arantes - Liza Prado - Paulo Lamac.

Abertura

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Atas

- A deputada Liza Prado, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do ciclo de debates Contribuição das Engenharias para o Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, que possui os seguintes objetivos: apresentar e debater as propostas elaboradas por profissionais de engenharia e agronomia durante os encontros regionais Políticas Públicas e Corresponsabilidade Social, eventos realizados em 12 regiões do Estado pelo Crea-Minas e pela Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais, examinando cinco eixos temáticos: "Rodovias", "Alimentos", "Meio ambiente", "Impacto das chuvas", e "Urbanicidade"; refletir sobre estratégias de articulação da sociedade em torno das propostas elaboradas durante esses encontros regionais e os mecanismos de monitoramento da implementação dessas propostas; e buscar a sensibilização de agentes e gestores públicos, da sociedade civil organizada e da população em geral para a construção dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

1º Painel**Composição da Mesa**

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Fábio Caldeira de Castro Silva, ouvidor-geral do Estado; Jobson Andrade, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - Crea-Minas; e Pedro Schultz, superintendente de infraestrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana, representando o governo de Minas; a Exma. Sra. defensora pública Maria Elizabeth Vitral Amaro, representando a defensora pública-geral do Estado, Andréa Abritta Garzon; e os Exmos. Srs. vereador Tarcísio Caixeta, da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e deputado Paulo Lamac, presidente da Comissão de Assuntos Municipais desta Casa.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Com a palavra, para o seu pronunciamento, o deputado Ivair Nogueira, 1º-vice-presidente da Assembleia de Minas e autor do requerimento que deu origem a este ciclo de debates, neste ato representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Casa.

Palavras do Presidente

Cumprimento o Dr. Fábio Caldeira de Castro Silva, ouvidor-geral do Estado de Minas Gerais; o amigo Jobson Andrade, presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais, com quem tive o privilégio de trabalhar na nossa querida Betim; o Pedro Schultz, superintendente de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana, representando o governo de Minas; a defensora pública Maria Elizabeth Vitral Amaro, representando a Dra. Andréa Abritta Garzon, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; o vereador Tarcísio Caixeta; meu amigo deputado Paulo Lamac, presidente da Comissão de Assuntos Municipais; o Dr. Gilson; o ex-deputado estadual Ivo José e cada um dos presentes.

Este é um momento importante, em que discutiremos temas de mais alta importância. Essa parceria do Crea com a Assembleia foi feita por iniciativa do Dr. Gilson, do Jobson, do Ivo José e do Paulo Lamac, que sentiram necessidade de discutir temas tão importantes devido à iniciativa do Crea de ir ao interior de Minas buscar sugestões e alternativas que possam vislumbrar a melhoria e o acompanhamento de políticas públicas para o nosso Estado de Minas Gerais. Este é um momento de coroamento em que teremos oportunidade de receber um documento para que a Assembleia, juntamente com o Crea, possa dar a sua contribuição. Juntos podemos fazer a diferença. Tenho certeza disso e falo em nome do nosso presidente, deputado Dinis Pinheiro, que tem trabalhado para isso - da mesma forma como o Crea buscou, ouvindo não só alguns segmentos da sociedade e engenheiros, mas também a categoria de modo geral -, assim como a Assembleia Legislativa tem feito, ao longo dos tempos e principalmente agora, sob sua presidência, justamente essa aproximação com a população, com os segmentos da sociedade, criando ferramentas que possibilitam que, ao apresentarmos um projeto, tenhamos a contribuição valorosa de profissionais, desde as pessoas mais humildes às mais graduadas, pois uma pessoa humilde pode dar uma contribuição muito grande pela sua experiência no dia a dia. Os projetos da Assembleia têm sido aperfeiçoados, o que é nosso dever e nossa obrigação.

Portanto, quero agradecer ao Crea, na pessoa de todos os seus diretores e da sua presidência, e ao Dr. Gilson, pela colaboração. Quero dizer, Dr. Gilson, que você teve um papel fundamental não só à frente do Crea, mas também na última função que exerceu - e que merece o nosso acompanhamento - em relação à questão do saneamento básico. Você foi responsável pela liberação de convênios importantes feitos com o governo federal, que possibilitaram o envio de recursos às prefeituras de Minas Gerais que, se não resolveram tudo, foram um grande avanço. Esperamos que esses avanços continuem de forma gradativa não só em relação ao saneamento, mas também a outras questões importantes.

Formei-me engenheiro na escola de engenharia Kennedy em 1976. Tive oportunidade de ser secretário de Obras em Betim e conheço de perto o dia a dia da engenharia. O Paulo Lamac, esse grande deputado, é muito preocupado com algumas questões fundamentais que nos afligem muito no Estado de Minas Gerais, como infraestrutura e mobilidade urbana. Sabemos que a mobilidade urbana é uma questão difícil. Ontem nos assustamos com a notícia de que o fim do rodízio foi aprovado pela Câmara de São Paulo. Na cidade de São Paulo, a situação já está difícil com o rodízio e, sem ele, ficará mais difícil ainda. Neste momento, podemos, sim, discutir, avaliar, aperfeiçoar e buscar sugestões não para o próximo ano nem para daqui a dois anos, mas para daqui a 20 anos.

Às vezes, faltam projetos lá, ou seja, o governo federal tem o dinheiro, mas faltam projetos. Então, precisamos dessa conscientização, e o Crea tem um papel fundamental nisso. A fiscalização também é de fundamental importância, além de tantos outros itens.

Hoje estou aqui mais para ouvir que para falar, pois estão presentes muitas pessoas importantes, que têm conhecimento, bagagem e experiência e que trarão para esta Casa uma contribuição muito grande. Portanto, inicialmente quero deixar aqui a minha palavra de agradecimento pela presença de cada um de vocês, e esperamos que a Assembleia, com o Crea e com vocês, possa sair daqui hoje com um documento formalizado, apresentando sugestões e contribuindo para o futuro deste país. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Fábio Caldeira de Castro Silva

Primeiramente, bom dia. Deputado Ivair Nogueira, gostaria de parabenizá-lo não só por este ato, por esta audiência que fazemos aqui hoje, mas também principalmente pelo que a Assembleia Legislativa tem feito nos últimos anos, em prol de Minas Gerais. Não há dúvidas de que, apesar de todas as deficiências e mazelas dos Poderes Legislativos em âmbito nacional, a Assembleia Legislativa de Minas se destaca pela forma de aproximação cada vez maior da sociedade civil. Eventos como este reforçam a tese de termos, neste Estado, o principal Legislativo do País.

Gostaria de cumprimentar, com grande satisfação e alegria, o presidente do Crea, Jobson, que deu um novo formato àquela instituição. Digo-lhe, Jobson, que essa contribuição que o Crea está apresentando à sociedade mineira é das mais valiosas que uma entidade representativa de classe tem prestado ao Estado nos últimos anos. É uma grande contribuição, e podem ter a certeza de que, daqui para frente, o que os governos, em âmbitos municipal, estadual e federal, produzirem e investirem em nosso Estado será fruto



dos ricos documentos e informações colhidos em todas as regiões em que estivemos presentes. Meu prezado deputado Paulo Lamac, reforçando o que disse ao deputado Ivair Nogueira, V. Exa., como um excelente e qualificado deputado deste Parlamento, vem dando uma grande contribuição para o aprimoramento das políticas públicas e das funções de fiscalização e legislação inerentes a este parlamento. Cumprimento ainda o meu colega de governo, Pedro Schultz, representando aqui o governo do Estado, e a prezada defensora Elizabeth, representando a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Nas minhas breves palavras, quero dizer a todos vocês, com enorme satisfação, que o ex-governador Anastasia definiu que a Ouvidoria do Estado seria parceira do Crea nessa importante atividade que desenvolvemos nos últimos dois anos. Como todos os senhores sabem, a ouvidoria é um dos órgãos mais importantes de defesa da democracia, da sociedade, da participação e do controle social. É um instituto novo, e não há que se pensar em ouvidoria sem democracia, portanto, se a democracia no País é jovem, a ouvidoria também o é. E ela se posiciona como uma ponte, como um órgão intermediário entre a sociedade e a administração pública.

O governo de Minas Gerais é um grande exemplo, um grande paradigma em nível nacional, e a Ouvidoria do Estado também é uma referência no País. Nós, de imediato, abrimos todo o nosso quadro, disponibilizamos todos os nossos técnicos para estarmos com o Crea nesse importante trabalho de auscultar a população qualificada e os integrantes do Crea no Estado, para a formulação de políticas públicas.

Vejam vocês que esse é um novo cenário que não podemos desconsiderar. Nós não podemos ter o cidadão apenas como destinatário de políticas públicas. O cidadão, nesse importante e representativo momento nacional, tem que ser compreendido como um ator indispensável no monitoramento e no aperfeiçoamento das políticas públicas. Políticas públicas não são feitas em gabinetes de quatro paredes, são feitas ouvindo a sociedade civil. Então, todo documento que o Crea, com toda *expertise* e competência dos seus quadros técnicos, formulou já está sendo analisado detalhadamente pelos respectivos órgãos e entidades do governo do Estado, e o nosso grande desafio é transformar todo esse material em medidas, para melhorar a qualidade de vida da nossa população, e não apenas em grandes livros para ocupar as bibliotecas.

Nós sempre frisamos que temos de quebrar esse círculo vicioso da sociedade brasileira de uma baixíssima cidadania ativa. Há uma baixa participação do cidadão, seja na administração pública, seja nas questões políticas de nosso país, o que proporciona uma qualidade nem sempre satisfatória das normas jurídicas e dos serviços públicos apresentados. Isso afeta a nossa qualidade de vida, pois uma característica extremamente cara e ausente a todos nós brasileiros é o sentimento de pertencimento. Temos muito pouco esse sentimento de que pertencemos a esta cidade, a este estado, a esta Nação, por isso vou “perder” o tempo em que eu poderia estar em casa para ir a uma audiência pública na Assembleia Legislativa, a uma audiência na Câmara Municipal, ao Crea para debater com seus profissionais o que podemos fazer para melhorar a nossa sociedade e apresentar aos órgãos competentes. Uma forma de quebrar esse círculo vicioso é essa importante iniciativa do Crea de que o governo de Minas, por intermédio da Ouvidoria, participou de forma tão entusiasmada, a qual não se encerra aqui. O grande desafio é fazer com que as questões atinentes ao governo do Estado sejam colocadas na ordem do dia. E naquelas questões de atribuições do governo federal ou dos governos municipais, nós, do governo de Minas, estaremos juntos com o Crea e os profissionais para implementação de todas as medidas.

Desejo a todos vocês um excelente dia de debate, de discussões, na certeza de que o governo de Minas e a Ouvidoria terão a Assembleia Legislativa como um grande parceiro para implementarmos as sugestões apresentadas nesse documento. Bom dia e parabéns a todos os profissionais aqui presentes pela participação em todos os encontros regionais. Desejo muito sucesso, e que a qualidade de vida dos mineiros se torne cada vez melhor. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Jobson Andrade

Senhoras e senhores, bom dia, muito grato pela presença. Quero iniciar minha saudação cumprimentando o Exmo. Sr. 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa, autor do requerimento que deu origem a este debate, nosso amigo deputado Ivair Nogueira, com quem realizamos um trabalho em Betim, onde tive a honra de prestar meus serviços de engenharia. Quero agradecer-lhe imensamente pela iniciativa deste evento.

Quero aproveitar o seu cumprimento e estendê-lo a todos os nossos representantes, que são muitos: inspetores e representantes do Crea em diversas cidades de Minas Gerais. Muito obrigado. Também se fazem presentes presidentes e representantes da diretoria de diversas entidades e associações da capital e do interior. Muito obrigado pela presença de vocês. Na realidade, são as lideranças que conjuntamente fazem o Crea acontecer, como todos sabem. Cumprimentando o deputado Ivair Nogueira, também quero cumprimentar os ex-deputados Ivo José, que é técnico do sistema, e Marcos Helênio, bem como os ex-presidentes do Crea Augusto Drummond e o engenheiro Gilson Queiroz, que me antecedeu, e que é ex-presidente da Fundação Nacional de Saúde. Gostaria ainda de cumprimentar nossos colaboradores e executivos do Crea presentes, bem como os demais visitantes. Muito obrigado. Por fim, cumprimento meu amigo ouvidor-geral do Estado de Minas Gerais, Fábio Caldeira, e o ex-governador Antônio Augusto Anastasia, pela parceria fecunda desse trabalho, que foi extremamente importante para o resultado que obtivemos. Meus cumprimentos ao superintendente de infraestrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Polícia Urbana e Gestão Metropolitana, Pedro Schultz, representando o governo de Minas; à defensora pública Maria Elizabeth, representando a defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais, Andréa Abritta Garzon; ao engenheiro-eletricista e deputado Paulo Lamac, presidente da Comissão de Assuntos Municipais, que também é um parceiro do Crea junto à Frente Parlamentar de Engenharia. Ele tem nos ajudado em nossos projetos encaminhados pela assessoria parlamentar. Muito obrigado pelo empenho durante todo esse período, cumprindo tão bem o seu papel cívico de engenheiro. Quero cumprimentar o vereador representante da Câmara Municipal, Tarcísio Caixeta, engenheiro de minas e ex-diretor do Crea, que contribui muito para a gestão do grupo de trabalho do Crea Júnior. Senhoras e senhores, este é um momento muito importante porque percebemos o interesse e a importância que a sociedade mineira dá ao trabalho que a engenharia vem desenvolvendo por meio do próprio reconhecimento da Assembleia Legislativa, que representa todos os cidadãos que nascem, habitam, moram, vivem e exercem suas atividades no Estado de Minas Gerais.

Os encontros regionais fazem parte de um projeto que nasceu da vontade dos engenheiros, percebida em Minas Gerais, para maior representatividade e participação dos engenheiros. O engenheiro tem condição de participar da vida em todos os seus aspectos, não só



com seu dever de cidadão, mas também com seu conhecimento e com os acúmulos que faz durante toda a sua vida de tecnologias, que a história da humanidade conseguiu agrupar em processos para que eles sirvam para construir as facilidades da vida na construção civil, na agronomia, na produção de alimentos e medicamentos, na engenharia química, na transformação, na mecânica, na eletricidade, enfim, em tudo que temos e produzimos na arte cotidiana do trabalho. Todo esse conhecimento humano está intimamente ligado à engenharia, mas só esse conhecimento não é suficiente para a nossa atuação nem para a nossa vida em sociedade, muito ampla e, complexa. Digo isso porque os recursos vão escasseando e a população vai aumentando.

Como processo de contribuição, visto que o Crea é uma autarquia pública federal que tem o dever de fiscalizar, e isso ele faz, e em razão do nosso grande contingente de lideranças e de profissionais em todo o Estado, sentimo-nos no dever de exercer essa representatividade tão buscada pelos profissionais por meio do nosso projeto Encontros Regionais.

Percorremos o Estado de Minas Gerais, que o Crea divide em 12 regionais administrativas e, assim, cobre todo o território mineiro. Temos hoje a presença representativa de escritórios, inspetorias e regionais em 81 cidades de Minas Gerais. Nos 81 polos, nas maiores cidades temos representatividade. Então percorremos esse espaço buscando os engenheiros-agrônomo e os técnicos, para que possam com sua visão identificar problemas em cinco eixos, como geração e produção de alimentos, rodovias e aspectos da urbanidade, vida na cidade com toda a problemática, seja de mobilidade urbana, seja de saneamento básico. Falamos também de um assunto muito afeto à sustentabilidade e à perenidade da vida: o meio ambiente. Falamos ainda de um assunto que muito incomoda os mineiros, que vivem em um território altamente vascularizado e rico em água, mas que também, pela sua ocupação histórica, sofre a cada ano e cada vez mais com o problema gerado pelo impacto das chuvas. Escutamos mais de 6 mil profissionais que voluntariamente participaram desses seminários e debates e puderam contribuir com sua visão cidadã e também técnica.

Costumo dizer que, quando um engenheiro sai de casa pela manhã e vê qualquer problema, consegue identificar a sua causa e sabe, em razão da sua própria condição técnica, quais as possibilidades viáveis de solução a curto, a médio e - é claro, a expectativa maior da engenharia - a longo prazo. Não podemos perder de vista o longo prazo, deputado. Considerando-o, devemos trabalhar, ordenar, construir e usufruir aquilo que fazemos. Não pode ser um longo prazo em que, depois, não participamos da realidade dos benefícios daquilo que planejamos e executamos.

Então, escutamos todos esses profissionais, que, de maneira muito rica, consolidaram mais de mil propostas, pois são 12 regionais e 5 eixos. Agrupamos algumas vontades maiores. A primeira é planejamento. Os engenheiros querem participar e fazer com que a sociedade conheça os planos de saneamento e como o município se organizará para resolver, nesse período de 20 anos, como foi dito, seu problema de destinação de resíduos sólidos e de tratamento de esgoto, a fim de que as pessoas possam novamente pescar no rio que passa dentro da cidade - muitos têm essa lembrança, mas, hoje, poucos têm esse privilégio. Eles querem entender como toda a cidade pode oferecer uma condição digna de habitação e prestação de serviços públicos.

Em todas essas ações, existe a ação da engenharia. Então precisamos planejar e vislumbrar 20 anos, 30 anos para que, a cada ano, façamos um pedacinho e cheguemos de maneira sólida à frente, encontrando a solução dos problemas. Não podemos ficar em 2014 discutindo os mesmos problemas que o primeiro presidente do Crea, há 80 anos, o Baeta Neves, debatia com o governo. Ele discutia alguns problemas que ainda continuamos a debater. Por isso é preciso planejar. Essa é a ferramenta principal da engenharia, que sonha, planeja, projeta e faz. Somos profissionais da execução do chão de fábrica.

Da mesma forma, a agronomia quer mais produtividade e apoio ao pequeno produtor rural e exige uma maior presença técnica, um avanço maior nos institutos e instituições que desenvolvem a tecnologia e prestam assistência técnica, entre elas a Emater. Eles pedem mais valorização do profissional e um maior contingente de profissionais técnicos e engenheiros na Emater, a fim de suportar a crescente demanda por alimentação não só do Brasil, mas também do mundo - e o Brasil é protagonista.

Assim também ocorre na questão dos outros eixos, como, por exemplo, o meio ambiente, em que os engenheiros exigem um pouco mais a planificação e o cumprimento das ações fiscais e, principalmente, a execução completa dos projetos.

Não podemos fazer estradas imaginando que temos de construir só o pavimento onde se roda em cima e deixar para trás os taludes sem proteção, a terra sem destinação e uma série de problemas que vão impactar os cursos dos rios e tornar as terras improdutivas. Então, são ações pensadas de maneira macro. Temos, depois do macro, uma série de propostas que são objetivas e específicas a cada região. Estão todas consubstanciadas e qualificadas, a conjuntura e a condição, nos 12 cadernos, 1 para cada regional, que agora entrego à Assembleia Legislativa por meio do presidente desta Mesa. Todos os deputados também irão receber uma cópia desse material. Ontem, vários deputados contaram com a presença dos nossos representantes, dos inspetores de toda Minas Gerais, que vieram fazer uma exposição do seu trabalho local.

Então estamos aqui hoje para apresentar esse trabalho e dizer que vamos iniciar uma segunda etapa, que é a de monitoramento e contribuição. No caso do Crea, já estamos obedecendo a essas diretrizes, ao plano de saneamento e ao convênio firmado entre o Crea e a Fundação Nacional de Saúde para apoiar os municípios na execução desse plano. É uma ação que vem da vontade dessa reunião de engenheiro e será debatida aqui hoje, entre outras ações.

Nos próximos anos, pretendemos estabelecer uma força tarefa com participação do governo, da Assembleia Legislativa e de todas as nossas lideranças, para fazermos a nossa parte, ajudar o município e o Estado a fazerem as suas também, porque a nossa ação é de contribuição. Queremos chegar a um lugar melhor e contribuir a cada momento com isso. Esse é nosso papel, essa é a nossa necessidade. Vamos nos fazer representar nos conselhos, nas associações de bairros, nas câmaras municipais, na Assembleia Legislativa, no Congresso Nacional, nas secretarias, enfim, em todo lugar em que houver debate e necessidade de avanço, de desenvolvimento, de construção, geração e produção. Queremos que os engenheiros estejam presentes lá não só com o seu conhecimento, mas com sua representatividade. Por isso estamos aqui hoje. Agradeço imensamente a presença de todos. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Maria Maria Elizabeth Vitral Amaro

Bom dia a todos. Caro deputado Ivair Nogueira, na pessoa de quem cumprimento os senhores e as senhoras, parabênzo-o e ao Sr. Jobson Andrade, presidente do Crea-MG, pela iniciativa deste ciclo. Estou aqui representando a defensora pública-geral, Dra. Andréa

Abritta Garzon, que me pediu que ressaltasse aqui a honra de sermos convidadas para este ciclo de debates, porque ela vislumbrou inúmeras possibilidades de aproximação e parceria com o Crea em função das políticas públicas.

A Defensoria Pública é uma instituição que vem crescendo muito no cenário nacional, principalmente em Minas Gerais. Nas nossas atribuições do dia a dia, estamos sempre necessitando de ajuda da engenharia nas questões urbanas, principalmente nas defensorias ligadas à área de direitos humanos, às comunidades carentes e a outras questões afetas à engenharia.

Agradeço, em nome da defensora pública-geral, o convite e desejo sucesso neste ciclo. Espero que, a partir de agora, a Defensoria Pública possa se aproximar mais do Crea para estabelecermos parcerias e trabalharmos juntos. Bom dia a todos.

Palavras do Vereador Tarcísio Caixeta

Bom dia a todos. Faço uma saudação especial ao presidente desta reunião, deputado Ivair Nogueira; ao Fábio Caldeira, meu amigo e colega de Câmara Municipal, hoje ouvidor-geral do Estado; ao deputado Paulo Lamac, também meu colega de Câmara Municipal, nosso engenheiro eletricitista; e ao representante da Defensoria Pública. É uma alegria estar também com o Dr. Pedro Schultz, superintendente de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana. Deixei para o final uma saudação muito calorosa e carinhosa ao meu amigo Jobson Andrade, presidente do Crea, pelo discernimento, competência e capacidade de mobilizar todos nós, profissionais da engenharia, da agronomia e de todas as profissões ligadas ao sistema, na busca do conhecimento e do diagnóstico perfeito ou, pelo menos, próximo da realidade, para uma intervenção capaz de mudar as condições do Estado de Minas Gerais na sua competência de, compreendendo essa realidade, participar da formulação de políticas públicas na área da infraestrutura, da engenharia e do conhecimento humano específico da área técnica, para que essa contribuição seja efetiva no processo de crescimento e desenvolvimento do Estado.

Este é um momento de alegria pessoal por ter participado, ainda como diretor de Relações Institucionais do Crea, no ano passado, de praticamente todos os encontros regionais realizados pela instituição com seus parceiros, o governo do Estado e o Ministério Público. Este é um momento não apenas de alegria, mas de aprendizado, pois aprendemos quando temos a capacidade de ouvir aquilo que nos cerca com atenção redobrada e também de, absorvendo esses ensinamentos e proposições, planejar melhor as nossas ações. Assim aprendemos também a planejar a partir do diagnóstico feito nesses encontros.

É também motivo de muita alegria ouvir a palavra do presidente do Crea, pois, nós, profissionais, temos muito a contribuir nesses processos de integração entre os poderes públicos, a sociedade e o conhecimento técnico que dominamos como profissionais da área de engenharia e técnica. Essa integração e essa capacidade de buscar essa interação e essa representação efetiva, seja nas instâncias de decisão, seja nas instâncias de formulação das políticas e da representação efetiva, é motivo de alegria, pois vejo, em suas palavras, a capacidade mobilizadora da nossa instituição de integrar-se socialmente com o nosso conhecimento técnico a serviço da sociedade. É isso o que temos de buscar em todas as esferas do conhecimento e da representação.

Parabéns, presidente. Parabéns, Assembleia Legislativa. Parabéns, governo do Estado. Esse tripé e o Ministério Público também tiveram a percepção de que, integrados, podemos contribuir efetivamente com o desenvolvimento de Minas Gerais e do país. Muito obrigado. Bom dia.

Palavras do Sr. Pedro Schultz

Bom dia a todos. Na figura do Exmo. Sr. deputado Ivair Nogueira, saúdo todos da Mesa, e, na figura da Sra. Maria Elizabeth, saúdo todas as mulheres presentes.

Fico muito honrado em fazer parte desta Mesa nesta Casa democrática que representa o povo de Minas Gerais, contendo a representação das três esferas de poder e da sociedade civil, através do Crea e das duas esferas de governo, estadual e municipal. Na verdade, fico muito feliz em retornar a esta Casa, onde estive no ano passado, com a qual iniciamos uma parceria muito profícua no Fórum Técnico de Mobilidade Urbana. Realizamos várias oficinas metropolitanas e 11 no interior.

Cumprindo o nosso dever nessa parceria, vamos lançar agora um curso a distância, cujo público-alvo são servidores públicos e agentes políticos envolvidos no processo de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana. As inscrições serão de 1º de junho a 30 de julho.

Fico muito feliz e honrado de participar desta Mesa. Falei para o José Abílio, no início dos trabalhos, que, apesar de ser arquiteto, fico muito tranquilo porque quem constrói a cidade somos nós, arquitetos, engenheiros, técnicos sociais e a população como um todo. Como disse o deputado Ivair Nogueira na abertura do ciclo de debates, estamos aqui para ouvir as propostas, que, na verdade, além de diagnóstico, vêm com sugestões de soluções - e isso é bem típico da nossa classe -, e não simplesmente esperar que elas venham por outras pessoas.

Convido o presidente do Crea - depois vamos convidar o do CAO - para fazermos um cadastramento, um grande mutirão para identificar os profissionais aptos para desenvolver esses trabalhos de mobilidade urbana, de saneamento urbano, para não repetirmos o erro dos planos diretores - vários profissionais acabaram se utilizando de sua titulação para desenvolver planejamentos falhos ou planejamentos desconectados com as realidades municipais. Queremos construir essa rede juntos, porque, na realidade, só conseguimos fazer as coisas por meio de parceria. Muito obrigado pelo convite.

Palavras do Deputado Paulo Lamac

Muito bom dia a todas e a todos. Exmos. Srs. Deputado Ivair Nogueira, 1º Vice-Presidente da Assembleia, autor do feliz requerimento que deu origem a este ciclo de debates; Fábio Caldeira, ouvidor-geral do Estado; e Jobson Andrade, presidente do Crea-MG - é um grande prazer e uma grande satisfação tê-lo novamente nesta Casa; e Exma. Sra. Maria Elizabeth Vitral Amaro, defensora pública, representando a defensora pública-geral do Estado, Dra. Andréa Abritta Garzon. A Defensoria Pública é uma presença constante nesta Casa. É impressionante: em todos os fóruns, a defensoria se faz presente e atua de maneira concreta em áreas que nem imaginávamos. Destacamos a presença da Defensoria Pública do Estado e pedimos à Dra. Maria Elizabeth que leve o nosso abraço à Dra. Andréa pelo brilhante trabalho desenvolvido lá.

Cumprimento ainda o Exmo. Sr. Pedro Schultz, superintendente de Infraestrutura da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana, que, de fato, tem esse pequeno defeito de não ser engenheiro, mas vem



desempenhando com brilhantismo o trabalho de mobilidade urbana. Assim como a Defensoria Pública, o Pedro foi um guerreiro e esteve em todas as reuniões preparatórias para o Fórum Técnico de Mobilidade Urbana, Construindo Cidades Inteligentes. Nos 11 processos de interiorização, nas atividades regionais, ele não apenas se fez presente, como também foi um dos palestrantes e defendeu algo que é muito caro para nós, engenheiros: a organização dos planos municipais de mobilidade urbana. Hoje ele também apresentou o curso que será desenvolvido em parceria com a Assembleia, a Sedru, a Universidade Federal, a PUC e outros.

É uma parceria rica e importante, porque técnicos e o poder público têm a possibilidade de acesso a uma questão fundamental como o planejamento de mobilidade urbana, que deve ser apresentado até abril do próximo ano, com o conforto e a conveniência de que isso seja acessado pela internet. Destaco a atuação do Pedro, que está realizando um belo trabalho.

Cumprimento o vereador Tarcísio Caixeta, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, meu amigo, engenheiro de Minas. É sempre uma satisfação caminhar ao lado dele, porque, além de ser um profissional de competência inquestionável, tem profundo comprometimento com a engenharia no Estado de Minas e no Brasil. Saúdo também o Prof. Benjamim Menezes, da UFMG, meu professor. Nesse momento em que a Escola de Engenharia completou 103 anos, quero, na pessoa do Prof. Benjamim, saudar todos os presentes.

Muito rapidamente, vou abordar algumas questões. Em seguida, vamos passar a palavra à Mesa, para dar sequência a esse diálogo, porque vou conduzir os trabalhos da próxima Mesa. Não poderia deixar de pontuar três questões de maneira breve e objetiva. Em primeiro lugar, agradeço a gentileza do Jobson. O nosso objetivo hoje é contribuir com o desenvolvimento de Minas Gerais. É uma satisfação e uma honra discutir questões levantadas pelo Crea, que vem realizando um trabalho tão importante sob a presidência do Jobson. Há um fortalecimento da linha de interiorização e de comprometimento do Crea com as temáticas importantes da sociedade. Podemos citar a sua participação na discussão da mobilidade urbana e dos planos de saneamento. Há que se destacar também a atuação do Gilson Queiroz, presidente da Funasa, que traz para a realidade prática, nessa parceria com o Crea, a possibilidade de os municípios se organizarem para enfrentar um desafio tão importante como os planos de saneamento. Agradeço a gentileza do Jobson. É nosso papel discutir nesta Casa projetos sobre a inspeção predial, o que muito nos honra, porque isso é tarefa de qualquer engenheiro que tenha a oportunidade, o privilégio de estar na Assembleia.

Em segundo lugar, antes de iniciar o debate dos pontos objetivos, de como a engenharia atua no desenvolvimento do Estado, farei uma brevíssima relação entre engenharia, desenvolvimento e economia. Todos vivenciamos um determinado período, e eu me formei numa época em que não se desenvolvia, não se investia, em que a engenharia não tinha a relevância que tem hoje. Não estou falando de um passado distante, mas muito próximo, em que nos formávamos, mas não tínhamos opção, possibilidades de trabalho. Percebíamos, no próprio índice de relação entre candidatos e vagas dos cursos de engenharia, como estava desvalorizada a nossa profissão. É claríssimo que a engenharia está intrinsecamente, profundamente ligada às possibilidades de desenvolvimento de um país, de um estado e de uma região. No momento em que o País voltou a crescer, a desenvolver, naturalmente a engenharia voltou a ocupar um espaço de relevância, destinado à profissão que leva ao desenvolvimento de qualquer local e, conseqüentemente, dos seus profissionais.

No momento em que o mundo passa por uma crise grave, em que questionamos os nossos índices de desenvolvimento, de crescimento, em que o PIB está abaixo do que desejávamos, se fizermos uma comparação com a realidade mundial, o nosso PIB, que pode ser pequeno, está entre os cinco maiores do mundo.

Isso demonstra o grave risco que corremos de voltar a passar por um processo de recessão que impacta diretamente não só a engenharia, mas o desenvolvimento de qualquer lugar. Parece-me um momento extremamente importante. Outros dados que chamam a atenção devem ser lembrados. Em 2013, conforme dados do IBGE, a produção industrial brasileira cresceu timidamente. Houve um pequeno crescimento de 1,2% no acumulado de 12 meses, já fazendo a correção sazonal. Entretanto, nosso estado reduz a produção industrial, o que não é novidade, porque os estudos da Fiemg já demonstram um processo de desindustrialização do estado. Naturalmente, contamos com a importante área minerometalúrgica, que dá importância e sustentação ao estado. Entretanto, ao falarmos de engenharia, temos uma predominância da engenharia civil e uma importância econômica indiscutível da área minerometalúrgica. Se não pensarmos em termos do desenvolvimento industrial que envolve as demais engenharias - química, elétrica, eletrônica, de produção - , não há como pensarmos em desenvolvimento real, levando-se em conta os índices de desindustrialização do território.

A engenharia tem muito a contribuir com essa discussão. Se estamos falando de um estado que vive um processo de desindustrialização, a engenharia deve se fazer presente, como acontece nas contribuições que o Crea traz a esta Casa, à administração estadual. Parece-me, deputado Ivair Nogueira, extremamente feliz a iniciativa de V. Exa. ao trazer a discussão da participação da engenharia num momento de cenário internacional preocupante, com o cenário nacional sofrendo impacto do contexto internacional, enquanto o nosso estado paga o preço de estarmos baseados numa economia típica do século XIX, extrativista e primarista, em que há necessidade de desenvolvimento importante, capitaneado pelas engenharias.

Saúdo V. Exa. e desejo a todas e todos um grande encontro. Como disse o deputado Ivair Nogueira, que possamos deixar contribuições que ajudem a nortear o Estado de Minas Gerais na busca por um processo concreto, verdadeiro de desenvolvimento. Muito obrigado.

Entrega das Propostas dos Encontros Regionais: Políticas Públicas e Corresponsabilidade Social

O locutor - Neste momento, serão entregues à Assembleia Legislativa de Minas Gerais propostas mencionadas na fala do Sr. Jobson Andrade, que foram elaboradas por profissionais de engenharia e agronomia durante os encontros regionais Políticas Públicas e Corresponsabilidade Social, eventos realizados em todos as regiões do Estado pelo Crea-Minas, pela Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais, que contemplaram cinco eixos temáticos: "Rodovias", "Alimentos", "Meio ambiente", "Impacto das chuvas" e "Urbanidade".

Convidamos os Srs. Jobson Andrade e Fábio Caldeira de Castro Silva para realizar a entrega das propostas ao deputado Ivair Nogueira, 1º vice-presidente da Assembleia.



O presidente - Convido o amigo Paulo Lamac, o vereador Caixeta e um dos grandes responsáveis por este encontro, o Gilson Queiroz, meu amigo, para participarem do ato. Convido também o José Ribeiro, grande amigo, que tem contribuído de forma muito positiva com muitos artigos, sendo um grande entendedor do setor de transportes, para fazer parte da entrega.

- Procede-se à entrega das propostas.

O locutor - Por esse ato, formaliza-se a entrega das propostas à Assembleia de Minas.

O presidente - Já tive a oportunidade de falar a cada um de vocês. Mais uma vez, gostaria de agradecer ao Jobson, presidente do Crea, ao Dr. Gilson Queiroz e ao ex-deputado Ivo José. Quero aproveitar e cumprimentar o ex-deputado Marcos Heleno e também o deputado Paulo Lamac, que, junto a mim, tem trabalhado para aproximar a Assembleia do Crea e da população de modo geral.

Em rápidas palavras, vimos que precisamos de planejamento, o que vem melhorando gradativamente. Mas ainda estamos longe do ideal, principalmente em relação à capacitação daqueles que dependem de recursos públicos, para que possam buscá-los no momento adequado. Como parlamentares, somos testemunhas de que muitos recursos deixam de vir, por falta de projeto, de planejamento.

Outra questão fundamental que temos discutido é a burocracia, que tem atrapalhado muito, bem como os gestores públicos. De modo geral, o poder público tem de estar mais bem preparado, sobretudo no que se refere à gestão pública, o que é fundamental.

Em meu nome e em nome do deputado Dinis Pinheiro e desta Casa, quero agradecer a cada um de vocês a presença, a participação. Jobson, tenha a certeza de que esse brilhante documento vai contribuir muito para que nós, Assembleia, vocês, do Crea, o governo do Estado e a Defensoria Pública possamos buscar juntos a melhoria das políticas públicas em Minas Gerais.

Conforme dizia ao deputado Paulo Lamac, que possamos tornar o que fazemos aqui hoje algo permanente. Que essa discussão faça parte do calendário da Assembleia, mas não iremos dedicar a cada ano o tempo que dedicamos agora, pois este ano é atípico, é ano de eleição. A partir de determinado momento não podemos fazer mais esse tipo de movimento nesta Casa, mas podemos colocar esta discussão no calendário da Assembleia e estreitar cada vez mais o nosso relacionamento com o Crea e com outros segmentos da sociedade. Podemos discutir a cada ano os nossos avanços e, como a educação possui o Plano Decenal da Educação, ter um plano da estrutura, do lixo, do saneamento básico, do transporte coletivo. São vários os assuntos que podem unir a Assembleia ao Crea e aos demais segmentos da sociedade.

Este momento é de agradecer a vocês em nome do deputado Dinis Pinheiro. A Assembleia Legislativa manifesta os seus agradecimentos aos integrantes da Mesa por ocasião da abertura deste ciclo de debates.

Faremos agora a recomposição da Mesa e, em seguida, passaremos ao diagnóstico geral baseado nos eixos temáticos propostos: rodovias, alimentos, meio ambiente, impacto das chuvas e urbanicidade, sob a coordenação do meu amigo deputado Paulo Lamac, presidente da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

2º Painel

Composição da Mesa

O presidente (deputado Paulo Lamac) - A presidência convida a tomar assento à mesa para o 2º Painel o Exmo. Sr. José Abílio Belo Pereira, assessor da presidência do Crea-Minas; a Exma. Sra. Célia Regina Alves Rennó, presidente da Seção Minas Gerais da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Abes; e os Exmos. Srs. Licínio Xavier, coordenador do Departamento de Meio Ambiente da Associação Mineira de Municípios - AMM -, representando o presidente da instituição, prefeito Antônio Carlos Andrada; Gilson Queiroz, engenheiro civil e sanitarista; e José Aparecido Ribeiro, presidente do Conselho de Políticas Urbanas da Associação Comercial e Empresarial de Minas - ACMinas. Ele é muito atuante, especialmente nos debates de mobilidade urbana, e não apenas nesta Casa, mas em todo o Estado. Sejam bem-vindos!

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O presidente - Esclarecemos que, após as exposições, abriremos espaço para a apresentação de perguntas aos participantes da Mesa, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas pelo formulário disponível pela internet, no portal da Assembleia Legislativa. Para melhor organizarmos o debate, os participantes poderão encaminhar suas perguntas por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário, devendo, para registro, entregar o conteúdo da intervenção também por escrito. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o portal da Assembleia - www.almg.gov.br -, abrir o *link* com o formulário de participação e enviar sua contribuição.

Palavras do Sr. José Abílio Belo Pereira

Bom dia a todos e a todas. Agradeço a oportunidade de trazer uma síntese das propostas dos encontros regionais, formuladas por aproximadamente 1.700 engenheiros em todo o Estado. Não farei propriamente uma palestra, mas uma leitura das aproximadamente 1.250 propostas. Os eixos já foram mencionados: “Rodovias”, “Alimentos”, “Meio ambiente”, “Impacto das chuvas” e “Urbanicidade”. Antes de apresentar as propostas, farei algumas observações que ajudam a visualizá-las.

Alguns eixos foram subdivididos em temas. Pela leitura das propostas, é interessante notar duas coisas: a resolução dos problemas demanda articulação dos diversos níveis governamentais da sociedade civil e, nesse caso específico, pode ser constatada a contribuição das engenharias, uma parcela bastante importante da sociedade civil. Há propostas similares em eixos diferentes que demonstram a importância cada vez maior da articulação das diversas políticas e ações, superando as unicamente setoriais ou temáticas. Existem algumas constatações para todos os cinco eixos. A primeira foi bastante citada aqui, e é uma carência de planejamento ou, quando existe planejamento, da sua implementação. Existe uma dificuldade em formular planos, programas e projetos de médio e longo prazo, que incorporem definitivamente a participação da sociedade civil na sua concepção. Há uma premente necessidade de ampliar a visão do desenvolvimento regional - uma visão supramunicipal -, que é estruturante para os processos de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Dificuldade de articulação intra e interinstâncias governamentais na implementação das políticas públicas, e descontinuidade administrativa. As constatações anteriores comprometem a construção do futuro, denotando uma incapacidade de visualizar cenários e estabelecer objetivos e metas. Parece que está em cheque a administração pública tradicional. Há uma demanda clara por novas



formas de gestão. É imperativo encontrar formas de diálogo e gestão que incorporem permanentemente os três níveis de governo em escala regional, além da sociedade civil no planejamento e na elaboração de planos, programas e projetos.

Para o eixo “Rodovias”, as principais propostas são as seguintes: planejamento de rodovias e da logística de transportes demandam um olhar especial a partir dos municípios, das cidades e da região, pois é preciso reconhecer que as rodovias federais e estaduais são estruturadoras do desenvolvimento regional e vêm se tornando complementos da vida urbana na escala municipal e regional. Só para ilustrar, isso é um fato evidente nas regiões metropolitanas.

Mas hoje, em todas as regiões, nas proximidades das rodovias, é possível visualizar universidades que servem a muitos municípios.

Os serviços de saúde também são cada vez mais usados no trânsito urbano, seja no transporte por ambulância, seja em hospitais regionais localizados em determinadas cidades.

Do ponto de vista da habitação, as rodovias são o acesso a muitos condomínios - é uma forma bastante recente e expressiva da expansão urbana -, além dos empregos nas muitas indústrias que se localizam nas proximidades das rodovias. Dessa forma, ao pensar uma rodovia, seja de nível federal seja estadual, é absolutamente central a discussão com os municípios e região.

Há problemas diversos nas estradas federais: subdimensionamento, falta de acostamento, raios de curva acentuados, drenagem insuficiente, etc. É necessário redistribuir e reestruturar a infraestrutura rodoviária e ferroviária. É necessário também integrar os diversos modais, em especial os de carga, para uma logística eficaz. Rodovias, ferrovias, aeroportos, hidrovias: nos municípios é preciso resolver a crise da mobilidade urbana, melhorar muito a manutenção das estradas rurais e compatibilizar planos diretores e planos de mobilidade com a rede de estradas.

É fundamental superar - e isso foi muito mencionado em vários encontros - a fase das licitações feitas com projetos básicos e valorizar o projeto executivo detalhado. Entre outras vantagens, propicia importante ganho de tempo na etapa de execução, permite orçamentos mais precisos, menor custo da obra e das desapropriações, evita paralisações de diversas origens, inclusive por órgãos governamentais, e propicia a melhoria da fiscalização na execução das obras.

Ainda em relação às rodovias, cito a emergência da elaboração de um plano de execução de acostamentos e a construção de terceira faixa nos trechos com mais acidentes. As concessões necessitam de monitoramento e revisão.

Há uma forte demanda pela volta do trem de passageiros. No caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte, é interessante lembrar que são 34 municípios, 20 dos quais têm trilhos de trem. Se somarmos a população desses 20 municípios, teremos 80% da população metropolitana, 4 milhões de habitantes.

O eixo “Alimentos” está subdividido.

Assistência técnica. Fortalecer a Emater e ampliar seu atendimento; diversificar a origem da assistência técnica; auxiliar os proprietários e profissionais no georreferenciamento dos imóveis rurais.

Agricultura orgânica e familiar. Fortalecer a capacitação dos produtores e o incentivo à produção de alimentos orgânicos; estimular a organização dos agricultores para pertencerem a associações cooperativas; melhorar a transferência de tecnologia, diversificar a produção.

Crédito rural. Desburocratizar e melhorar a orientação aos agricultores e o acompanhamento técnico nos processos de financiamento; vincular a concessão do crédito à existência de um projeto elaborado por profissional habilitado.

Estradas rurais. Ampliar o compromisso das prefeituras na conservação das estradas rurais; debater novas tecnologias e sua viabilidade de implantação; difundir técnicas para a manutenção das estradas rurais.

Agrotóxicos e defensivos. Intensificar e tornar mais rigorosa a fiscalização do uso dos agrotóxicos; treinar profissionais visando a melhorar o conhecimento na aplicação desses produtos; investir na pesquisa de defensivos menos agressivos e em variedades mais resistentes.

Legislação. Melhorar a legislação trabalhista no que se refere aos trabalhadores rurais, principalmente aqueles que são contratados como temporários nas lavouras; melhorar o conhecimento sobre legislação ambiental, que exige dos proprietários rurais serviços ambientais e outorga de água; aprimorar a legislação da área de alimentos, principalmente no que se refere à legislação do município.

Alternativas de comercialização. Implantar galpões padrão Ceasa nas cidades-polo e feiras livres e galpões dos produtores nas cidades menores.

Descentralizar os galpões do Ceasa, mantendo-se a unidade administrativa, especialmente na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Tema: produção de leite. Fortalecer os programas de qualificação da produção de leite.

Eixo “Meio Ambiente”: atualizar a aplicação da legislação ambiental, especialmente no nível municipal. Constatou-se uma falta de isonomia na análise dos processos nas Suprams. Proporcionar efetivamente o uso múltiplo dos recursos hídricos, especialmente nos reservatórios.

Tema: recursos hídricos. Colocar em prática plano de gerenciamento de recursos hídricos nos municípios e bacias hidrográficas e monitorá-lo. Conter a poluição dos cursos d’água causada por indústrias, esgotamento sanitário e resíduos sólidos. Conter os impactos ambientais gerados pelas atividades agrícolas. Recuperar e revitalizar nascentes e bacias dos principais cursos de água. Melhorar a permeabilidade do solo na área urbana, propiciando maior retenção das águas das chuvas e recarga do lençol freático. Conter o assoreamento dos rios, melhorar a conservação das APPs urbanas e rurais.

Tema: conservação do solo. Recuperar áreas degradadas, melhorar o controle de erosão e a conservação do solo. Conter os impactos da mineração. Melhorar as práticas agrícolas aliadas à conservação do solo, conter o crescimento desordenado da pecuária extensiva.

Tema: educação ambiental. Ampliar a educação e a conscientização ambiental. Incorporar novos conteúdos sobre o meio ambiente nas escolas.

Tema: biodiversidade. Implantar corredores ecológicos. Revitalizar matas ciliares. Elaborar e implantar projetos de reflorestamento com espécies nativas nas margens dos cursos de água. Conter os desmatamentos em áreas de preservação. Implementar ações para evitar queimadas. Conter a caça de animais silvestres.



Tema: saneamento. Criar consórcios intermunicipais para gerenciar os resíduos sólidos e a correta utilização dos aterros sanitários. Elaborar planos municipais de saneamento para cumprir as leis federais de saneamento e resíduos sólidos. Na sequência, o Gilson vai falar sobre esse assunto.

Ainda no Eixo Meio Ambiente: resíduos sólidos. Ampliar muitas ações para destinação final de resíduos domiciliares e industriais. Implementar, com mais agilidade, os aterros sanitários. Implantar ou implementar, com mais eficácia, a coleta seletiva. Reutilizar material de demolição. Criar usinas para reciclagem de resíduos da construção civil. Implantar a coleta de lixo rural.

Tema: institucional. Incentivar programas de fomento florestal de cunho social e ambiental. Implementar programas de recuperação de pastagens com práticas de conservação do solo. Dar publicidade, assegurar e ampliar fonte de recurso para o pagamento de Bolsa Verde. Implementar a remuneração por serviços ambientais. Realizar jogos ambientais colegiais.

Eixo “Impacto das Chuvas: há uma constatação de que as chuvas são um fenômeno natural, mas os aspectos negativos e os acidentes e desastres, na verdade, têm sido sempre causados por fatores antrópicos, como falta de planejamento, entupimento das redes de drenagem e de esgoto. A principal proposta é melhorar a capacidade de resolução dos municípios, que está muito aquém da necessidade. Implantar ou melhorar a proteção da Defesa Civil nos municípios, em cumprimento à Lei Federal nº 12.608. Apoiar a Comissão Municipal de Defesa Civil e treinar recursos humanos especialmente para resgates. Estabelecer parceria com o Corpo de Bombeiros de outros municípios, quando for o caso. Estabelecer plano de contingência para momentos de desastre com o Centro de Gerenciamento de Crise. Implantar sistemas de alerta de enchentes. Melhorar a coleta e o tratamento dos resíduos e a limpeza urbana. Criar e manter um sistema de coleta de dados e produção de informações hidrometeorológicas. Elaborar carta geotécnica, com prioridade para os sujeitos a escorregamentos e manchas de inundação. Realocar a população assentada em área de risco. Ampliar e melhorar a fiscalização urbana do uso do solo, destacando-se as ocupações e construções em áreas de risco.

Articular a educação ambiental, em especial nas escolas, aos problemas urbanos: uso e ocupação do solo, separação das redes de esgoto da rede de drenagem, melhoria da coleta e tratamento de resíduos sólidos - inclusive com a coleta seletiva -, proteção e defesa civil, etc.

Tema: questões institucionais. Elaborar e implementar o plano de saneamento, considerando os seguintes aspectos quanto à drenagem. Aí, vem uma série de sugestões e itens a serem seguidos que não lerei por motivo de tempo.

Eixo “Urbano e Cidade”. Tema: implementação do planejamento urbano. Implementar, de fato, o planejamento, a legislação e a fiscalização urbana.

Tema: habitação de interesse social. Implantar os programas habitacionais em áreas com infraestrutura urbana, contemplando o direito à cidade; implementar a Lei Federal de Assistência Técnica; agilizar e buscar eficácia nos programas de regularização fundiária.

Tema: saneamento e resíduos sólidos. Implementar a Lei dos Resíduos Sólidos e até a logística reversa, que é ainda muito incipiente; melhorar substancialmente a drenagem urbana; melhorar a mobilização social para a drenagem urbana, em geral, tema pouco priorizado na gestão municipal.

Tema: mobilidade e acessibilidade. Vincular propostas e planos de mobilidade às diretrizes do Plano Diretor e ao uso do solo das cidades, às normas de acessibilidade e à relação com as estradas federais e estaduais; melhorar os passeios das cidades, em geral, muito precários; incorporar o olhar regional para resolver problemas de mobilidade; ampliar a discussão sobre modais - há cidades com forte e histórico vínculo com ferrovias e potencialidade da volta de transporte ferroviário de passageiros; em outras, há tradição de transporte por bicicleta, com aumento do número de motos, demandando uma nova forma de pensar a mobilidade localmente; e cumprir a recente legislação urbana, a partir do Estatuto das Cidades, que aborda a questão da acessibilidade, a quitação de interesse social, assistência técnica, saneamento, resíduos sólidos, mobilidade e a proteção e defesa civil.

Finalizando, é importante lembrar que as propostas que li aqui são uma síntese que tenta explicitar o conjunto das 12 regiões, mas o olhar prioritário dos encontros regionais foi o do desenvolvimento regional; o olhar para o município e para o pedacinho que compõe a região, espelhando-se, portanto, as peculiaridades das regiões mineiras. Obrigado a todos.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de slides.

O presidente - Agradecemos a brilhante exposição do José Abílio Belo Pereira e passamos a palavra à Sra. Célia Regina Alves Rennó.

Palavras da Sra. Célia Regina Alves Rennó

Prezado deputado Paulo Lamac, na pessoa de quem cumprimento meus colegas da Mesa; senhoras e senhores; meu caro presidente do Crea Jobson Andrade, primeiramente cabe a mim, como presidente da Abes, agradecer o convite do Crea para participar deste importante evento que promove junto à Assembleia Legislativa. Este é um momento muito rico, quando estamos discutindo e inserindo o Crea na discussão das políticas públicas.

Jobson, com a execução desses cadernos, você só começou o trabalho. Essa entrega é um primeiro passo de inserção da engenharia em uma discussão mais ampla das políticas públicas e em um acompanhamento e monitoramento de tudo isso que estamos discutindo. O Crea tem um importante papel a fazer dentro desse acompanhamento, e nós da Abes nos sentimos muito honrados de estarmos aqui e podermos trabalhar nisso com você. Essa nossa parceria tem sido frutífera e ainda será muito mais a partir de agora.

Cabe a mim fazer aqui algumas considerações a respeito da política pública de saneamento. Estamos aqui com um dos maiores especialistas, o Dr. Gilson, nosso colega associado da Abes, que desde a época de escola de engenharia participa desse processo e é um profundo conhecedor da área e vai trazer uma contribuição muito grande para a discussão que fazemos aqui. O que eu tentei trazer para vocês foi um panorama mais positivo a respeito dessa questão da política pública de saneamento e a respeito dessa questão da intersetorialidade dessa política, o que é mais importante, em vez de um panorama em que o saneamento chora - e ele sempre chora. Vocês verão isso. O José Abílio colocou as diversas propostas aí contidas e discutidas nos encontros regionais, e essas propostas mostram a necessidade de avaliação da intersetorialidade dessas ações, porque muitas delas aparecem em vários eixos, em várias políticas. Acho que o Crea vai ter um papel fundamental nesse acompanhamento e nessa identificação.



Mas, como presidente da Abes, Seção Minas Gerais, teremos que dar um enfoque maior na questão do saneamento, e eu gostaria de trazer para vocês uma fala a respeito da situação do setor hoje. O que acontece com o setor de saneamento hoje? Existe uma consideração muito importante que temos que fazer quando apresentamos essa questão dos segmentos. O segmento de saneamento é um dos mais atrasados em implantação no País. Onde temos problemas de infraestrutura já demandados por todos nós - estamos falando de mobilidade, de transporte, de energia -, a discussão do saneamento só não está mais atrasada que a dos portos. Saneamento não tem sido priorizado na agenda, e acho importante, pela sua intersectorialidade, que venha a entrar mais fortemente. Já senti que o Crea tem sido receptivo, e é por conta disso que estamos aqui hoje e o Dr. Gilson tem um papel fundamental nessa discussão.

Vou fazer um resumo global. Os níveis de atendimento estão bem aquém dos países desenvolvidos, embora tenham uma evolução relativamente boa ao longo dos últimos anos. Hoje somente 82% da população global do País, incluindo também a população rural, é atendida com água, segundo dados de 2011, último dado disponibilizado pelo governo federal. Somente 48% são atendidos com sistema de esgoto e, desse esgoto coletado, apenas 37% são tratados. Isso desencadeou uma série de problemas ambientais, de recursos hídricos e diversos outros ligados a essa fraca infraestrutura que temos. Assim, temos que rever esse posicionamento.

Para testar esses serviços, temos um rol bem variado de prestadores de serviços: as 27 companhias regionais de saneamento, as 6 companhias microrregionais, algumas com participação da iniciativa privada, com 1.139 municípios que prestam diretamente esse serviço à população. Então, no Brasil, nos 4.956 municípios, há mais de mil operadores que têm que garantir a prestação desses serviços, o que mostra a complexidade do envolvimento de diferentes atores do setor. Então precisamos fazer com que esses diferentes atores, com suas diferentes características, venham conversar e discutir mais a implantação da política pública. Acho que a Assembleia Legislativa é uma importante casa para onde devemos trazer a repercussão dessa conversa com esses diferentes atores, mas queremos que o Crea os escute e traga o posicionamento deles em suas demandas por infraestrutura.

Isso tem uma complexidade ainda maior porque, considerando todos os municípios onde se opera o sistema de saneamento, somente 8% de todos os operadores não têm sistemas deficitários, arrecadam mais do que gastam. Os demais, 92% dos municípios gastam mais do que arrecadam, o que quer dizer que eles precisam buscar fontes de recursos fora da arrecadação da prestação dos serviços para cumprir esse mínimo, o que implica um peso maior para o governo. Realmente precisamos discutir esse assunto com esta Casa para encontrarmos uma solução para essa gestão, pois esse fator é muito importante.

Gostaria de trazer ao conhecimento das senhoras e dos senhores alguns desafios do setor. Na realidade, não foi a Abes que os discriminou, já que ela apenas faz parte do grupo criado para acompanhar a implantação dos planos de saneamento em todo o Brasil. A Abes nacional faz parte do grupo que vai acompanhar esses indicadores. O próprio governo federal já identificou uma série de gargalos e desafios para a implantação da política pública de saneamento, então o que estou trazendo são exatamente esses gargalos já identificados e que muitas vezes conjugam com as demandas realizadas nos cadernos do Crea. Aproveitamos a oportunidade do dia de hoje para fazer com que eles repercutam e tragam mais pessoas para trabalhar conosco nesses desafios.

Precisamos fortalecer a política de saneamento, a agenda da política de saneamento. Notamos que ela, embora já tenha sido aprovada em 2007, com vigência desde 2010, época em que foi regulamentada, ainda não faz parte da agenda das casas legislativas nem dos nossos representantes, que ainda não escutam todas as demandas que vêm de formas desconexas e fora de um contexto global. Então precisamos reforçar essa agenda com ações políticas mais conjugadas e conectadas, bem como fortalecer os entes responsáveis por essas políticas no governo federal.

O Dr. Gilson esteve na Funasa e colocou o saneamento em evidência lá, mas ele mesmo sabe a dificuldade que é colocar dentro da saúde a agenda saneamento, que muitas vezes não é priorizada como deveria. A medicina preventiva nem sempre é tão valorizada quanto a preditiva. Por esse motivo, novamente voltamos a esta Casa para dizer: vamos valorizar a medicina preventiva e reforçar essa nossa demanda junto à Funasa, para que ela continue fazendo associações, como ela fez com o Crea. Foi uma mobilização muito grande aqui em Minas Gerais. Queremos que, nessa mobilização, a Assembleia realmente faça com que aconteça o saneamento na extensão por nós pretendida. Foi muito importante o papel do Gilson, na Funasa, mas é primordial que ele tenha continuidade, sempre, e esta Casa é e será o vetor para essa fala.

Desejamos ainda estender a relação de cooperação entre municípios, governo federal e governo estadual, para que esse saneamento aconteça na extensão desejada, bem como ampliar essa política de investimento no setor. Vou rapidamente mostrar a vocês alguns dados de como essa política é feita, mas é certo que também vamos precisar reforçá-la de forma muito intensa. Também pretendemos consolidar o Plansab e estabelecer um consenso maior.

Em relação ao Plansab, a ação do Crea, por meio do convênio com a Funasa, foi fundamental. Os municípios puderam ser envolvidos. Aliás, envolvemos um número bem maior de municípios. Existia uma demanda municipal muito grande pela realização dessa capacitação, e creio que, se começamos esse atendimento, é porque vislumbramos uma necessidade muito maior de participação dos municípios e dos munícipes nessa implantação do plano. Além disso, também precisamos estabelecer alguns consensos, como a questão da desoneração do setor. Vários setores, por exemplo, o de telecomunicação e energia - e o deputado sabe disso - já conseguiram desoneração, e o setor de saneamento não consegue. Será que ter um telefone celular é mais importante que ter água, esgoto e resíduos sólidos coletados? Por que esse recurso que está onerando o setor não pode retornar para o setor que tem tantas carências? É preciso estabelecer esse consenso e batalhar por isso, sem nos esquecermos de qualificar melhor os investimentos públicos, já que eles nem sempre estão sendo aplicados de forma coerente.

Sabemos que investimentos foram realizados em estações de tratamento de esgoto, em aterros etc. em vários municípios. Eles foram implantados, mas não estão operando, não estão fazendo nenhum atendimento à população. Então, na nossa parceria, acompanharemos isso e realmente estabeleceremos indicadores para poder trazer isso a esta Assembleia.

Há vários desafios, por exemplo, o aprimoramento da gestão, que acho fundamental. Estados e municípios devem fazer uma gestão mais integrada do setor. Devemos ter capacitação não só com esse programa do Crea, mas também com diversos outros. Precisamos envolver todo esse setor que tem conhecimento, ampliar o número de pessoas que trabalham nisso e reduzir as perdas dos sistemas de



saneamento de água do Brasil, quw, às vezes, são maiores que a metade da água. Ou seja, pegamos água, mas a sua metade se perde antes de chegar à população. Precisamos fazer o uso racional e mais eficiente da água, em todos os setores.

O setor industrial está à frente disso, mas precisamos envolver outros setores, como a agricultura. Hoje a água é uma questão pungente no Brasil. Devemos ter eficiência energética do setor. Como estamos tão dependentes desse produto, precisamos trabalhar a eficiência energética. Precisamos ainda ter a redução da intermitência, pois muitas pessoas recebem água só uma vez por semana, e isso não pode acontecer: água deve chegar todos os dias, deve estar presente na casa e na saúde de todas as pessoas. Precisamos, então, inserir a operação e a manutenção da drenagem, que, muitas vezes, são fatores desconhecidos. As prefeituras só sabem da drenagem no dia em que há enchente, e não pode ser assim. A drenagem deve estar inserida na administração municipal. Precisamos desenvolver institucionalmente os setores que estão perdidos, trazendo para eles modelos de gestão melhorados.

Há um desafio maior. Toda essa agenda que falei a vocês é a chamada agenda do século XX. Durante o século XX investimos na universalização do saneamento e não a atingimos, conforme os dados que demonstrei a vocês. Então o Brasil ainda está correndo atrás da agenda do século passado, na questão da universalização do saneamento que muitos países já conseguiram. Agora temos uma agenda nova: a agenda ambiental. A questão das mudanças climáticas hoje é trabalhada. Prefiro não falar em mudanças climáticas, mas em eventos extremos que estão acontecendo. O que temos nesses eventos extremos? Hoje acontecem inundações em um dia e, no dia seguinte, no mês depois, secas nos mananciais. Então essa preocupação, essas questões de secas e inundações nos trazem desafios hídricos. Existe um desequilíbrio nessa questão e na infraestrutura que hoje está implantada. Isso faz com que nós, do setor de saneamento, fiquemos preocupados. Ou seja, além de implantarmos a infraestrutura como já fazíamos, teremos de construir sistemas mais resilientes. Quer dizer, teremos de implantar sistemas que resistam melhor a essas secas profundas e enchentes, sistemas cujos serviços deem as respostas que as pessoas querem.

Isso insere um novo processo de compreender e avaliar essas mudanças climáticas, fazendo planejamento para elas e implementando sistemas mais capacitados para resistir e dar respostas. Assim não ficaremos como São Paulo, onde se discute a questão da água no momento de crise. Devemos pensar isso com mais planejamento e tentando atender às demandas, que não acontecerão só no Estado de São Paulo, mas também em Minas Gerais. No Estado precisamos discutir em diversos casos esse tema. Se estivermos preparados, se a engenharia estiver preparada para dar uma resposta, tenho certeza de que haverá sistemas melhores e planejados e com custos menores e melhor atendimento à população. Então quero concluir dizendo que o setor ainda não atendeu à agenda do século passado e precisamos correr atrás dela. Já precisamos preparar a engenharia para atender à agenda do futuro, à agenda das questões ambientais e mudanças climáticas.

Então, apresento a vocês a necessidade de investimentos pensada no Plansab, que é de R\$500.000.000,00 em 20 anos; por ano, seriam R\$25.000.000,00. No entanto, os investimentos foram pensados com o intuito de atender a agenda do século passado, em cujas preocupações a mudança climática não estava inserida. Então, temos aí a necessidade de investimentos significativas no setor, mas não temos dado conta dessa necessidade, não estamos conseguindo correr atrás dela. Têm sido disponibilizados recursos no governo federal, e, por motivos diversos - não vou entrar na discussão aqui -, não estamos conseguindo gastá-los. Quer dizer, o recurso existe dentro da estrutura governamental para a realização dessas ações, e nós - e aí colocamos a culpa na engenharia também - não estamos conseguindo fazer com que eles resultem nas obras e nos serviços que queremos para a população de um país como o Brasil, com esse potencial, como disse o senhor, o quinto PIB do mundo.

Nessa tela, mostro uma comparação que considero importante quanto à infraestrutura. Esses dados são do Banco Mundial e nos foram apresentados na semana passada. Eles nos mostram como estamos investindo o PIB. A China investe 13% do seu PIB em infraestrutura urbana. O Brasil, nos últimos anos, tem investido 2,1% em infraestrutura urbana. É óbvio que, com esse nível de investimento do PIB em infraestrutura urbana, não vamos conseguir construir uma infraestrutura de primeiro mundo em termos de energia, transporte e mobilidade urbana. Esse índice mostra como temos de nos unir e pedir essa política pública visando a uma melhor infraestrutura, porque ela vai refletir na qualidade de vida da população, na construção de um país que gostaríamos de ver acontecendo antes da chegada dos nossos netos.

Aqui mostro o desafio relativo ao saneamento. Vocês podem ver nesse gráfico mais à direita que, mesmo com esses baixos investimentos em infraestrutura urbana, o setor de saneamento ainda é o que recebe menor índice de aplicação de recursos. Quer dizer, é um setor diretamente envolvido na questão ambiental e na área da saúde, mas recebe um valor insignificante para a infraestrutura. Era isso o que tinha a apresentar. Muito obrigada. Estou aberta às discussões.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de slides.

O presidente - Nós é que agradecemos a exposição da Sra. Célia Regina Alves Rennó. Nesse momento em que a Célia fez uma apresentação realista e desafiadora com relação ao futuro, não posso deixar de falar sobre um projeto de lei, de nossa autoria, que tramitou na Câmara Municipal de Belo Horizonte há alguns anos, tratando da questão do reuso da água, algo muito comum em outros lugares: a utilização de tecnologia simples para reaproveitamento da água. Certamente as gerações futuras vão olhar para trás e falar: "Que povo doido. Eles tratavam a água e a tocavam pelo esgoto adentro". Isso é algo difícil de compreender. Em alguns lugares já existem sistemas efetivamente aplicados para o reuso da água. Lamentavelmente esse projeto foi vetado em Belo Horizonte devido à compreensão de que a reutilização da água seria algo muito perigoso para a saúde humana. Certamente, muito em breve, não teremos como escapar de discussões mais profundas sobre a utilização da água, especialmente da água tratada. Há bastantes investimentos e estamos diante da escassez do recurso, mas, por vezes, fazemos um uso discutível.

Estamos debatendo a engenharia no desenvolvimento de Minas Gerais. Falando em engenharia sanitária, passaremos a palavra a um dos grandes expoentes dessa discussão, que esteve recentemente no governo federal, onde deu uma contribuição importante. Podemos contar hoje com a sua presença. Com a palavra, o Sr. Gilson Queiroz.

Palavras do Sr. Gilson Queiroz

Obrigado, deputado Paulo Lamac. Bom dia a todos. Gostaria de agradecer imensamente ao deputado Ivair Nogueira a oportunidade de trazer essa discussão que a engenharia mineira desenvolveu durante os encontros regionais do ano passado, em que o Jobson tão



bem capitaneou esse processo. Gostaria de saudar todos os componentes da Mesa e de destacar a presença do pessoal da Funasa em Minas Gerais, que está escondido na parte de cima. Estão presentes o Célio, o Giuseppe, chefe da Engenharia, e o Francisco Porto. Não estou enxergando bem o resto da turma. Eles foram meus colegas de trabalho até bem pouco tempo. Tivemos a oportunidade de participar, na Funasa, desse debate importante sobre o saneamento.

Esse seminário e os diversos temas e eixos discutidos nesses encontros regionais mostraram a importância de alguns conceitos. Primeiro, foi mostrada a importância da transversalidade do saneamento, que acaba impactando. Quando o José Abílio apresentou o resumo dos eixos, vimos o saneamento presente em diversos momentos.

Segundo, foi mostrada a importância da integralidade, que é um dos conceitos contidos no Plano Nacional de Saneamento Básico. Precisamos tratar de todos os temas do saneamento, pois eles impactam na vida de nossas cidades de forma decisiva.

É lógico que a questão do planejamento, que foi destacada desde a abertura e muito tratada nas diversas reuniões, ficou mais evidente. Apesar de o planejamento ser um conceito bem internalizado por nós, profissionais da engenharia e gestores públicos, ainda não vencemos o desafio da integração dos diversos temas. Hoje temos de fazer o planejamento urbano, da mobilidade, da habitação e do saneamento. Todos dialogam entre si, mas não sabemos como integrá-los efetivamente no dia a dia. O que faremos para que o gestor municipal, que às vezes está em um espaço reduzido do ponto de vista do equipamento para o desenvolvimento das suas atividades, consiga enxergar e fazer com que o seu trabalho seja compatível com os demais trabalhos desenvolvidos paralelamente? Trataremos desse desafio nessa questão do Plano Municipal de Saneamento.

Foi muito bom a Célia ter feito essa apresentação, pois enriqueceu e apresentou um quadro muito real e atual da situação do saneamento no País. Ela foi boazinha quando disse que estamos com a agenda do século XX e precisamos desenvolver a do século XXI. Diria que ainda estamos com parte da agenda do século XIX, pois convivemos com o esgoto, que tem sido tratado desde a época do Império. A turma já sabe o que fazer e dispomos de tecnologia para resolver essas questões. Estamos avançando no debate sobre a questão das mudanças climáticas e sobre como tratar o saneamento nos extremos do nosso planeta.

Com tudo isso, é necessário que nos envolvamos, nos integremos e tentemos fazer acontecer o que deveria ter acontecido há um século e meio. Também há a questão dos investimentos em saneamento. Investimos apenas 1,2% do PIB, enquanto precisávamos investir 10% ou mais. Por que isso não está acontecendo? Neste momento de disputa eleitoral, vemos algumas críticas tentando responsabilizar este ou aquele ator pelos problemas. Como disse a Célia, na realidade, este é um problema de todos nós.

No ano passado, na última seleção para saneamento, o País disponibilizou R\$32.000.000.000,00 - a Célia atualizou para R\$18.000.000.000,00 -, e não conseguimos investir mais do que R\$8.000.000.000,00, R\$10.000.000.000,00 por ano. Isso significa que estão faltando profissionais, que eles estão em formação ainda dentro das escolas. Formamos muito menos engenheiros e profissionais da área de engenharia sanitária que o necessário. E isso não é só na área de saneamento, mas em todas as áreas. Foi feito um investimento importante, tivemos aumento de vagas nas universidades federais e um investimento estratosférico na quantidade de escolas técnicas. A intenção é colocar mais profissionais no mercado para ajudar o País a resolver o problema.

Temos essa dificuldade da aplicação dos recursos em virtude da falta de profissionais, mas também há alguns conceitos internalizados na estrutura do Estado brasileiro que precisam ser tratados. O desequilíbrio entre os órgãos de execução e os de controle é uma aberração. Hoje, no serviço público federal, estadual e municipal, há carreiras que deveriam ser tratadas como típicas de Estado, com a valorização adequada. É o caso dos professores, que exercem uma carreira fundamental para o desenvolvimento do País. Não podemos ser um país desenvolvido se não resolvermos o problema da educação. Então, precisamos tratar das carreiras. Todo mundo reclama da saúde, mas não há o investimento necessário para a valorização das carreiras da saúde. Da mesma forma, a nossa engenharia, que está presente em todas as políticas públicas, não é devidamente valorizada. Se conseguirmos equilibrar a valorização das carreiras do Poder Executivo, das carreiras que realmente fazem acontecer e aparelhar o Estado brasileiro com a quantidade de pessoas necessárias para fazer acontecer, com as carreiras do Judiciário e dos órgãos de controle, vamos ter, efetivamente, uma atração de talentos e pessoas interessadas em atuar. Aí, sim, vamos conseguir começar a superar esses desafios. Não podemos mais conviver com tanto desequilíbrio no Estado brasileiro.

O Plano Nacional de Saneamento Básico estabeleceu que os planos municipais devem ser elaborados, porque o município é o responsável pelo desafio de tratar das questões de saneamento. Isso está claro, porque a iniciativa privada e as concessionárias estaduais que têm a concessão de alguns serviços não tratam de todas as questões de saneamento, mas de questões específicas como água e esgoto. Por exemplo, em Minas Gerais, a Copasa tem mais de 600 concessões de água, mas não tem o mesmo número de esgoto, não trabalha na área de drenagem e só um pouco, na área de resíduos sólidos. Temos retratos como estes que estão expostos ali: os nossos cursos de água estão abarrotados de lixo, pessoas estão convivendo com esgoto sanitário, cidades estão sendo inundadas e prejudicadas pela falta de planejamento, além da ocupação desordenada em áreas de inundação. Então, são estes os desafios que temos de enfrentar.

A lei do saneamento definiu que devemos tratar dessas questões nos três níveis de governo. Uma repórter me perguntou no início do evento como está a situação de Minas Gerais. Há o cenário do País, o cenário das cidades que estão fazendo o diagnóstico de seus planos, mas não há um cenário estadual tão claro, porque o Estado não realizou a tarefa de elaborar o plano estadual de saneamento. Isso é fundamental. Como foi elaborado um termo de referência, é necessário que se reúnam todas as informações fundamentais que existem na Copasa, na Sedru, no sistema de meio ambiente. Isso deve ser consolidado para que tenhamos um diagnóstico claro de como atuar no Estado, de forma que consigamos organizar as coisas em Minas Gerais. Alguns cenários de atuação foram estabelecidos para elaborar o Plansab. Foi adotado o cenário 1, eleito como referência para a política de saneamento que vamos tentar universalizar nesse horizonte de 20 anos.

Algumas premissas tratadas nesse cenário orientaram e definiram a elaboração do Plansab. Em primeiro lugar, estabilidade e continuidade das políticas públicas. Não podemos conviver mais com a história de que um novo gestor ache que vai inventar a roda. Creio que há um amadurecimento suficiente no País para saber que as políticas são produtos do conjunto da sociedade e de todos os atores que estão no Legislativo, no Judiciário e no Executivo. Isso tem de ser tratado de forma gradativa, para que os ganhos sejam



acumulados. Assim, vamos conseguir chegar aos avanços necessários com todas as políticas públicas. Então, quanto ao saneamento, foi previsto ou considerado que isso será uma premissa básica.

O Estado se consolidando nos avanços da capacidade de gestão de suas políticas: o aprimoramento do aparelho do Estado, como a valorização das carreiras que efetivamente vão executar as ações, é um movimento importante. Podemos entender isso ao verificar as nossas estruturas do passado, há 10, 20 ou 30 anos, e as compararmos com as de hoje. Vamos, então, perceber que temos avanços na capacidade de gestão.

A riqueza da discussão que se coloca é que a execução não está de acordo com a nossa capacidade de produzir e pensar. Estamos preparados para o futuro, mas não estamos conseguindo alavancá-lo, colocando dados na realidade para que aumente.

A ampliação da capacidade de planejamento integrado é outra dificuldade, pois já conseguimos fazer planejamentos setoriais. Mas resta o desafio de fazer as diversas políticas dialogarem entre si, tendo coerência e evitando o desperdício de recursos, o que muitas vezes assistimos. O fortalecimento da participação social é outra premissa básica, pois não se pode achar que este é um problema de governo. Todas as políticas públicas são de interesse das três esferas de governo, de todos os Poderes e da sociedade como um todo. É fundamental que abracemos essas propostas. Estas são premissas tidas como realidade para organizarmos o Plano Nacional de Saneamento.

Que desafios temos? Há um problema sério no que diz respeito à composição da Federação. Há 5.565 municípios, sendo que apenas 607 deles têm mais de 50 mil habitantes, ou seja, temos um grande número de pequenos municípios e de prefeituras que vivem do Fundo de Participação dos Municípios e que não têm nenhuma capacidade de investimento. Há poucos dias, ao participar da reunião de um comitê de bacia, um prefeito falou que os executivos das pequenas cidades estão reduzidos a gestores de folhas de pagamento. Esta é a realidade. Há municípios cujo desafio é conseguir cumprir os compromissos da folha de pagamento, pois não têm nenhuma capacidade de investimento. A discussão do pacto federativo e a alocação de recursos de investimento para conseguirmos avançar é outro ponto a ser tratado.

Existe ainda a questão do desenvolvimento institucional do serviço de saneamento. É claro que precisamos, pois o grande desafio dele não é conseguir fazer planos e executar obras, mas operar e manter as obras para o resto da vida, porque a gestão dos serviços é fundamental. Apenas 8% dos municípios conseguem arrecadar mais do que gastam com a tarifa de saneamento. É preciso discutir gestão, otimizar processos, envolver, estruturar e organizar serviços, além de utilizar tecnologias. A questão da criação de consórcios é importante para ultrapassar esse desafio.

Também a melhoria da qualidade do capital humano em municípios vulneráveis é um trabalho importante. A Funasa se valeu de diversos parceiros para essa questão. Um dos movimentos foi esse convênio com o Crea, que está ajudando com uma equipe de consultores trabalhando na capacitação dos municípios. Trabalhamos também com a Abes, em diversos cursos, e com a Associação dos Serviços Municipais Autônomos de Água e Esgoto. Fizemos convênios focando a capacitação. São muitos cursos, muitos momentos de integração, de troca de experiências que foram realizados. É preciso melhorar o capital humano, porque precisamos ter planos municipais, estaduais e federais consistentes e também projetos. Há um histórico de execução de obras a partir de projetos básicos que foram efetivamente responsáveis por desperdício de serviço público.

Um projeto malfeito gera obra duvidosa e até operação inexistente. Podemos ser incapazes de colocar em funcionamento um sistema mal projetado. A Célia falou da capacitação dos quadros estratégicos. É preciso haver troca de informações entre as esferas governamentais e as entidades, de modo a termos efetivamente essa cooperação.

Como o meu tempo acabou, vou concluir dizendo que todos esses desafios são colocados para os municípios, pois neles ocorrem todas as ações. É nos municípios que todas as ações se integram. Sem plano realizado ou projeto adequado, os municípios não irão ultrapassar esses desafios. É necessário darmos as mãos para ajudá-los. Sem plano, os recursos federais não serão aplicados nos municípios. Se o município não mostrar que está integrado às diretrizes do Plano Nacional de Saneamento Básico, não terá acesso a recursos. Acredito que esse trabalho será o maior desafio, porque os pequenos municípios não possuem equipes técnicas e gerenciais nem capacidade financeira para investir.

Convênios como este do governo federal, por meio da Funasa e do Crea, devem continuar e ser maximizados. Também é fundamental que a nossa robusta companhia estadual, que agregou conhecimento ao longo da sua existência e é uma das melhores de saneamento do País, ultrapasse o limite dos serviços por ela operados. Ela tem de contribuir para todos os municípios e cidadãos mineiros.

Agradeço aos senhores a oportunidade e encerro minha apresentação, pois não vou conseguir concluí-la. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de *slides*.

Palavras do Sr. Licínio Xavier

Cumprimento o deputado Paulo Lamac e os demais componentes da Mesa. Estendo os meus cumprimentos aos presentes neste Plenário, aos senhores e às senhoras. Meu nome é Licínio Xavier, e, como disse o deputado, represento o Toninho Andrada, prefeito de Barbacena, atual presidente da AMM, que me recomendou participar desta reunião.

Chegando aqui, fiquei um pouco apreensivo quando vi esta placa grande presa à mesa e recebi um cartão com os dizeres: “Contribuição das engenharias para o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais”. Sou biólogo; é um contrassenso. Passei 30 anos da minha profissional enclausurado entre quatro paredes. Dos 20 aos 40 anos de idade, fui professor de biologia do Instituto Marista.

Em 2000, surgiu uma oportunidade na Fundação Estadual do Meio Ambiente, quando vim tomar conhecimento do viés ambiental municipal, estadual e federal. Permaneci na Feam como consultor de atividades industriais, durante sete anos.

Em 2007, vislumbrando possibilidades aqui fora, fui para o Sicepot, onde ainda me encontro como assessor técnico ambiental. Tenho ajudado muito o DER e o Dnit quanto à destinação de entulhos e de refugos de materiais outros para os municípios. Criamos uma parceria de maneira espontânea e voluntária.



Na mesma ocasião, sendo de Mariana e conterrâneo de Gilson Queiroz, procurei o prefeito da referida cidade em março de 2007 e pedi-lhe uma oportunidade na AMM, que também estamos aqui representando. Meu viés ambiental iniciou-se em 2001 e se prolonga até hoje.

É notório que o município desempenha importante papel no processo de gestão ambiental, na preservação do meio ambiente e no controle das fontes de poluição em nível local. Contudo, a enorme demanda, o desequilíbrio federativo, a escassez de recursos e o excesso de burocracia dificultam e até mesmo impossibilitam o gestor de exercer seu papel com plenitude.

Início minha breve participação representando a AMM, pois me foram concedidos 20 minutos, dizendo que, como estamos em período pré-eleitoral federal, estadual e municipal, na segunda projeção trarei o cenário que ocorreu no período das eleições municipais de 2012. À esquerda da tela, acrescentei um levantamento de novos gestores pós-pleito de outubro de 2012. Vejam os senhores: são 680 prefeitos em nova gestão, e 65,3% deles são prefeitos em primeira gestão, sem nenhum conhecimento prévio vivenciado junto aos municípios e à prefeitura. Acrescentando o número de 557, que gerou 65,3%... Acrescentamos aqui prefeitos já eleitos em outra gestão. O processo foi interrompido - segundo mandato -, houve uma isenção de participação efetiva desse prefeito. Hoje, em Minas Gerais, dos 853 municípios, 680 têm gestores que estão ocupando o mandato pela primeira vez.

Recentemente, um jornal local tratou da habilidade cultural dos prefeitos de Minas Gerais. Não sei se para ser prefeito é preciso ser formado em medicina, engenharia, biologia ou tem de ser professor. Alguns outros têm formação não muito adequada, segundo o jornal. Para mim, vale a importância da disponibilidade, da vivência e da criatividade do prefeito.

Corremos muito o Estado atendendo às prefeituras e percebemos que quem faz uma boa gestão não é só o prefeito, mas o secretariado competente que ele contrata.

E vejam os senhores que, tão logo esses 680 prefeitos assumiram a gestão municipal, sobre suas mesas já havia uma série de pendências que não faziam parte, até então, do processo de conhecimento público do gestor municipal: o viés de educação, o de saúde e o de segurança pública. Mas surgiram, ao longo desse período e inclusive na gestão anterior, pendências ambientais, que enumero para que os senhores acompanhem.

No item 1, Lei nº 11.445, editada em 2007 - explanada previamente pela Dra. Célia e pelo Dr. Gilson Queiroz -: hoje, o custo para um município elaborar um plano de saneamento para uma cidade de 15 mil habitantes não fica aquém de R\$250.000,00. E esse custo passou a ser municipal. Desses 680 municípios, com seus correspondentes novos prefeitos, 72% têm uma população aquém de 15 mil habitantes, e seu FPM - única receita para a sustentação das suas atividades municipais - não passa de R\$600.000,00 por mês. Se 50% desse valor fica restrito à folha de pagamento e os outros 50% são destinados à educação, à saúde e à segurança pública, deixo esta questão em aberto: como um município elabora um plano se não dispõe de receita para tal?

Surge a Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305 -, cujo prazo vence agora, no dia 4 de agosto. Essa lei preconiza a extinção total dos lixões nos municípios brasileiros, evidentemente incluindo os municípios mineiros. Acredito que ainda existam 300 municípios no Estado de Minas Gerais que dispõem do lixo de maneira indevida, inadequada. Serão penalizados? Fica aí a pergunta.

Terceiro item: Lei Complementar nº 140, em que o Estado repassa aos municípios a incumbência de licenciar empreendimentos de nível local, caracterizados nas classes 1 e 2 e posteriormente, havendo oportunidade e interesse do gestor municipal, nas classes 3, 4 e 5, ficando restrita ao Estado, à Semad e às Suprams a classe 6. Isso implica custos para o município na contratação de pessoas específicas para tal procedimento.

Vem agora uma lei recente, que vence no próximo ano, relativa à mobilidade urbana - projetos e execução. Houve um momento interessante que foi o movimento de ruas ocorrido no ano passado, durante a Copa das Confederações. Relacionada à questão ambiental, naquele movimento foi citada, em uma ou outra região do Estado, sobretudo em Belo Horizonte, a questão da mobilidade urbana. Portanto, esta é outra demanda, outra situação de imposição aos municípios.

Surgem agora, no item 5, as Leis nºs 12.651 e 20.922, relativas ao Código Florestal Brasileiro e ao Código Florestal Mineiro. E, nesse viés, está o Cadastro Ambiental Rural - CAR. Aquele pequeno agricultor, aquele pequeno ruralista, sem ter a quem procurar, vai em busca do prefeito e lhe solicita ajuda para fazer cadastro junto ao Estado e junto à União. A prefeitura terá de contratar um engenheiro agrônomo, um especialista para realizar tal procedimento.

Mencionarei algo que não faz parte do viés ambiental, mas é um problema tão grande quanto os anteriores, que é a questão da Resolução Normativa nº 414, que implica para os municípios assumir o ativo da iluminação pública.

A concessionária cede a energia elétrica para o município, mas a manutenção do poste, do braço, da luminária e da lâmpada corre às expensas do gestor municipal. Vejam os senhores que os seis itens que enumeramos passam a ser de competência de um município - situação de quase todos os municípios - que não tem capacidade financeira para exercer em plenitude esses procedimentos.

Com base nesse cenário, nós, da área de meio ambiente, e mais três colegas que trabalham comigo propusemos ao presidente Antônio Andrada realizarmos o primeiro seminário estadual de meio ambiente. Consultei a associação nacional que reúne os secretários municipais - Anamma -, sediada no Rio de Janeiro, e me responderam: Licínio, é o primeiro evento que ocorre nos estados brasileiros. Isso nos encheu de orgulho, e fariamos a tentativa. Arregaçamos as mangas e começamos a ligar para os municípios. Qual seria a sua prioridade para encontrarmos palestrantes à altura? Evidentemente, houve uma coincidência quase unânime dos cinco itens citados no *slide* anterior. Porém, surgiu uma surpresa muito desagradável para nós: 2/3 dos municípios mineiros não possuem secretaria municipal de meio ambiente. É o engenheiro de obras que desempenha o papel referente ao meio ambiente, nas próprias obras, na agricultura e na agropecuária. Para que recebêssemos um público à altura do evento em Belo Horizonte, fomos levados a trocar o título do evento - de I Seminário de Secretários de Meio Ambiente para I Encontro Estadual de Secretários Municipais de Meio Ambiente, Obras, Agricultura e Pecuária. Sucesso! Trezentos municípios presentes. O Crea - e está aqui o Jobson, a quem agradecemos mais uma vez - nos cedeu o espaço físico. Em vista da grandeza do evento, deixamos de atender 173 outros municípios: ficaram à parte em razão de o local não comportar todos. Espetacular! Isso nos confortou e nos conforta muito até hoje.

Diante dessa possibilidade, o nosso presidente Antônio Andrada, brilhante político e orador, vivenciado na gestão municipal, elaborou o documento intitulado Carta do Seminário de Meio Ambiente, que abordava 10 itens. O quinto item é o motivo da nossa



presença nesta Casa hoje, é a razão de todos estarmos assentados aqui. Ele menciona o estabelecimento de linhas de recursos públicos federais e estaduais não reembolsáveis, para que os municípios possam custear os projetos dos planos municipais de saneamento e demais instrumentos exigidos pela Lei nº 11.445, de 2007; e também a prorrogação dos prazos nela contidos, a fim de que o cumprimento das obrigações se discipline. Foram 300 assinaturas. O nosso superintendente na ocasião, Ângelo Roncalli, foi a Brasília e entregou a carta ao Ministério de Meio Ambiente, a outras autarquias de cunho ambiental e à própria Funasa. Em vista dessa nossa solicitação, em março de 2014, o Decreto nº 8.211, da presidenta Dilma, prorrogou até dezembro de 2015 a apresentação do plano. Isso não significa que a AMM, o nosso presidente ou nós, da área de meio ambiente, vamos nos acomodar e ficar à espera de 2015.

Nosso departamento faz uma média de 448 atendimentos por mês. Quando chegam os gestores, os secretários ou os que os representam, dizemos: “Não esmoreça. Vá à procura de recurso. Procure quem de direito”. Em geral, temos uma parceria, como foi mencionado pelo Dr. Gilson, com a Funasa e com o Crea, por meio da qual abraçamos e sustentamos essas incursões no Estado de Minas Gerais. Com o departamento, entram o Crea e a Funasa. Como foi dito pela Dra. Célia e pelo Gilson, a Lei nº 11.445 preconiza quatro eixos ambientais: abastecimento de água potável, manejo de resíduos sólidos, tratamento de esgoto sanitário e drenagem ou manejo de águas pluviais.

Vou fazer uma brincadeira com os senhores. Lembro-me de que, há algum tempo, ainda na Feam, antes de 2007, estava no Brasil um consultor ambiental de origem alemã que nos solicitou que o levasse a Ouro Preto, pois queria conhecer aquela cidade. Numa daquelas curvas da Serra de Itabirito havia uma placa. Ele me perguntou o que aquela placa dizia. Eu disse a ele: curva perigosa. Ele me disse: “Mas no Brasil pode ter curva perigosa?”. Eu me pergunto: nós, no Brasil, ainda temos água de servidão não tratada? Nós, no Brasil, ainda dispomos lixo a céu aberto? Nós, no Brasil, ainda lançamos esgoto nos rios, sem tratamento prévio? Mudança de tempos.

Vou finalizar o tema que me foi proposto com um último *slide*: sensibilização municipal. O termo de referência preconiza a participação no início, meio e fim da comunidade em geral, do município. Fiz uma relação, e os senhores provavelmente poderão contribuir com outros adendos. Devem participar das audiências públicas - parece que são duas na execução do plano - representantes de órgãos públicos federais e estaduais; empresas prestadoras de serviços públicos de saneamento básico; representantes comerciais; associação comercial ou municipal; setores empresarial e hoteleiro e supermercados - até porque a Lei nº 12.305 implica a inserção desses outros na condução e na destinação do lixo industrial; conselhos comunitários; associação de moradores - que é imprescindível; câmara municipal; ONGs relacionadas a questões de saneamento público; instituições de ensino e pesquisa; instituições religiosas - até para que o processo seja abençoado; organizações de catadores de materiais recicláveis - como preconiza a Lei nº 12.305; e a população em geral. Nessas citações anteriores podemos ter excluído um ou outro cidadão.

Ontem, quando finalizava essa relação de pessoas que deveriam participar das audiências públicas, me coloquei numa situação inversa: para quem é menos entendido, não poderia gerar uma aversão ao gestor municipal? De que forma? “Senhor prefeito” - ou senhor secretário de meio ambiente, ou senhor representante municipal - “como cidadão, participei de dois eventos no município e o senhor prometeu - e promessa fica - tratar a água e o esgoto e dar destinação correta para o lixo, para evitar enchentes, mas não fez nada disso”. O plano não preconiza a execução de obras, mas, sim, ações na visão pública municipal de detalhamento; a conclusão vem *a posteriori*.

Fica aqui o meu questionamento, que vai um pouco em desencontro com o que disseram os colegas que me antecederam. Sem dinheiro, não se faz nada disso. De onde vai vir dinheiro para fazer o plano? Não sei. Está indo devagarzinho, com a ajuda da Funasa e com a ajuda do Crea, mas em escala muito pequena. E para executar essas obras? O montante é muito maior. Estou à disposição para os questionamentos. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de slides.

Esclarecimentos sobre os Debates

O presidente - Neste instante, daremos início aos debates. Solicitamos aos que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensadas as saudações pessoais. Cada participante disporá de até dois minutos para fazer sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de perguntas deverá ser feita de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Informamos que a publicação da ata deste ciclo de debates estará disponível na versão eletrônica do *Diário do Legislativo*, na edição de 7 de junho, e poderá ser acessada por meio do portal da Assembleia www.almg.gov.br.

Debates

O presidente - Há aqui apenas três inscrições para apresentação oral e a seguinte questão: o Gilson precisará se ausentar em alguns instantes devido a um voo que não pode perder - dizem que mineiro não perde trem, mas também não pode perder avião. Então, proporei que priorizemos as questões a ele dirigidas, para que as responda rapidamente, e aí daremos sequência ao procedimento inicial. Pode ser assim? Muito bem.

Há aqui três inscritos: José Aparecido Ribeiro, Benjamim de Souza e Augusto César Soares dos Santos. O José Aparecido já está conosco à Mesa e se manifestará em instantes. Benjamim ou Augusto, a sua questão é dirigida ao Gilson? Então, por favor, fique à vontade para fazer uso da palavra.

O Sr. Augusto César Soares dos Santos - Meu nome é Augusto César Soares dos Santos, sou engenheiro agrônomo e há 40 anos pertenço a esse conselho. Quero ser breve e dizer o seguinte: o próprio Gilson falou sobre planos consistentes e projetos, e estamos vendo que o Brasil também não tem cumprido sua tarefa de projetos executivos, então nossas obras são intermináveis e cheias de aditivos.

Em relação a planos diretores, nesses 40 anos em que trabalho no Estado, quero dizer que participei como gestor da elaboração de vários, principalmente de planos diretores de recursos hídricos. Tive a oportunidade de colaborar com eventos da Assembleia Legislativa, como o Águas de Minas, e com a elaboração da Lei Estadual de Recursos Hídricos. Depois disso fomos nomeados gerente executivo da Revitalização do São Francisco. Vejam bem, naquela época, em 2003, o plano não pôde ser levado adiante em toda sua plenitude porque o Estado não dispunha de poupança para implantar obras de saneamento e revitalização nas bacias



hidrográficas, observação de solo, bacias de captação, etc. Então, foi criado, por meio da Lei nº 15.910, o Fhidro, fundo escritural, que já gerou - não tenho o valor exato - cerca de R\$400.000.000,00, e tenho certeza absoluta de que menos de 30% desse valor foi aplicado.

Uma contribuição que a engenharia poderia dar, até a partir desse entrosamento com o Poder Legislativo e com o Ministério Público, seria fiscalizar a aplicação do Fhidro, pois, do contrário, de nada adiantariam as suas outras contribuições. Poderia fazer isso, por exemplo, por meio de planos municipais de saneamento, plano diretor de recursos hídricos, etc. Existem leis excelentes e fundos escriturais excelentes como esse, mas que não são aplicados. Muito obrigado.

O presidente - Nós que agradecemos, Augusto César Soares dos Santos.

Temos três questões por escrito dirigidas ao Gilson Queiroz. De Antônio Eustáquio Araújo, de Governador Valadares: "Haja vista as preocupações quanto a saneamento urbano, esse assunto não deveria ser colocado nos quadros curriculares de ensino fundamental, médio e superior para melhor discussão e conscientização a respeito?". De Helder Gomes: "Essa falta crônica de planejamento que está presente em todos os setores do País não seria atenuada se os engenheiros estivessem representados nas casas legislativas?". E de Virgílio Moraes Rennó, de Pouso Alegre: "O governo tem feito um trabalho grande na implantação de política de resíduos sólidos e na implantação de aterros sanitários? Não seria a oportunidade de começar a incentivar a reciclagem e estimular essa prática e, com isso, aumentar a vida útil desses aterros, bem como a política de incineração desses resíduos, como já existe em Unai, Minas Gerais?". São essas as questões que eu gostaria de submeter à apreciação e às considerações do engenheiro Gilson Queiroz.

O Sr. Gilson Queiroz - Não sou especialista em ensino. Com a primeira pergunta, o Gilson quer saber fala se as questões de saneamento deveriam ser implantadas nos currículos do ensino básico e médio. É claro que toda informação é importante. Se existe espaço para temas como esses no ensino básico e no ensino médio, é claro que deveriam ser implantados. Precisamos começar a despertar essa consciência sobre as questões de saneamento e meio ambiente desde a primeira infância, porque essa é uma geração nova que vai mudar efetivamente a nossa cultura de tratamento das questões ambientais.

A segunda pergunta é sobre essa falta de planejamento e representação legislativa. Acredito que temos, nas casas legislativas e em muitos espaços públicos, representação dos nossos profissionais. Na direção desta Mesa mesmo temos um engenheiro que conhece bem essas questões de planejamento. Ele mostrou habilidade no seu desempenho na câmara municipal e agora tem demonstrado isso aqui na nossa Assembleia Legislativa. O que ainda acho pouco é a quantidade. Eu diria que precisamos começar a tratar das questões e a colocar a capacidade e a habilidade das engenharias mais presentes nos espaços legislativos, porque, com isso, realmente vamos conseguir melhorar o olhar e dar um dado mais prático de realidade à execução e à elaboração das nossas leis. É muito importante estarem representadas aqui as profissões da área tecnológica.

A outra questão diz respeito aos resíduos sólidos. A política federal de resíduos sólidos prevê essa questão da reciclagem e da coleta seletiva. Temos uma política muito bem-elaborada e avançada, mas que enfrenta grande dificuldade no que diz respeito à sua aplicação - o Licínio mencionou essa questão da dificuldade. Dia 2 de agosto é o prazo final para que as prefeituras deem uma destinação adequada aos resíduos sólidos, o que vai causar muita dificuldade, porque essa lei determinou os prazos, mas não compatibilizou o orçamento geral da União nem o orçamento dos estados com esses objetivos.

Mágica não existe. Essa iniciativa já deveria ter sido tomada. Aliás, ao longo dos anos passados, sugeri a alguns parlamentares que fizessem alterações na lei, compatibilizando prazos e disponibilidade de recursos. Então isso é fundamental, Licínio, e aconteceu quando analisamos a questão do prazo final, dezembro do ano passado, do Plano Municipal de Saneamento. O clamor foi geral, não só da AMM, mas também de todo o País. O entendimento do governo era a falta de condição, ou seja, teríamos de parar de disponibilizar recursos para o saneamento este ano, o que seria um contrassenso. Entretanto, ao mesmo tempo, precisamos incentivar e fazer com que esses municípios se programem e planejem.

Gostaria de comentar uma questão do Licínio, relativa aos custos dos planos, que faz parte da minha apresentação. É importante desmistificar o que é o Plano Municipal de Saneamento. O Plano Municipal de Saneamento não pode ser um negócio tão complexo e tão caro para o município, porque o plano se traduz na vontade da sociedade do município sobre as prioridades de investimento para atingir a universalização em 20 anos. Esse não é um trabalho de consultoria exclusivo, mas sim um trabalho do município, e os maiores custos embutidos, quando se contrata uma consultoria para elaborar um plano, é exatamente o trabalho que precisa ser feito pelo município, já que o plano é indelegável. Assim sendo, não podemos contratar uma empresa para fazer o plano, mas apenas para auxiliar o município. Quem faz o plano é o município. Já o levantamento, os diagnósticos, a organização e a transformação da linguagem da população em linguagem técnica e adaptada à lei podem ser feitos por profissionais contratados, ou seja, não há necessidade de que isso seja feito por uma empresa. Dessa forma, o plano pode custar muito mais barato.

O movimento que o Crea de Minas Gerais está fazendo no convênio com a Funasa é exatamente mostrar como se faz capacitação para que o próprio município, de posse das informações e do conhecimento, possa fazer seus planos com a participação das diversas secretarias municipais, das diversas organizações da sociedade civil e da população em geral. É assim que se diminui o custo dos planos. O outro ponto fundamental é que o plano, para ser uma ferramenta de gestão dos 2.515 municípios brasileiros abaixo de 10 mil habitantes, que não têm estrutura técnico-gerencial, precisa ser tão simples quanto a estrutura que irá geri-lo. Do contrário, esse plano não será uma ferramenta de gestão. Se o plano for um negócio complexo, cheio de tabelas, de gráficos e de informações mil, ele será mais um livro na prateleira do gabinete do prefeito e não uma ferramenta de gestão.

Essa sinalização ficou muito clara no próprio plano nacional, após todo o debate feito em relação ao saneamento, à gestão de milhares de documentos e à produção de propostas. Tudo isso ficou condensado num documento final de 146 páginas.

Então o Plano Nacional de Saneamento possui 146 páginas. É possível fazer a gestão do plano de saneamento se ele for uma coisa muito complexa, principalmente em um município que conta com apenas um engenheiro, como o meu conterrâneo de Mariana, o Licínio, falou? Às vezes, só há um engenheiro e ele é ao mesmo tempo o secretário de Obras, o de Agricultura e o de Meio Ambiente, e não existe mais nenhuma outra pessoa nessas secretarias. Como fazer a gestão de um plano complexo? Não tem jeito. O plano precisa ser simples, igual ao município.



Mais uma vez gostaria de agradecer-lhes a oportunidade de estar presente. Novamente agradeço aos deputados Ivair Nogueira e Paulo Lamac, bem como ao Jobson e a todos os demais colegas que participaram do processo de produção das propostas durante o período dos encontros regionais.

Com certeza essa luta não acabou e estaremos juntos como sempre para conseguir alterar a realidade sanitária do Estado e do Brasil. Um grande abraço a todos. Muito obrigado.

O presidente - Somos nós que agradecemos a presença, a participação e o compartilhamento que nos traz o engenheiro civil e sanitarista Gilson Queiroz. Muito obrigado. Agora teremos a participação do Antônio de Almeida Passos, da ONG Reciclar.

O Sr. Antônio de Almeida Passos - Senhoras e senhores, quando o Centro de Referência em Resíduos Sólidos foi implantado, em 2007, Minas reciclava 1,5% do lixo. Hoje Belo Horizonte recicla 0,3% do lixo e gastou até agora R\$50.000.000,00. Senhor representante da AMM, Barbacena tem a oportunidade ímpar de resolver o problema do lixo de todo o País, pois tem uma usina de lixo desativada e está investindo uma fortuna mandando lixo para Juiz de Fora. Há mais de um ano, existe uma proposta nossa em Barbacena para não se investir nenhum centavo e o lixo da cidade ser reciclado. Portanto, transmita isso ao prefeito Antônio Andrada. Já estive com o deputado estadual Lafayette de Andrada e também com o deputado federal Andrada. Está fácil resolver o problema do lixo do País. A vantagem é que 70% do lixo é fração orgânica. Lá existe uma universidade agrícola que nos ajudará a resolver a questão da aplicação da fração orgânica na agropecuária, atendendo ao programa federal Agricultura de Baixo Carbono - ABC. Essa seria a contribuição do lixo e das engenharias para o País. Precisamos unir esforços no Centro de Referência em Resíduos Sólidos. Por quê? Porque ele foi criado para isso, mas não está exercendo a função. Há investimento demais. Já consumiram até hoje R\$50.000.000,00 e estamos regredindo na reciclagem.

Vou deixar com os senhores um resumo dos planos de reciclagem para que a Mesa possa refletir. A questão não é recurso público. Com disse o Dr. Gilson, cada prefeitura deveria cuidar dessa questão. Fui engenheiro da cidade de Queluzito, talvez a menor de Minas Gerais. Reunimos cinco municípios e fundamos um centro de triagem, mas infelizmente o Estado não aceitou a ideia próspera de transformar aquilo em uma pequena biusina. Infelizmente não conseguimos prosperar, mas Barbacena tem a condição ímpar de resolver a questão dos resíduos sólidos do País. Minas Gerais precisa de 100 biusinas do porte da de Barbacena, gerando 1.400 empregos diretos. Minas precisa mudar a mentalidade de que o catador resolverá o problema do lixo. Será a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg. É um investimento de apenas R\$3.000.000,00 pela iniciativa privada. Não há recursos públicos. Muito obrigado. Deixarei com vocês o folheto.

O presidente - Agradecemos ao Antônio de Almeida Passos, da ONG Reciclar. Com a palavra, o Sr. Benjamin Rodrigues de Souza, da Ampea.

O Sr. Benjamin Rodrigues de Souza - Senhoras e senhores, a minha pergunta é básica: como empresa, como farei para participar dessa frente de trabalho? Há uma grande demanda, há recursos. Como as empresas podem se engajar, participar e conseguir um contrato de trabalho?

O presidente - O.K. Agradecemos as questões que foram apresentadas oralmente. Passamos a palavra ao José Aparecido Ribeiro, da Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais, para seus comentários. Em seguida, devolveremos a palavra aos nossos palestrantes, para as respostas e considerações finais. No momento em que eles forem fazer suas considerações, apresentaremos as questões, formuladas por escrito, que lhes foram encaminhadas.

O Sr. José Aparecido Ribeiro - Deputado Paulo Lamac, a AC Minas não veio aqui bater palmas para o Crea nem para os engenheiros, viemos para convidá-los a uma reflexão. A Mesa tinha me falado em 5 minutos. O senhor me garante esse tempo ou o reduzo a 2 minutos?

O presidente - Está garantido.

O Sr. José Aparecido Ribeiro - Obrigado. Primeiramente quero agradecer ao deputado Dinis Pinheiro, que lidera esta Casa. Poucas vezes, na história desta Casa, a Assembleia esteve tão perto dos assuntos relacionados ao nosso dia a dia. Agradeço também ao deputado Ivair Nogueira o convite para estar aqui e falar sobre assuntos urbanos. Esse tema é muito extenso e vamos recortá-lo para chegar ao que está afligindo a vida de milhões de pessoas na Região Metropolitana de Belo Horizonte, que é a mobilidade urbana.

Presidente Jobson, não sou engenheiro. Toda a vida sonhei em ser. Na minha família, há vários engenheiros. Sou filósofo e administrador. E, como filósofo, digo que a cidade tem uma importância tremenda em nossa vida. Então, junto com os engenheiros, orientando-me por meio deles, passei a entender um pouquinho do que está acontecendo com nosso estado, especialmente Belo Horizonte e região metropolitana. A nossa situação é muito grave. Nesta tribuna, várias vezes vi colegas de vocês, engenheiros, dizerem que as cidades precisam tirar carros das ruas. Ai, presidente, na hora em que saio lá fora, eles estão nos carrinhos deles. Aqui eles pedem aos outros para deixar o carro em casa, mas, lá fora, entram nos seus carros e vão embora no ar-condicionado. As pessoas precisam andar no ônibus que conhecemos e que não mudou nada. Essa história de BRT não mudou nada.

Precisamos parar de exorcizar o carro. O carro representa 23% do PIB deste país, e 13% da mão de obra economicamente ativa está na cadeia produtiva da indústria automobilística. O Brasil recebeu, nos últimos 10 anos, 11 montadoras. O programa Inovar-Auto, do governo federal, trouxe 11 novas montadoras para o Brasil. Então, temos de encarar o fato de que o carro é uma realidade. E ele não é só uma realidade nos meios de transporte: é paixão nacional, é paixão das pessoas. As pessoas gostam de carro como gostam de futebol. Não adianta o governo municipal virar para as pessoas e dizer para deixarem o carro em casa, pois o governo federal as chama e fala para comprarem carro, dá incentivos como a redução do IPI. Então, temos de parar com essa ladainha.

Como filósofo, gosto das coisas claras. Procuro não perder tempo com coisa inútil, com conversa mole, com discursos vazios. Precisamos encarar a situação. Nunca na história deste país se precisou tanto da engenharia. Nunca. Todos os nossos problemas são de engenharia; aliás, os seis engenheiros que definem o nosso futuro estão na Bhtrans. Eles são engenheiros. A decisão de estreitar vias em uma cidade que emplaca 300 carros por dia é de engenheiro. Então, precisamos mudar o tom. O Brasil produz 3.800.000 carros por ano, e precisamos de lugar para esses carros andarem; portanto, precisamos da engenharia.



Presidente, o senhor sabia que há 150 gargalos esperando por obras na Região Metropolitana de Belo Horizonte? Estou falando do colar das 13 cidades e mais Belo Horizonte. Estamos falando de 150 obras. Não é abobrinha, não. Não se trata de puxadinhos a que estamos assistindo aos montes, puxadinhos que engenheiros deveriam ter vergonha de fazer. Repito, são puxadinhos que o governo encomenda, e os engenheiros deveriam ter vergonha de fazê-los.

Precisamos de 150 obras, como túneis, viadutos, trincheiras e passarelas, para que carros que passam aqui na porta passem debaixo da terra ou por cima, como no Chile. Aqui, gastamos três anos para construir um BRT, que não resolverá o problema da população. No Chile, em um ano, construíram uma via expressa subterrânea. Isso é engenharia, e não, o que estamos vendo. Isto aqui não é engenharia.

Convido as pessoas, sobretudo os engenheiros. Há um passivo de obras, nesta cidade, de 30 anos. Não adianta ficarmos nessa conversa fiada, dizendo que deixaremos o carro em casa para entrarmos nesse BRT. Dizem que o metrô resolverá o problema, mas, senhoras e senhores, 4,5km de metrô custam caro, pois cada quilômetro custa R\$600.000.000,00. A cidade não tem dinheiro para isso. Estão presentes representantes da construção, que sabem que o monorail custa R\$100.000.000,00 o quilômetro. Com o dinheiro para a construção de 4,5km de metrô, poderíamos construir 27km de monorail ou de BRT. O assunto precisa sair do romantismo. Precisamos parar de copiar o que é feito em Bogotá e em Amsterdã. Temos de trabalhar a nossa realidade. Planos que não servem para a nossa realidade estão sendo copiados, e os engenheiros estão aceitando, sem questionar. Isso é denominado falta de autonomia. Isso é chamado de indivíduos autômatos, que só querem saber do que é politicamente correto, mas precisamos saber o que resolve. Não sei se teremos dinheiro, mas essa tarefa é dos políticos. Eles têm de ir atrás do dinheiro para fazer o que tem de ser feito. Não sei onde buscá-lo. Será no Banco Mundial? A presidenta Dilma ofereceu R\$50.000.000.000,00 para a mobilidade urbana, mas esse dinheiro não resolve nem o problema de São Paulo. Somente a cidade de Belo Horizonte precisa de mais de R\$10.000.000.000,00 para se atualizar. Não estou falando em ir à frente, mas em atualização.

Gostaria de deixar essa mensagem para reflexão, para que os engenheiros ligados ao Crea sejam menos politicamente corretos e mais profissionais, mostrando o que na realidade a nossa cidade precisa, que são obras e transporte coletivo decente, e não, o que assistimos. Muito obrigado.

O presidente - A presidência agradece a participação do Sr. José Aparecido Ribeiro, da ACMinas. Há duas perguntas dirigidas à engenheira Célia Regina Alves Rennó. A Sra. Izabel Chiodi pergunta o seguinte: "Sobre o diagnóstico de resíduos sólidos e drenagem, a palestrante mostrou somente os dados de água e esgoto. E o saneamento rural em Minas Gerais?". O Sr. Paulo Galhardo pergunta o seguinte: "Estão criando inúmeros aterros sanitários, mas não deveria ter sido feita uma coleta seletiva, e criados destinos adequados?". Passaremos essas questões à avaliação da Sra. Célia Regina Alves Rennó, presidente da Seção de Minas Gerais da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, solicitando que já encaminhe as suas considerações finais.

A Sra. Célia Regina Alves Rennó - Izabel, companheira de saneamento há mais de 30 anos, fizemos uma rápida apresentação, priorizando os dados de água e esgoto. Como você bem sabe, esses dados estão disponíveis há mais tempo, apesar de termos hoje os resultados dos resíduos sólidos.

Em relação aos dados dos resíduos sólidos, estamos em muito piores condições. Estamos mais atrasados em relação à disposição. O próprio Licínio falou sobre o número de municípios que até hoje jogam o lixo a céu aberto. Há também a questão do aumento do consumo, que aumentou a geração de resíduos. A nossa população consome muito mais do que há anos, o que faz com que sejam gerados mais resíduos. Precisamos dessa conscientização.

Não apresentei, mas dispomos dos dados e sabemos que há um débito. A Política Nacional de Resíduos Sólidos trouxe alguns resumos dessa situação. Com certeza, temos que priorizar as questões de resíduos sólidos também na programação do governo e de recursos.

Quanto ao saneamento rural, ele está muito mais atrasado. A Câmara Técnica de Resíduos Sólidos da Abes discute o saneamento rural. Temos alguns bons exemplos, como o Sistema Integrado de Saneamento Rural - Sisar -, no Ceará; aqui, em Minas, estamos fazendo alguma coisa, mas ainda é muito incipiente. Aliás, também teremos que discutir tecnologias adequadas de saneamento para essas populações. Mas a implantação do saneamento rural é um desafio não só das pequenas comunidades. Vamos trabalhar juntas nisso, Isabel? Soube que você vai para Itabira fazer um curso sobre saneamento rural. Acho que podemos juntar esforços nessa divulgação de tecnologias que já estão sendo utilizadas em Minas Gerais e que podem ser utilizadas por todo o Brasil.

Quanto aos aterros, quando foi definida a política de resíduos sólidos no Estado de Minas Gerais, priorizou-se a implantação dos aterros, porque, quer se faça ou não a reciclagem, eles terão sempre que existir. Concordo com todos vocês: realmente, a reciclagem tem que ser incentivada, e tem de haver uma divulgação do consumo consciente. Temos que priorizar a redução de resíduos. Quanto melhor fizermos isso, menos resíduos serão gerados e mais vão durar os aterros propostos. Acredito que política de resíduos sólidos tem todos esses vieses tratados dentro dela e aterro é uma única solução, um único viés, que foi priorizado para que deixassem de existir os lixões a céu aberto. Era uma solução emergencial. Agora, temos que ampliar o consumo consciente, reduzir os resíduos e otimizar a vida útil desses aterros que vão sendo implantados.

Para encerrar, quero dizer que não adianta só fazer discurso. O que vimos e o que trouxe para vocês é a necessidade da ampliação da aplicação de recursos, no Brasil, em investimentos de infraestrutura para atender à demanda dessa população. Acho que a engenharia não desconhece essa necessidade de recurso. Onde esses problemas estão sendo solucionados, os níveis de investimento são muito maiores do que os que temos. No ano passado, participei da Conferência das Cidades, quando o decreto do Plansab foi assinado pela presidente. Esperávamos que os recursos para a implantação do Plansab viessem batizados, assim como esperamos que venham batizados os recursos para todas as políticas públicas. Esperamos que o governo não só fale qual é a política pública, mas que a publique, faça leis para regulamentá-la e estabeleça os recursos que serão aplicados nela. Levamos um susto ao ver no pé do decreto de regulamentação do Plansab que a implantação desses planos está condicionada à definição dos recursos pelos ministérios. Quer dizer, temos a lei obrigando, mas não sabemos se os recursos virão. O motivo da minha presença aqui é mostrar a vocês que precisamos nos mobilizar - acho que é isso que o Crea está propondo, e assinamos em baixo -, deixando claro que os recursos para o



saneamento não são tão grandes assim - talvez os da mobilidade sejam muito maiores. A política pública tem uma boa constituição, tem muitos aspectos positivos. Precisamos nos mobilizar junto aos deputados para que esses recursos, que já sabemos necessários, realmente venham. Para isso, precisamos da democracia participativa. Então, temos que participar e fazer com que a nossa voz seja escutada. Muito obrigada pelo convite.

O presidente - Agradecemos à Sra. Célia Regina Alves Rennó, presidente da Seção de Minas Gerais da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Abes.

Passamos às questões encaminhadas ao Licínio Xavier, coordenador do Departamento de Meio Ambiente da AMM. A primeira pergunta foi encaminhada pelo Paulo Galhardo: "Qual a sua opinião sobre a criação de municípios sem orçamento próprio que dependem exclusivamente do Fundo de Participação dos Municípios?". A segunda pergunta foi encaminhada sem a identificação do seu autor, que solicita comentários sobre o Decreto nº 8.211 e seu art. 26: "Após 31/12/2014, será vedado o acesso aos recursos federais ou aos geridos ou administrados por órgão ou entidade da União, quando destinados a serviços de saneamento básico, àqueles titulares de serviços públicos de saneamento básico que não instituírem, por meio de legislação específica, o controle social realizado por órgão colegiado, nos termos do inciso IV do *caput*".

O Sr. Licínio Xavier - Quanto à primeira pergunta, presidente, a receita de cunho financeiro maior advém do FPM, valor financeiro gerado pela União. Como eu disse na apresentação, para uma população de 15 mil habitantes, o repasse mensal é de R\$600.000,00. Cinquenta por cento desse repasse são destinados ao pagamento de funcionários públicos municipais. Os outros 50% ficam restritos à educação e à saúde, como está preconizado em lei. Qualquer outra inserção de custos pode advir de cobranças municipais, como ITBI, IPTU, impostos municipais, mas o valor arrecadado é muito pequeno.

A segunda pergunta diz respeito a penalidades. Hoje cedo me perguntaram, na entrada do Plenário, se os municípios serão alijados do recebimento do FPM. Não. Existem duas penalidades previstas pelo descumprimento. A primeira seria a impossibilidade de os municípios acessarem recursos de cunho federal diante do não cumprimento do que foi previsto. A segunda penalidade é a inserção da figura do prefeito, da pessoa física do prefeito - novidade no cenário político brasileiro - na lei de crimes ambientais. Uma sanção é municipal, reflete no município; a outra é pessoal, diz respeito à figura física do prefeito.

Presidente, gostaria de aproveitar a oportunidade para abordar outro assunto. Um senhor de Barbacena - parece-me que se ausentou - falou sobre Barbacena, mas cometeu um erro em sua fala. Ele disse que Barbacena, por ser a terra do nosso presidente e prefeito Antônio Andrada, tem a obrigação de resolver o problema do saneamento brasileiro. Nunca. Creio que ele trocou as bolas. No que diz respeito ao lixo de Barbacena, à destinação dos resíduos urbanos, é muito prudente o que o prefeito faz. Na impossibilidade de ter imediatamente o aterro sanitário licenciado pelo Estado, paga caro por isso, porque manda os resíduos urbanos coletados no dia a dia para um aterro sediado em Juiz de Fora. Paga-se caro por isso? Sim, mas é melhor que deixar esses resíduos urbanos a céu aberto. Está cumprindo, de certa forma, um preceito. Se não há condições de aterrar o lixo por falta de circunstâncias outras, como licenciamento ambiental, aterro licenciado pelo Estado, então, deverá mandá-lo a alguém de direito. Há um bônus em função disso: à medida que os municípios destinam seus resíduos sólidos para outros municípios onde existe aterro sanitário devidamente qualificado, há uma compensação financeira por meio do ICMS Ecológico. O prefeito está legal.

Conhecemos uma estação de usina de compostagem, onde estivemos por duas vezes sem o conhecimento do presidente - não foi a pedido dele, foi espontâneo. Eu e um colega do departamento fomos lá num sábado e vislumbramos a possibilidade imediata de colocar em prática, com os catadores, um licenciamento correto para gerar conforto para as senhoras que lá trabalham e para o município, pois é uma questão social. Havia 10, 12 senhoras trabalhando de maneira muito desconfortável e inadequada.

Não sei se a pessoa que disse que o caso de Unaí deveria ser exemplo para os municípios ainda está aqui. Tenho um assento no Copam, terceiro mandato, cinco para seis anos, e me lembro muito de Unaí. O prefeito de lá esteve conosco e também o Sr. Mário, que detém a tecnologia na cidade. Essa usina não passou no crivo ambiental da Supram Noroeste nem, posteriormente, no da Supram Central. Se está operando, é de maneira inadequada, indevida, não tem a sustentação do certificado de operação.

Nessa fala, citou-se usina de incineração, o que, para lixo hospitalar, acho ser o ideal. Não conheço usina de queima de lixo de resíduos urbanos em Minas Gerais. Obrigado.

O presidente - Agradecemos a presença e as considerações do Sr. Licínio Xavier, coordenador do Departamento de Meio Ambiente da AMM. Com a palavra, José Abílio Belo Pereira, assessor da Presidência do Crea-MG, para suas considerações finais.

O Sr. José Abílio Belo Pereira - Agradeço por poder trazer à Assembleia a colaboração de uma categoria profissional muito importante, muito necessária ao processo de desenvolvimento não só de Minas, mas de todo o País.

Pelo meu conhecimento, é a primeira vez que o Crea faz um exercício tão profundo, intenso e democrático de levantar problemas e propostas para o conjunto do Estado. Com muita frequência, participa de grandes debates, de propostas, mas este dos encontros regionais é o de maior profundidade e capilaridade. Quando traz essas propostas para Assembleia, governo federal, estadual, municípios e gestões regionais - regiões metropolitanas, comitês de bacia -, traz o melhor do seu conhecimento técnico. Isso é feito sob duplo enfoque: o de ter conhecimento técnico, que pode contribuir profundamente para o desenvolvimento nacional, e o de ter um enfoque de humildade, pois não quer ser um elemento monopolizador de ideias ou de disputa de hegemonia no conjunto da sociedade. O Crea tem conhecimento e humildade suficientes para dizer que estamos disponibilizando o que sabemos a todos, cumprindo nossa corresponsabilidade social. Estamos abertos às discussões sem querer ser hegemônicos no processo do desenvolvimento. Muito obrigado.

O presidente - Agradecemos ao José Abílio a presença, a participação e ao Crea, por estar ainda presente o presidente Jobson. Reconhecendo a importância da participação de engenheiros no debate, abriremos um espaço para as considerações de Igor Braga Martins, representante do Crea-MG Júnior.

O Sr. Igor Braga Martins - Gostaria de agradecer a todos a palavra. Serei bastante breve. Hoje o Crea-MG Júnior é um órgão que capacita e valoriza a profissão, divulga o nosso sistema e forma lideranças. Tenho muito orgulho de trazer ao José Ribeiro a mensagem de que estamos nos capacitando para dar as respostas de que a sociedade precisa.



Quero me valer do passado e homenagear o engenheiro-arquiteto Reinaldo Antônio Martins, urbanista de Belo Horizonte, que fez planejamentos louváveis da estrutura viária da cidade. Na calada da noite, como bem sabemos, várias vezes o poder público impõe a imperícia que lhe cabe à perícia da capacidade técnica, por interesse político, fazendo com que as vias sejam estreitas, mas não como planejaram os nossos engenheiros-arquitetos e a área tecnológica como um todo, que engloba os geólogos, os geógrafos e os meteorologistas de nível superior e técnico. Fico feliz de não ter vindo aqui para bater palmas. Talvez tenhamos um corpo que faz as vias como deveriam ser feitas, mas não conseguimos implementá-las por questões adversas.

O presidente - Agradecemos ao Igor Braga Martins. É muito importante que os nossos engenheiros estejam atentos, desde o início de sua carreira, à importância de se fazer este debate e conhecer a integração da engenharia com o planejamento, as políticas públicas. Agradecemos mais uma vez a participação do Crea-MG, que aqui está muito bem representado.

Quero indagar aos convidados da Mesa se alguém mais gostaria de fazer alguma consideração...

Gostaria de compartilhar com os senhores e as senhoras que agora a Assembleia possui mais uma ferramenta para que o cidadão participe das nossas atividades e dê a sua opinião sobre os projetos em tramitação nesta Casa. É muito importante para nós, deputados, conhecer a opinião da população acerca dos projetos que estão tramitando. Por meio dessa nova ferramenta, todo cidadão pode acessar o portal da Assembleia e opinar sobre os projetos em discussão. É muito fácil. A pessoa pode opinar sobre o projeto mostrando-se a favor ou contra e ainda escrever o seu comentário. Pode também mostrar-se favorável ou contrário aos comentários feitos por outros cidadãos. Para dar a sua opinião, basta acessar o portal www.almg.gov.br, clicar em Participação e em Dê Sua Opinião. Acesse, participe, comente. Isso é muito importante para que o seu representante conheça a sua opinião antes de os projetos entrarem em votação nesta Casa.

Aproveitamos para convidá-los também para a reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, às 14 horas, no mesmo horário da reunião ordinária no Plenário, a qual vai tratar do Projeto de Lei nº 3.038/2012, de importância para a engenharia e a arquitetura. O projeto dispõe sobre a gestão compartilhada do uso do solo e abre espaço para a discussão do arranjo metropolitano, ou seja, da agência metropolitana, do conselho deliberativo da região metropolitana e da assembleia metropolitana. Irá definir a destinação dos espaços considerados estratégicos para a região metropolitana e abrir espaço de compartilhamento, o que hoje é atribuição exclusiva dos municípios. É um projeto extremamente inovador, e sua discussão já está sendo concluída na nossa comissão. Hoje, apresentaremos as propostas recebidas em meses de debate e discussão. Certamente, isso terá um desdobramento muito grande, não apenas para a população da capital, mas também para todos os municípios da região metropolitana, uma vez que passa a considerar Belo Horizonte pelo discurso de uma grande cidade, mas também sabendo que ela extrapola os limites dos municípios. Essa cidade metropolitana passa a ter a vinculação dos planos municipais, das leis de uso e ocupação do solo e dos planos diretores a um planejamento metropolitano.

Concomitantemente à elaboração do macrozoneamento urbano metropolitano que está sendo feito pela UFMG, através do Cedeplar, estamos também criando o instrumento legal que vincula os municípios ao planejamento metropolitano. Isso é extremamente inovador; existem várias sugestões, várias questões apresentadas, e gostaria de convidar os senhores e senhoras a conhecer e se apropriar também dessa discussão.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a especial de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/6/2014

Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do deputado Rogério Correia; aprovação - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Questão de Ordem; Suspensão e Reabertura da Reunião - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 4.810/2013, 4.923 a 4.927/2014, 5.026/2010 e 5.027 a 5.029, 5.061 a 5.063 e 5.176/2014 e dos Projetos de Lei nºs 3.984, 4.309, 4.331, 4.376, 4.378 e 4.406/2013; aprovação - Discussão e Votação de Indicações: Requerimento do deputado Rogério Correia; aprovação - Votação, em turno único, da Indicação nº 82/2013; aprovação - Votação, em turno único, da Indicação nº 83/2013; aprovação - Votação, em turno único, da Indicação nº 87/2014; aprovação - Votação, em turno único, da Indicação nº 91/2014; aprovação - Votação, em turno único, da Indicação nº 93/2014; aprovação - Discussão, em turno único, da Indicação nº 97/2014; aprovação - Discussão, em turno único, da Indicação nº 98/2014; aprovação - Discussão, em turno único, da Indicação nº 99/2014; aprovação - Discussão, em turno único, da Indicação nº 100/2014; aprovação - Discussão, em turno único, da Indicação nº 85/2014; discurso do deputado Rogério Correia; Questão de Ordem; encerramento da discussão - 2ª Fase: Suspensão e Reabertura da Reunião - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Ivair Nogueira - Hely Tarquínio - Neider Moreira - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Agostinho Patrus Filho - Almir Paraca - André Quintão - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Inácio Franco - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo

Viegas - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Tony Carlos - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O deputado Neider Moreira, 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior.

O presidente - Em discussão, a ata. Com a palavra, para discutir, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Presidente, na última reunião, cuja ata foi lida, apresentei questão de ordem que não consta nela e gostaria que constasse. Vou repetir a questão de ordem que levantei, a explanação que fiz sobre o assunto. Os professores da rede estadual encontram-se em greve. Repeti aqui diversas vezes que eles têm uma pauta de reivindicações *sui generis*. Deputadas e deputados, a pauta possui apenas um ponto: que o governo negocie com o sindicato. Esse é o único ponto da pauta. Se o governo abrir negociação com o sindicato, eles interrompem a greve. Deputadas e deputados, peço a compreensão da Assembleia Legislativa para forçar o governador a entender isso e abrir um processo de negociação. Eles só querem a abertura de negociação. O restante da pauta diz respeito a descongelamento de carreira, pagamento do piso e problemas relativos à Lei nº 100. Os professores estão desesperados, e o governo não responde o que vai fazer com eles. O sindicato quer dialogar. Se houver diálogo, a greve é interrompida. Mas o governo simplesmente não recebe o sindicato. E a greve é exatamente para que ele o receba. Agora, de manhã, estão em manifestação na MG-010, provocando transtorno para a população. Estão ocupando a Superintendência de Ensino em Belo Horizonte. Outro dia tentaram interpelar a secretária Ana Lúcia Gazzola em Três Corações ou em Três Pontas, iniciando até um princípio de tumulto. Tudo isso está ocorrendo para que seja aberto um processo de negociação. Procurei o líder do governo para sensibilizar o governador, mas até agora nada. Pediria ao governador Alberto Pinto Coelho, um homem de diálogo, nosso colega nesta Casa durante muito tempo, pessoa que compreende essas questões, que dê um jeito na secretária de Educação. Ela se imbuíu de espírito autoritário, não conversando nem atendendo ninguém. Para ser sincero, até os deputados da base de governo têm escutado cochichos e reclamações de que a secretária de Educação não precisa sequer de deputado. Ela não respeita e não responde a ninguém. Depois da saída do governador Anastasia e da entrada do Alberto Pinto Coelho, como permaneceu no cargo, ela acha que não precisa de ninguém. Agora ela é a senhora do governo, do mundo e dos poderes. Tudo depende da Ana Lúcia Gazzola. E o governo e os professores ficam em greve, porque ela não permite abrir processo de negociação. A secretária cismou que vai substituir o sindicato por outra associação, a APPMG. O problema é que não é função dessa associação representar os professores, muito menos aqueles que estão em greve, em luta. Ela cismou que não recebe o Sind-UTE, pois, segundo ela, o sindicato não defende os interesses da categoria que deveria defender. Imagine, deputado Neider Moreira, agora o governo escolhe qual sindicato, qual associação representa os trabalhadores. Imagine se alguém pode governar dessa forma. V. Exa. já foi prefeito. V. Exa. podia escolher o sindicato que ia representar os trabalhadores? Isso não existe. Quem escolhe o sindicato são os trabalhadores, gostemos ou não. Já fui líder de governo, de partido, com Patrus Ananias e Célio de Castro. Já fui vice-líder com Itamar Franco, e já enfrentamos greve. É comum haver greve. Qual prefeito, qual governante não enfrenta um processo de greve e de insatisfação? Mas não podemos escolher qual sindicato representa os trabalhadores. Se o sindicato é do PSTU, o governo não conversa com ele? Se esse sindicato é ligado, por exemplo, ao PT, ao PSDB, só conversará com os amigos? Imaginem. Agora, a secretária está imbuída desse espírito. Autoritariamente, não deixa o governo conversar com o sindicato. Pergunto ao governador Alberto Pinto Coelho se ele está submetido aos caprichos dessa secretária. Deputado Pompílio Canavez, os professores da Lei nº 100 estão completamente atordoados nas escolas. Eles não sabem o que vai acontecer com eles. Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, a Assembleia Legislativa tem responsabilidade sobre isso, pois aprovou a Lei nº 100 que gerou expectativa. Depois, o Supremo a derrubou, e ninguém negocia e não fala com os professores. Eles não sabem se o tempo de trabalho que têm vai ou não contar para sua aposentadoria. Aqui, na Assembleia, há vários funcionários de função pública. Imaginem se acontecesse a esses funcionários o mesmo que aconteceu com os professores da Lei nº 100. De repente, não saberão se vão ou não poder se aposentar, e não é dada nenhuma resposta a eles, presidente. O apelo que faço é para que Assembleia Legislativa solicite ao governador um processo de abertura de negociação nesse caso dos professores. Repito, eles estão em manifestação, estão em greve, e não há nenhuma resposta por parte do governo. Comunico a V. Exa. que hoje, individualmente, farei um processo de obstrução até obter uma resposta sobre isso. Sinceramente considero um absurdo a categoria dos professores, que daqui a pouco será alvo dos políticos dizendo que educação é prioridade, que é o principal ponto de sua plataforma, ficar sem resposta, pois o governo não abre sequer negociação com eles. Acho que Assembleia Legislativa, em conjunto conosco, deputado André Quintão, deveria paralisar seus procedimentos até o governo abrir o processo de negociação. Sr. presidente, infelizmente, pretendo fazer isso. Mas é a última possibilidade que tenho para tentar ajudar nesse processo de abertura de negociação. Muito obrigado.

O presidente - Não havendo retificação a ser feita, dou a ata por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O presidente - Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Questão de Ordem

O deputado André Quintão - Parece-me que não há mobilização suficiente para as votações, solicito a suspensão da reunião.

Suspensão da Reunião

O presidente - A presidência vai suspender a reunião por 50 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução n°s 4.810/2013, 4.923 a 4.927/2014, 5.026/2010 e 5.027 a 5.029, 5.061 a 5.063 e 5.176/2014 (À promulgação.) e dos Projetos de Lei n°s 3.984, 4.309, 4.331, 4.376, 4.378 e 4.406/2013 (À sanção.).

Discussão e Votação de Indicações

O presidente - Vem à Mesa requerimento do deputado Rogério Correia em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que as Indicações n°s 85, 89 e 90/2014 sejam apreciadas em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em turno único, da Indicação n° 82/2013, do nome do Sr. Júlio Cezar de Andrade Miranda para o cargo de presidente da Fundação TV Minas - Cultural e Educativa - TV Minas. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Votação, em turno único, da Indicação n° 83/2013, do nome da Sra. Fernanda Medeiros Azevedo Machado para o cargo de presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Votação, em turno único, da Indicação n° 87/2014, do nome da Sra. Petrina Mourão Mafra para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Votação, em turno único, da Indicação n° 91/2014, do nome da Sra. Márcia Nogueira Amorim para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Votação, em turno único, da Indicação n° 93/2014, do nome da Sra. Rosane Marques Crespo Costa para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação n° 97/2014, do nome do Sr. Francisco Antônio Tavares Júnior para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias - Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação n° 98/2014, do nome do Sr. Samir Carvalho Moysés para o cargo de diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação n° 99/2014, do nome do Sr. Lister César Nascimento para o cargo de diretor-geral do Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais - Detel. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação n° 100/2014, do nome do Sr. José Donald Bittencourt Junior para o cargo de presidente da Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Jucemg. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, a indicação. As deputadas e os deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Oficie-se ao governador do Estado.

Discussão, em turno único, da Indicação n° 85/2014, do nome da Sra. Lina Kátia Mesquita de Oliveira para compor o Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Com a palavra, para discutir, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia - Presidente, trata-se da indicação para o Conselho de Educação. Já tinha dito a V. Exa. que estamos em processo de greve na rede pública estadual e não acho justo aprovarmos agora indicação a esse conselho no período em que os professores estão em greve, sem terem tido atendidas as suas reivindicações. Mas, mais do que isso, os professores não são sequer recebidos pelo governo.

Como expliquei mais cedo, que o governo não tenha condições de atender a um conjunto de reivindicações, vá lá. Mas que se negue a receber os professores em greve, aliás antes da greve, parece-me inusitado. Por isso coloquei que faria obstrução até a abertura do processo de negociação. Infelizmente isso não ocorreu até agora. Deputada Liza Prado, para se ter ideia, os professores de todo o Estado estão aqui, onde haverá uma assembleia na parte da tarde. Estão há quase duas horas ocupando a MG-010. Imaginem o inferno que deve estar o trânsito na região, a tensão. Já chegou lá a tropa de choque. Não é possível que o governador do Estado, ao invés de receber as professoras, vai mandar a polícia bater nelas. É algo tão inusitado, pois basta recebê-las. Não estão pedindo que paguem o piso. As pessoas nem têm expectativa de o governo pagar o piso, pois ele está quebrado, o Aécio quebrou Minas Gerais. O governo deveria, pelo menos, recebê-las, mas, ao invés de dialogar, vai mandar a polícia bater nas professoras? Depois, com que cara vai dizer na televisão que a prioridade é a educação? Todos dizem isso. Aliás, o Pimenta da Veiga, candidato do PSDB, já disse que a prioridade dele é a educação. Quero ver se é mesmo. As professoras estão na MG-010, e o governo vai bater nelas ao invés de recebê-las? Aí está

uma boa escolha para o governo fazer: dizer se sua prioridade é reprimir ou receber professor. Isso é bastante simples. Elas querem apenas ser recebidas. Não entendo um governo se negar a receber um sindicato.

Deputado Almir Paraca, o caso da Lei nº 100 é um dos casos mais sarcásticos que existe. Na época, o senador Aécio Neves fez uma gestão temerária, demagógica, eleitoreira e enviou a Lei nº 100 à Assembleia Legislativa, pressionando os deputados, que não tiveram outra saída a não ser aprovar a efetivação de professores sem concurso público. Até o reino mineral sabe que só se pode efetivar funcionários por concurso público. Aliás, aqui está cheio de desembargadores que podiam escutar o que estou dizendo. O senador Aécio Neves elaborou a Lei nº 100. É bom que os desembargadores escutem isso, deputado Durval Ângelo, porque esse questionamento vai chegar até o Tribunal de Justiça.

A Lei nº 100 foi aprovada e é óbvio que o Supremo a derrubou, pois ela efetivou funcionários sem concurso público. Todos os desembargadores que estão aqui, deputado Adalclever Lopes, sabem que não se pode efetivar funcionários sem concurso. Mas o senador Aécio, na época, fez essa demagogia, aprovou a lei, e o Supremo a vetou: não pode. Agora, o governo tem de acertar o tempo de serviço das professoras, mas não acerta, Sr. Presidente. E não diz às professoras o que vai acontecer. Elas estão nas escolas, assim como outros trabalhadores da educação que podem ser demitidos a qualquer momento, de acordo com a decisão do Supremo, e o governo não dá resposta e não recebe o sindicato.

Vou aproveitar a presença dos desembargadores, pois também está no Tribunal de Justiça uma ação que impetrei junto com o Bloco Minas sem Censura que questiona um termo de ajustamento de gestão, para falar o seguinte: alô, Tribunal de Justiça, que está conosco hoje, foi celebrado um termo de ajustamento de gestão - TAG -, para que o governo não precise cumprir a Constituição no que diz respeito à aplicação de 12% dos recursos do Estado na saúde e de 25% na educação. Está na mão do Tribunal de Justiça dizer se vale a Constituição ou o TAG. É bom que os desembargadores que estão aqui observem isso. Isso é muito importante, porque estamos para votar um projeto dos desembargadores, mas também temos de fazer cobranças ao Poder Judiciário. Deputado Adalclever Lopes, os desembargadores vão discutir se é constitucional ou não o termo de ajustamento de gestão, que diz que o governo não precisa cumprir a Constituição e aplicar 12% de seus recursos na saúde e 25% na educação. O governo só tem de cumprir isso em 2015. Em Minas Gerais, a Constituição está bloqueada, ela só valerá em 2015. Até lá, o governo não precisa cumpri-la. Isso é um absurdo. Solicito aos desembargadores que julguem isso rapidamente para interromper esse TAG, que é um verdadeiro absurdo. Minas Gerais virou palco de ironia. É o único Estado em que a Constituição está suspensa por um TAG celebrado entre o Tribunal de Contas e o governador do Estado. Solicito que o Tribunal de Justiça agilize a votação desse TAG. Isso está trazendo prejuízos. Para os desembargadores terem conhecimento, esse prejuízo é de R\$8.000.000.000,00 para a educação, de 2003 até o ano passado, e de R\$8.000.000.000,00 para a saúde, de 2003 até o ano passado. Isso está acontecendo em Minas Gerais sob o tacão do senador Aécio Neves. Já existem questionamentos sobre isso do Ministério Público e de nós, deputados da Oposição, que estão no Tribunal de Justiça. É uma vergonha. A Constituição mineira não está valendo, e o Tribunal de Contas disse: “Olha, realmente o governo não está cumprindo a Constituição, mas não precisa cumprir. Nós fazemos um TAG, e a Constituição não vale”.

A saúde está aqui em greve, cobrando os R\$8.000.000.000,00 do TAG. A educação está em greve, também cobrando os R\$8.000.000.000,00, e estão parados na MG-10. A Polícia está lá para bater nas professoras, o governo não as recebe, e o Tribunal de Justiça não julga o TAG que aqui, em Minas, vale mais que as Constituições Federal e Estadual. Assistimos a essa vergonha, em Minas Gerais, que só existe na terra do senador Aécio Neves.

Também em Minas Gerais acontecem coisas inusitadas. O Dr. Alceu, a quem chamamos carinhosamente de Dr. Aeceu, era o chefe do Ministério Público naquela época e hoje é secretário de governo do PSDB. Imaginem. O chefe do Ministério Público é hoje secretário do governo. Aqui os três Poderes não respeitam a tese de Montesquieu. Os três Poderes, em Minas, respeitam a tese dos mosqueteiros: um por todos e todos por um. Aqui, são os mosqueteiros que mandam, Montesquieu foi pras cucuias. Não há três Poderes. Tudo é a vontade do senador. O senador não quer que recebam as professoras; então as professoras não serão recebidas. O senador não quer cumprir a Constituição nem destinar 25% para a educação, então faz-se a vontade do senador, seja no Tribunal de Justiça, no Ministério Público ou na Assembleia Legislativa. Vamos fazer uma CPI. Não pode isso, por que o senador não quer? O senador quer ir para o *Roda Viva* e dizer que a sua prioridade é a educação. O senador vai ao *Roda Viva*, onde só se escuta tucano. A imprensa mineira não diz nada, é o quarto poder, e também entrou na tese dos mosqueteiros: são quatro por um. Todos dizem a mesma coisa: viva o senador, o senador tem de ser eleito custe o que custar, azar do povo mineiro, azar da democracia, azar do Tribunal de Justiça, azar da Assembleia Legislativa. O que vale são os poderes do senador para ser eleito, o santo senador. O homem virou santo agora, o homem reza em São João del-Rei, e a imprensa divulga: o santo senador. Ninguém observa absolutamente mais nada. E assim funciona Minas Gerais. E as professoras não podem ser recebidas.

Deputado André Quintão, lá estão a polícia e as professoras em frente ao governo. O que as professoras querem? Ser recebidas. Se elas forem recebidas, elas saem da MG-10, e provavelmente a greve termina. Mas a secretária de Educação, Dra. Gazzola, agora é onipotente e onipresente: ela pode tudo. É ela que manda e não quer que o Sind-UTE seja recebido, porque brigou com o sindicato. E o governo submete-se a essa secretária incompetente, porque as escolas públicas estão um caos, o ensino médio está um caos.

Inventaram um negócio chamado “arrebentando com o ensino médio”, que está imperando pela vontade da secretária, com o caos nas escolas. E há ainda a Lei nº 100, o não pagamento do piso, e professora não pode nem se alimentar na escola. E deixa a MG-10 parada e enviam a polícia para lá. É mais fácil, como disse o Milton Campos, que foi governador de Minas: traz o trem pagador ao invés de mandar a polícia reprimir. Nesse caso, Pompílio, nem precisa de trem pagador, só precisa receber o sindicato. O governador precisa se dignar a receber o sindicato, já que a secretária não quer fazê-lo. A secretária de Planejamento, Renata Vilhena, poderia tomar a iniciativa de receber o sindicato já que, pelo menos, é mais atenciosa, uma vez que a secretária de Educação a isso se nega. Eu, se fosse o Alberto Pinto Coelho, diria: essa secretária não dá, uma secretária que se nega a resolver os problemas da educação... Vale mais que o governador.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, não há quórum, pediria a V. Exa. que encerrasse a reunião ou a suspendesse para tentarmos chegar a um acordo, ao invés de votar indicação para o Conselho de Educação, sendo que não se resolve nem uma greve de professores. Solicito o encerramento, de plano, da reunião.

O presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

2ª Fase

O presidente - Esgotado o prazo destinado à 1ª Fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Suspensão da Reunião

O presidente - A presidência vai suspender a reunião por 1 hora e 45 minutos para entendimentos entre as lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

Encerramento

O presidente - A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/4/2014

Às 16h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses, Wander Borges e Gustavo Corrêa (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de convite do deputado Almir Paraca, presidente da Comissão Extraordinária das Águas, para audiências públicas que ocorrerão neste mês. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.430, 7.440 a 7.442 e 7.450/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é rejeitado o Requerimento nº 9.382/2014, do deputado Carlos Henrique, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os impactos da mineradora Anglo American e de seu mineroduto em Conceição do Mato Dentro. É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o Requerimento nº 9.428/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o plano de desligamento permanente de empregados da Cemig que atingirem as condições para aposentadoria até 2016. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2014.

Sávio Souza Cruz, presidente - Wander Borges - Tiago Ulisses.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DO SR. FRANCISCO ANTÔNIO TAVARES JÚNIOR PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA FUNED, EM 14/5/2014

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Wilson Batista, Pompílio Canavez e Cássio Soares (substituindo o deputado Luiz Henrique, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Wilson Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Cássio Soares, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do indicado, a apreciar o parecer do relator e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, convida o Sr. Francisco Antônio Tavares Júnior a tomar assento à mesa e concede-lhe a palavra para sua explanação. Logo após, passa a palavra aos membros da comissão para que façam seus questionamentos, conforme consta nas notas taquigráficas. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação do nome do Sr. Francisco Antônio Tavares Júnior para o cargo de presidente da Funed (relator: deputado Doutor Wilson Batista, em virtude de redistribuição). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 14 de maio de 2014.

Doutor Wilson Batista, presidente - Pompílio Canavez - Cássio Soares.

**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/5/2014**

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sebastião Costa, Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do BTR) e Rômulo Viegas (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar pareceres em fase de redação final e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.700/2013 (relator: deputado Antônio Carlos Arantes) e 4.829/2014 (relator: deputado Rômulo Viegas). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2014.

Tiago Ulisses, presidente - Luzia Ferreira - Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/5/2014

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Leite, Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e Lafayette de Andrada, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Célio Moreira e Inácio Franco. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Cabo Júlio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a proceder à entrega dos votos de congratulações aos policiais militares lotados no Batalhão Rotam, pela participação em operação que culminou na apreensão de mais de 10kg de drogas e na prisão de uma pessoa, nos termos do Requerimento nº 7.526/2014. A seguir comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Emília Maria Silva Ribeiro Curi, chefe de gabinete da Presidência do Senado Federal, informando o recebimento das imagens registradas pela TV Assembleia com o depoimento dos parentes das vítimas dos crimes de homicídio, ouvidos na 6ª reunião ordinária desta comissão, realizada em 18/3/2014; e do Sr. José Raimundo Maciel, presidente da Câmara Municipal de Pouso Alto, convidando esta comissão para participar da reunião de audiência pública em 2/6/2014, no Salão Nobre da Câmara, para tratar de diretrizes para a implantação de um programa de combate e repressão à criminalidade, com ênfase na questão das fronteiras com os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, e para discutir o aumento do efetivo das Polícias Militar e Civil do Estado. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais (2) (22/5/2014); da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Estado de Casa Civil e Relações Institucionais, e dos Srs. Juarez Camilo Carlos, presidente da Câmara Municipal de Santa Bárbara; Marco Aurélio Garcia Matos, presidente da Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de Itabira; Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG (24/5/14). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei Projeto de Lei nº 4.474/2013, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Leonardo Moreira. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os seguintes policiais militares lotados no Batalhão Rotam da Polícia Militar de Minas Gerais: Ten. Cel. PM Carlos Alberto do Sacramento; 1º Ten. PM Wantuir Ferreira da Silva Neto; 2º Sgt. PM José Luiz de Souza; 3º Sgt. PM Rafael Souza Pereira; 3º Sgt. PM Flávio Martins de Azevedo; Cb. PM Sérgio Coelho Alves; Cb. PM Cláudio Catarino de Araújo; Cb. PM Inácio Henrique Fernandes Jardim; Cb. PM Antônio Henrique Souza Ribeiro; Sd. PM Fábio César Pereira; Sd. PM Jeferson Ferreira Garcia; Sd. PM Vinicius Lazarine Ribeiro; Sd. PM Giacomo Aragão Maia Costa; Sd. PM Eduardo Almeida da Rocha; Sd. PM Leandro Tonetti, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Cabo Júlio, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.585/2013 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Lafayette de Andrada); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.474/2013 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Leonardo Moreira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.977, 7.980 a 7.985, 7.997 a 8.006 e 8.012/2014. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.733/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.023/2014, dos deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, em que solicitam seja realizada visita ao Secretário de Estado de Defesa Social para discutir o aperfeiçoamento do Plantão Virtual da Polícia Civil;

nº 10.025/2014, dos deputados João Leite, Sargento Rodrigues e Cabo Júlio, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura e à Guarda Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que seja apurada denúncia de que indígena expositor da feira realizada aos domingos na Avenida Afonso Pena, conhecida como Feira Hippie, teria sido alvo de abuso de poder e de violência por parte da guarda municipal, conforme Manifestação nº 43611, lavrada no Ministério Público Federal; e requer sejam analisadas as



imagens do circuito externo de câmeras do Parque Municipal, no horário de 16h30min, tendo em vista que as imagens ajudarão no esclarecimento dos fatos;

nº 10.026/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicitam seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a segurança no Município de Andradas;

nº 10.027/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião para discutir, em audiência pública, a segurança no Município de Sarzedo, bem como a possibilidade de elevação do pelotão da Polícia Militar à condição de companhia;

nº 10.030/2014, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja encaminhado voto de congratulações com os delegados lotados na Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária, Dr. Jeferson Botelho Pereira, Dr. Rômulo Guimarães Dias e Dr. Luciano Vidal Ribeiro de Oliveira, pela criação do procedimento virtual de Polícia Judiciária, conhecido como plantão virtual na Polícia Civil de Minas Gerais;

nº 10.031/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social, ao Comando-Geral da PMMG e à Chefia da Polícia Civil pedido de providência para a urgente implementação de melhorias nas estruturas das delegacias para atendimento aos policiais militares e para a revisão do tempo excessivo que ficam aguardando para a realização dos procedimentos de flagrantes e recebimento de ocorrência, conforme reivindicação apresentada pelos policiais militares em reunião realizada no dia 23/5/2014, nesta Casa Legislativa;

nº 10.034/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências quanto às reivindicações apresentadas pelos policiais militares em audiência realizada no dia 23/05/2014, quais sejam: 1) tratamento rigoroso das equipes de Corregedoria, cuja atuação deve ser voltada para desvios de conduta, e não para intervenções de rua ou fiscalização de questões de fardamento; 2) criação de uma comissão multidisciplinar (força-tarefa) que acompanhe, administrativa e operacionalmente, os crimes praticados contra policiais militares; 3) equipamentos logísticos e preparação para a Copa do Mundo; 4) definição de estratégia de preparação da tropa para enfrentar as manifestações; 5) otimização do tempo de atendimento das ocorrências de pequena complexidade que acabam retirando o policiamento preventivo para atendimento de ocorrências; 6) melhoria do atendimento e filtragem das ocorrências pelo número 190; 7) fim da Patrulha Unitária por motivo de segurança dos policiais militares; 8) desburocratização e agilização das transferências e das permutas, promovendo a transparência nos processos e na fila de espera, com priorização dos critérios de antiguidade e problemas de saúde; 9) financiamento dos recursos logísticos pelo Estado para evitar convênios com as prefeituras, os quais tornam os policiais militares reféns dos interesses dos prefeitos; 10) aquisição de gandolas iguais as das tropas especializadas para as tropas do GER e do Tático Móvel, na cor bege; 11) credenciamento de fuzil; 12) melhoria dos critérios de controle do banco de horas dos policiais; 13) prevenção para evitar declarações perante a imprensa relativas às situações de ações policiais que possam condenar os militares antecipadamente perante a sociedade e o Comando, em todos os seus níveis; 14) definição, instrução e treinamento da Polícia Militar para a forma de atuação nas manifestações violentas;

nº 10.035/2014, da deputada Rosângela Reis e dos deputados Vanderlei Miranda e Wander Borges, em que solicitam seja realizada visita conjunta desta comissão e da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas à Secretaria de Estado de Defesa Social para debater a rede de suporte social e de atenção ao dependente químico;

nº 10.036/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Justiça e à Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais pedido de providências para a implantação de um posto da Polícia Rodoviária Federal nas proximidades do trevo de acesso ao Município de Pirapora;

nº 10.037/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhada manifestação de aplauso aos policiais civis e militares que trabalham no Município de Corinto pelo excelente trabalho prestado à comunidade local;

nº 10.038/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita sejam encaminhadas ao Secretário de Estado de Defesa Social e ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais as notas taquigráficas da 13ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em Corinto em 21/5/2014, cuja finalidade foi discutir a segurança no município;

nº 10.040/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja encaminhado à presidência do Tribunal de Justiça pedido de providências para a implantação da nova vara judicial na Comarca de Corinto, tendo em vista o grande e crescente número de feitos em trâmite na comarca, que conta com vara única, em que pese já encontrar-se aprovada a criação do mencionado órgão, nos termos da Lei Complementar nº 105, de 2008;

nº 10.041/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para a assunção da cadeia pública do Município de Corinto pela Subsecretaria de Administração Prisional, com vistas a desonerar cinco policiais militares atualmente responsáveis pela guarda de presos;

nº 10.042/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja encaminhado à Defensoria Pública-Geral do Estado pedido de providências para a indicação de defensor público para a Comarca de Corinto, com a urgência possível, em face da demanda crescente;

nº 10.045/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para a recomposição do quadro da Polícia Civil em Corinto, com a indicação, inclusive, de policiais femininas, bem como para disponibilizarem, com a urgência possível, novas viaturas para a região, considerando-se a necessidade de melhores condições de trabalho para a Polícia Civil;

nº 10.046/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social e ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para a ampliação do efetivo da Polícia Militar em Corinto, com a indicação, inclusive, de policiais femininas, e para a garantia do cumprimento da jornada semanal de 40 horas para os militares, considerando-se a crescente demanda apresentada na região;

nº 10.049/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que o Batalhão Rotam da Polícia Militar seja homenageado institucionalmente com a Medalha Alferes Tiradentes;

nº 10.050/2014, do deputado Célio Moreira, em que solicita seja solicitado ao presidente desta Casa a indicação de homenagem ao Batalhão Rotam da Polícia Militar por meio da Medalha do Mérito Legislativo.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2014.

João Leite, presidente.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 27/5/2014

Às 13h45min, comparece na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - de Araçuaí o deputado Duarte Bechir, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do inciso III do art. 120 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos deputados presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a debater o financiamento e as condições de funcionamento das Apaes na circunscrição dos Conselhos Regionais Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Três Vales, vinculados à Federação das Apaes-MG. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Rita de Cássia Silva Capdeville, vice-prefeita Municipal de Araçuaí; Sandra Regina Batista de Moraes, professora e diretora da SRE-Araçuaí, representando a secretária de Estado de Educação; Ivandete de Jesus Quaresma, diretor regional da Sedese, representando o secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social; Aline Sena Carmona, secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Araçuaí; Maristane Oliveira de Carvalho, secretária municipal de Educação de Araçuaí; Eunice Maria Tanure Jardim, conselheira regional das Apaes do Vale do Jequitinhonha e membro da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae de Araçuaí; Maria Helena Gomes Santos, representante dos pais da Apae de Araçuaí; e os Srs. Armando Jardim Paixão, prefeito Municipal de Araçuaí; vereador André Luiz Jardim de Carvalho, representando o presidente da Câmara Municipal de Araçuaí; Walmir Rogato Gomes Ruas, defensor voluntário das Apaes de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, na condição de autor do requerimento, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2014.

Bosco, presidente - Almir Paraca.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/5/2014

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Liza Prado e os deputados Almir Paraca e Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Liza Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de estado da Casa Civil e Relações Institucionais, publicado no *Diário do Legislativo* em 24/5/2014; e e-mail dos Srs. Juarês Gomes Martins, diretor do Instituto São Rafael, e Valdivino Lucas, coordenador do núcleo de produção de material pedagógico, solicitando auxílio da comissão para aquisição de impressoras em braille, computadores e contratação de um técnico em informática para viabilizar o atendimento às necessidades dos deficientes visuais. A presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 341/2011, no 1º turno, do qual designou como relatora a deputada Liza Prado, em virtude de redistribuição. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.991, 7.992 e 7.988/2014. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.129/2013 e 4.966/2014. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.093/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Ituiutaba pedido de providências para adotar as medidas necessárias para a criação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme demanda apresentada na 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, realizada em 21/5/2014, naquele município;

nº 10.094/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado Educação pedido de informações sobre o andamento do processo de disponibilização de professor de apoio para educação especial na Escola Estadual Israel Pinheiro, em Ituiutaba, para a estudante Mariana Medeiros Resende, conforme demanda apresentada na 8ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 21/5/2014, em Ituiutaba;

nº 10.095/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para disponibilizar veículos acessíveis na frota dos táxis especiais metropolitanos, especialmente para atender

aos usuários do Aeroporto Internacional Tancredo Neves - Confins -, conforme demanda apresentada na 5ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 15/5/2014;

nº 10.096/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em audiência pública, no Município de Vespasiano, para debater: a criação de Estatuto da Pessoa com Deficiência nos âmbitos do Estado e do município; a criação do Conselho Municipal de Defesa das Pessoas com Deficiência e a criação do cargo de Diretor de Coordenação da Coordenadoria dos Deficientes de Vespasiano; conforme demanda apresentada na 7ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 14/5/2014, em Brumadinho;

nº 10.097/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Brumadinho pedido de providências para promover cursos de capacitação sobre temas relacionados com a deficiência para os servidores da educação que trabalham com alunos com deficiência, em especial os monitores escolares, conforme demanda apresentada na 7ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 14/5/2014, em Brumadinho;

nº 10.098/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social pedido de informações sobre a possível suspensão da transferência de recursos às entidades de assistência social que atendem pessoas com transtornos do espectro do autismo, conforme relato apresentado na 5ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 15/5/2014;

nº 10.099/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para tornar acessíveis os ônibus que compõem o serviço Conexão Aeroporto, conforme demanda apresentada na 5ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 15/5/2014;

nº 10.100/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Câmara Municipal de Brumadinho pedido de providências para tornar acessível o tablado em que se situa a mesa principal do Plenário, conforme demanda apresentada na 7ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 14/5/2014, em Brumadinho;

nº 10.101/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providência para disponibilizar professores de apoio nas escolas de educação especial, conforme demanda apresentada na 8ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 21/5/2014, em Ituiutaba;

nº 10.102/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para orientar as equipes multiprofissionais das escolas de educação especial para que realizem, além do diagnóstico, o acompanhamento dos alunos com deficiência, conforme demanda apresentada na 8ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 21/5/2014, em Ituiutaba;

nº 10.103/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja realizada reunião, em audiência pública, para debater os problemas e as medidas que estão sendo tomadas sobre as pessoas com deficiência no Município de Monte Carmelo;

nº 10.104/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja realizada visita à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Monte Carmelo para conhecer os problemas e as medidas que estão sendo tomadas sobre as pessoas com deficiência;

nº 10.105/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia pela execução do Programa de Extensão e Integração "Igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: deficiência, acessibilidade e inclusão social", realizado por aquela faculdade em 2013;

nº 10.106/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Obras do Município de Brumadinho pedido de providências para realizar fiscalização constante nas proximidades da agência da Caixa Econômica Federal, em vista do uso indevido das vagas especiais, conforme relatos apresentados na 7ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 14/5/2014, em Brumadinho;

nº 10.107/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para instalação de rampa de acesso no Fórum do Município de São Lourenço, conforme demanda apresentada pela Câmara Municipal desse município, ratificada em reunião extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em 23/4/2014;

nº 10.108/2014, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para efetivar o funcionamento do telefone público para deficientes auditivos instalado no Fórum do Município de São Lourenço, conforme demanda apresentada pela Câmara Municipal desse município, ratificada em reunião extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em 23/4/2014;

nº 10.109/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada reunião para conhecer e debater sobre o trabalho desenvolvido pelos professores do Instituto São Rafael, com a presença dos seguintes convidados: professor Juarês Gomes Martins e professor Valdivino Lucas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2014.

Sebastião Costa, presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/6/2014

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira (substituindo o deputado Doutor Wilson Batista, por indicação da liderança do BTR) e os deputados Tiago Ulisses e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado Luiz Humberto Carneiro, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva,



dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar pareceres em fase de redação final e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente suspende a reunião. Reabertos os trabalhos com a presença da deputada Liza Prado (substituindo o deputado Antonio Lerin, por indicação da liderança do BAM) e dos deputados Luiz Humberto Carneiro e Adalever Lopes (substituindo o deputado Gilberto Abramo, por indicação da liderança do MSC), o presidente, deputado Luiz Humberto Carneiro, desconvoca a reunião da mesma data, às 20 horas, e convoca os membros para as reuniões extraordinárias de 4/6/2014, às 9h30min e às 20 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de junho de 2014.

Sebastião Costa, presidente - Tiago Ulisses - Dalmo Ribeiro Silva.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 9 de junho de 2014, destinada a homenagear o Hospital César Leite, de Manhuaçu.

Palácio da Inconfidência, 6 de junho de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados Leonídio Bouças, André Quintão, Dalmo Ribeiro Silva, Duilio de Castro, Gustavo Perrella e Luiz Henrique, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 9/6/2014, às 14h30min e às 19h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.000, 1.666, 1.902/2011, do deputado Dinis Pinheiro, 3.508/2012, do deputado Anselmo José Domingos, 3.585/2012 e 4.542/2013, do deputado Dinis Pinheiro, 4.588/2013, do deputado Luiz Henrique, 4.812/2013, do deputado Juarez Távora, 4.957/2014, do deputado Sávio Souza Cruz, 4.993/2014, do deputado Gustavo Valadares, 4.994/2014, da deputada Rosângela Reis, 5.006/2014, do deputado Durval Ângelo, 5.170/2014, do deputado Tony Carlos, 5.237/2014, do deputado Dinis Pinheiro, 5.245/2014, do deputado Lafayette de Andrada, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 4.346/2013, do deputado Luiz Henrique, 4.865/2014, do deputado Duilio de Castro, 5.167/2014, do deputado Sávio Souza Cruz, 5.227/2014, do deputado Ivair Nogueira, 5.229, 5.230 e 5.231/2014, do deputado Dilzon Melo, e 5.233/2014, do deputado Paulo Guedes, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2014.

Sebastião Costa, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes, Leonardo Moreira, Rogério Correia, Sargento Rodrigues e Vanderlei Miranda, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 9/6/2014, às 19h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 51/2013, do Procurador-Geral de Justiça, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 4.672/2013, do Tribunal de Contas, e do Projeto de Lei nº 5.165/2014, do Procurador-Geral de Justiça.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2014.

Gustavo Corrêa, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Fabiano Tolentino, Fred Costa e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 10/6/2014 e 11/6/2014, às 11 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2014.

André Quintão, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 10/6/2014, às 15h30min, na Câmara Municipal de Montes Claros, com a



finalidade de debater a liminar de despejo e reintegração de posse do terreno ocupado por mais de 500 famílias no Bairro Santa Cruz em Montes Claros, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2014.

Durval Ângelo, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.197/2011

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Relatório

De autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela institui o Código Estadual de Proteção aos Animais no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Por tratarem de temas semelhantes, nos termos do disposto no art. 173, § 2º, do Regimento Interno da Assembleia, ao projeto foram anexadas outras 11 proposições. São elas: o Projeto de Lei nº 3.714/2013, de autoria do deputado Fred Costa, que proíbe a entrega de animais capturados pelos centros de zoonoses, canis públicos e congêneres a instituições e centros de pesquisa; o Projeto de Lei nº 3.715/2013, de autoria do deputado Fred Costa, que disciplina a utilização de animais em atividades de ensino e pesquisa no Estado; o Projeto de Lei nº 3.938/2013, de autoria do deputado Anselmo José Domingos, que proíbe a prática de vivissecção nas escolas de ensino médio, técnico e superior do Estado; o Projeto de Lei nº 4.184/2014, de autoria do deputado Fred Costa, que dispõe sobre o transporte intermunicipal, rodoviário, metroviário e ferroviário de animais domésticos no Estado; o Projeto de Lei nº 4.141/2013, de autoria do deputado Fred Costa, que dispõe sobre as penalidades pelas práticas de maus-tratos contra animais no Estado; o Projeto de Lei nº 4.169/2013, de autoria dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos, que dispõe sobre a circulação de veículo de tração animal, montado ou não, em vias públicas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; o Projeto de Lei nº 4.657/2013, de autoria do deputado Sávio Souza Cruz, que dispõe sobre a utilização de animais em ensino e pesquisa no Estado e dá outras providências; o Projeto de Lei nº 4.687/2013, de autoria do deputado Célio Moreira, que proíbe a utilização no Estado de animais para desenvolvimento, experimento e testes de produtos cosméticos e de higiene pessoal, perfumes e seus componentes, sem prejuízo de proibições e sanções previstas em outros dispositivos legais, e dá outras providências; o Projeto de Lei nº 4.714/2013, de autoria da deputada Liza Prado, que dispõe sobre o transporte de animais domésticos no serviço rodoviário intermunicipal de transporte coletivo de passageiros no Estado; o Projeto de Lei nº 4.880/2014, de autoria do deputado João Vítor Xavier, que proíbe no Estado a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos e de higiene pessoal, perfumes e seus componentes e dá outras providências; e o Projeto de Lei nº 4.881/2014, de autoria do deputado Sávio Souza Cruz, que proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de produtos cosméticos e de higiene pessoal, perfumes e seus componentes, no Estado, sem prejuízo de proibições e sanções previstas em outros dispositivos legais municipais, estaduais ou federais, e dá outras providências.

A proposição foi apreciada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cabe agora a esta comissão emitir seu parecer, em cumprimento do disposto no art. 193, combinado com o art. 102, VIII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto objetiva instituir o Código Estadual de Proteção aos Animais. Atualmente, tramitam na Assembleia 38 projetos de lei, incluindo este que agora passamos a analisar, que buscam regular temas relacionados aos animais. O número expressivo de proposições denota a importância e a complexidade da matéria. Em nossa análise, buscamos contemplar diversos aspectos trazidos por esses projetos, o que será detalhadamente descrito ao longo deste parecer.

A Comissão de Constituição e Justiça, quando da análise do projeto, apresentou substitutivo “com o intuito de aprimorar a proposição e corrigir algumas falhas”. Entre as alterações, destaca-se a inclusão de dispositivo que remete a regulamentação da fauna aquática à Lei nº 14.181, de 2002, e a retirada de matéria de iniciativa privativa do governador do Estado.

Ante a necessidade de o Estado de Minas Gerais se debruçar sobre as questões afetas aos animais, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável desta Casa se propôs a realizar um profundo debate do tema com o objetivo de aprimorar a legislação do Estado voltada para a proteção e para o bem-estar dos animais. Nessa perspectiva, foi realizado, entre novembro de 2013 e abril de 2014, um debate público seguido de um ciclo de seis audiências públicas no âmbito da comissão.

Além das audiências públicas, esta comissão contou com contribuições encaminhadas pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa -, pelo Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - e pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad -, todas em resposta a pedidos de diligência.

O debate público intitulado A Legislação de Proteção dos Animais foi realizado em 26/11/2013 e deflagrou o processo de discussão sobre a proteção animal, além de marcar a apresentação dos temas que seriam discutidos pela Assembleia no primeiro semestre de 2014. Foram programadas sete audiências públicas, das quais seis foram efetivamente realizadas.

Há que se destacar que tanto o debate público quanto as audiências públicas contaram com intensa participação do poder público, da academia e da sociedade civil, abrangendo diferentes pontos de vista sobre a questão. Esse cenário favoreceu a exposição de ideias e pensamentos, muitas vezes divergentes, e que em muito contribuíram para qualificar o debate e para a tarefa de aprimorar a legislação estadual.

Passamos, agora, a fazer um breve apontamento das ideias e propostas trazidas em cada uma dessas audiências.

A primeira audiência pública, realizada em 11/2/2014, debateu a legislação de proteção aos animais e a autonomia normativa dos Estados. Na oportunidade, os convidados e o público presente destacaram a falta de integração dos órgãos públicos envolvidos na gestão da fauna, a falta de preparo das pessoas envolvidas nesses trabalhos, a falta de recursos financeiros para a execução de uma política de proteção aos animais, a fiscalização precária das normas já existentes e a necessidade de elaborar, em conjunto com especialistas, leis que sejam efetivas na proteção e garantia do bem-estar dos animais.

Em 25/2/2014, foi debatida a gestão da fauna, momento no qual os órgãos envolvidos foram chamados a apresentar a sua estrutura e os desafios enfrentados no dia a dia. Novamente foram apontadas a falta de integração entre os órgãos envolvidos e a falta de estrutura, de recursos e de pessoal no poder público como fatores dificultadores da gestão da fauna. Além disso, as dificuldades do enfrentamento ao tráfico de animais e a necessidade de se instituir uma política pública voltada para os animais domésticos foram levantados pelos participantes.

Por sua vez, a terceira audiência pública, que ocorreu no dia 11/3/2014, abordou o uso de animais no ensino e na pesquisa. Apesar da polêmica em torno do tema, a reunião foi muito esclarecedora e proveitosa. Foi sugerido mais incentivo para o desenvolvimento de métodos substitutivos que dispensem o uso de animais e a utilização desses mesmos métodos em testes de cosméticos e de medicamentos. Por outro lado, foi salientado que poucos laboratórios são capazes de aplicar métodos substitutivos, fato que não aconselharia o banimento imediato de testes em animais. Outro ponto levantado pelos participantes foi a necessidade de informar melhor a sociedade, de forma que os cidadãos possam fazer escolhas mais conscientes.

A guarda responsável e o controle populacional de cães e gatos foi o tema da quarta audiência, que se deu em 25/3/2014. Entre os pontos trazidos pelos participantes destacam-se a urgência do poder público em implementar uma política pública de controle populacional de cães e gatos e o fim do sacrifício de animais com esse objetivo. Além disso, foi destacada a importância de se instituir um sistema de identificação de animais domésticos e a necessidade de se destinarem recursos para a implementação de medidas de proteção para eles.

Em 8/4/2014, esta comissão abordou os aspectos relacionados aos animais de produção e de prestação de serviços. Na oportunidade, foi demandado o uso de métodos de insensibilização quando do abate de animais para consumo humano, a garantia de melhores condições de higiene e de locomoção dos animais confinados, o fim dos espetáculos que se utilizam de animais, a consideração da importância social dos carroceiros e a necessidade de se garantir o bem-estar dos animais que exercem funções de carga e de tração.

A última audiência, realizada em 22/4/2014, tratou dos animais silvestres e exóticos. O debate se deu em torno do tráfico de animais. Foi abordada a dificuldade de obter dados confiáveis acerca dessa atividade ilegal, a falta de fiscalização e de estrutura do poder público para lidar com a questão e, ainda, a necessidade de se investir em projetos de reinserção de animais silvestres na natureza. Por fim, foi questionada a conveniência de manter animais para exposição como forma de educação ambiental.

Ressalte-se que em todas as audiências foi mencionada a necessidade de intensificar ações de fiscalização de forma a coibir maus-tratos aos animais domésticos e silvestres.

Como se vê, as reuniões favoreceram o encontro de ideias na busca do bem-estar dos animais em nosso Estado e a apresentação de diversas propostas voltadas para a atuação do poder público na proteção dos animais. Da análise das notas taquigráficas das seis audiências públicas, observamos um total de 109 propostas apresentadas, aí englobadas tanto as feitas diretamente pelos participantes na forma de proposta, como aquelas deduzidas por meio de reflexões apresentadas no transcurso dessas reuniões, que, em média, duravam de quatro a cinco horas.

O número de propostas apresentadas em cada audiência pública foi o seguinte:

Audiência	Número de propostas
Legislação de proteção aos animais e autonomia normativa dos Estados	14
Gestão de animais - órgãos responsáveis, estruturas e desafios	22
Uso de animais no ensino e na pesquisa	17
Guarda responsável e controle populacional de animais	23
Animais de produção e de prestação de serviços	15
Animais silvestres nativos e exóticos - convívio, tráfico e exposição	18
Total	109

Assim, tomando como referência os 38 projetos em tramitação nesta Casa e as contribuições trazidas pelas audiências públicas, apresentamos, ao final deste parecer, um substitutivo ao projeto original, no qual buscamos instituir a Política Estadual de Proteção aos Animais - Pepa. Em linhas gerais, passamos agora a apresentar tópicos constantes da referida política.

No que tange aos animais domésticos, o texto busca estimular a sua guarda responsável, por meio da conscientização da população e da atribuição de identificação desses animais por via de implantação de dispositivo subcutâneo eletrônico. Esse dispositivo permite relacionar o animal ao seu responsável de forma a contribuir para a localização de animais e para a responsabilização em caso de maus-tratos e de abandono.

No caso de animais recolhidos por órgão municipal competente e não reclamados por seus proprietários, o poder público fica autorizado a promover a esterilização e o encaminhamento desse animal para adoção.



Consideramos de fundamental importância a manutenção de programas de controle populacional que os beneficiem, tal como proposto pelo Projeto de Lei nº 575, de 2011, de autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., de forma a garantir o bem-estar desses animais, reduzir o número de animais na rua e, ainda, contribuir para políticas públicas de controle de zoonoses.

Destaque-se que ao Projeto de Lei nº 575/2011 foram anexadas seis outras proposições, quais sejam: Projetos de Lei nºs 261/2011, 2.085/2011, 2.086/2011 e 4.272/2013, de autoria do deputado Fred Costa; Projeto de Lei nº 2.206/2011, do deputado Anselmo José Domingos; e Projeto de Lei nº 2.738/2011, de autoria do deputado Sávio Souza Cruz. Todas as proposições citadas buscam instituir políticas de controle populacional de cães e gatos, tal qual corroborado por este relator e pelo público presente às audiências públicas, que também trouxe valiosas contribuições para a construção do texto normativo que submetemos à consideração e exame desta Casa.

Ainda com relação aos animais domésticos, o texto que apresentamos permite o transporte desses animais no serviço de transporte rodoviário intermunicipal coletivo de passageiros, em atenção aos Projetos de Lei nºs 4.184/2013 e 4.714/2014, de autoria dos deputados Fred Costa e Liza Prado, respectivamente.

Com relação aos animais de prestação de serviços, os projetos que tramitam na Assembleia abordam o trabalho exercido pelos cães vigilantes - Projeto de Lei nº 57/2011, de autoria do deputado Fred Costa - e eventos nos quais se utilizam animais - Projeto de Lei nº 685/2011, do deputado Arlen Santiago.

Apesar de não constar de projeto de lei em tramitação, o uso de veículos de tração animal destinado ao transporte de carga e de instrumentos agrícolas e industriais foi amplamente debatido nas audiências realizadas pela comissão. Diante do debate, entendemos que é necessário o Estado incentivar a substituição desses veículos por outros de tração humana, mecânica ou elétrica. Ao mesmo tempo, é imperiosa a definição de regras para a utilização de animais como força motriz de veículos de carga, de forma a garantir o seu bem-estar.

O substitutivo que ora apresentamos busca incorporar, ainda, dispositivo do Projeto de Lei nº 3.960/2013, de autoria do deputado Fred Costa, no qual se autoriza a doação de bens semoventes caninos e equinos de propriedade do Estado considerados inservíveis pela administração pública. Conforme destacado pela Comissão de Constituição e Justiça quando da análise da matéria, tal proposição positiva o entendimento de que a alienação, mediante doação, dos bens semoventes caninos e equinos poderá ser enquadrada como interesse social a que se refere a alínea "a" do inciso II do art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências.

Na seção dedicada aos animais de produção, o texto busca instituir normas para a garantia do bem-estar desses animais, tanto nas questões relacionadas ao ambiente no qual o animal está inserido quanto em relação ao abate para fins de consumo humano.

Ainda de acordo com o texto, ficam proibidas as lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes, tal qual a rinha de galo. No que se refere à realização de rodeios, vaquejadas, provas de laço, timpene e eventos similares, o texto remete ao Poder Executivo a definição de parâmetros mínimos a serem observados na realização de forma que se evite a utilização de instrumentos que resultem em dor ou sofrimento dos animais.

Com relação aos animais utilizados em espetáculos circenses, foi publicada recentemente a Lei nº 21.159, de 2014, proibindo a apresentação e a utilização de animais silvestres ou domésticos, nativos ou exóticos, em espetáculos circenses.

O Estado de Minas Gerais não dispõe de legislação acerca de animais silvestres nativos e exóticos, uma vez que essa era uma tarefa tradicionalmente executada há décadas pela União. Desde a proibição da caça até o registro de criadouros de animais silvestres nativos ou exóticos, passando pela fiscalização, apreensão, guarda e acolhimento dessa fauna, vítima de tráfico ou exploração indevida, tudo isso era feito pelo Ibama em conjunto com a Polícia Federal e a Polícia Militar. Entretanto, a partir de junho de 2013, Minas Gerais assinou um acordo de cooperação técnica com o Ibama para o repasse ao Estado das atividades de gestão da fauna silvestre e exótica, aí abrangidas as ações necessárias para preservação e conservação dos recursos faunísticos, compreendendo, entre outras atribuições, a concessão de autorizações, licenças, registros e renovações anuais de cadastros.

Na fauna silvestre, não é proposta a substituição das normas federais, até porque a competência dos Estados, em termos de legislação concorrente, se faz, via de regra, no sentido da suplementação das normas gerais editadas pela União em relação ao tema.

O texto do substitutivo apresentado a seguir busca sistematizar, complementar, atualizar e, principalmente, aproximar seus dispositivos da realidade e da necessidade da gestão operacional desses animais recentemente assumida pelo Estado. Como exemplo, citamos a regra que determina ao criador autorizado de animais silvestres a obrigação de manutenção de reserva de dez por cento da capacidade de seu plantel para fins de acolhimento de animais com impossibilidade de reintrodução em seu *habitat* natural, custeado integralmente pelo empreendedor. Outra inovação, sugerida pela Semad, é a instituição de compensação faunística a ser aplicada às atividades modificadoras do meio ambiente e às supressões de vegetação nativa. Ressalta-se que essa compensação não tem cunho estritamente pecuniário. Nesse caso, o empreendedor poderá optar por adotar medidas ou ações que visem à gestão, à proteção e conservação da fauna silvestre nativa ou à recuperação de áreas degradadas, onde haja relevante interesse de conservação e preservação de animais silvestres.

Por fim, o substitutivo que ora apresentamos aborda a polêmica temática do uso de animais no ensino e na pesquisa. Nesse ponto especificamente, avaliamos como de fundamental importância adotar como premissa de qualquer atuação educacional e científica com esses seres que o exercício dessas atividades esteja pautada pela busca da progressiva redução do uso de animais em experimentos e, ainda, que o Estado incentive a adoção de métodos substitutivos que dispensem o uso de animais de forma a contribuir para essa redução. Como forma de contribuir para esse objetivo, sugerimos a criação do selo *Minas sem Maus-tratos: produto não testado em animais*, tal qual preconiza o Projeto de Lei nº 4.979/2014, de autoria do deputado Fred Costa.

Outro ponto que consideramos fundamental é a proibição de utilização de animais vivos recolhidos por órgãos de controle animal e de zoonoses, bem como canis públicos e privados, para fins de atividades de ensino e de pesquisa científica.

Ainda com relação ao uso de animais no ensino e na pesquisa, e tomando por base as contribuições recebidas durante as audiências públicas, acreditamos ser uma importante contribuição do Poder Legislativo na busca do bem-estar dos animais a proibição do uso de



animais em atividades de ensino e de pesquisa científica e em atividades laboratoriais voltadas para o desenvolvimento, experimento e teste de ingredientes e produtos cosméticos, de produtos de higiene pessoal e de perfumes.

Por fim, o substitutivo proposto trata das situações causadoras dos atos de crueldade, abuso e maus-tratos e das infrações e das penalidades..

Cabe, aqui, agradecermos às instituições que atenderam ao chamado da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e compareceram a esta Casa para dar a sua contribuição. São elas: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad -, Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais - SES -, Instituto Estadual de Florestas - IEF -, Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais - OGE -, Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG -, Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais - CBMMG -, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - Ibama -, Polícia Federal, Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG -, Grupo Especial de Defesa da Fauna - Gedef -, Polícia Civil do Estado de Minas Gerais -, Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte, Ministério Público da Bahia, Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais - OAB-MG -, Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV-MG -, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas -, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG -, Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal - Concea -, Centro Brasileiro de Validação de Métodos Alternativos - Bracvam -, Fundação Ezequiel Dias - Funed -, Conselho Regional de Biologia da 4ª Região, Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Prefeitura Municipal de Itabirito, Associação Mineira de Municípios - AMM -, Movimento Mineiro pelos Direitos Animais, Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais de Minas Gerais - Anclivepa-MG -, Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado de Minas Gerais - Sated Minas -, Federação de Rodeios de Minas Gerais, Associação dos Carroceiros da Região Norte, Pampulha e Venda Nova, Associação Mineira de Defesa do Ambiente - Amda - e ONG Asas e Amigos da Serra.

Registramos, ainda, o agradecimento a todos que, de alguma forma, participaram das audiências, em especial às pessoas que, mesmo não ligadas a qualquer das instituições citadas anteriormente, vieram até esta Casa para nos ajudar a construir um Estado mais justo e mais responsável para com os animais.

Acreditamos, por fim, que este parecer não conclui, mas antes, abre o debate em torno das políticas públicas de proteção aos animais no Estado de Minas Gerais. O trabalho da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável desta Casa é abrigar o permanente debate acerca dessas questões, não se abdicando de promover os ajustes que se fizerem necessários no retorno do projeto à sua análise em 2º turno ou em qualquer outra oportunidade na qual venha a analisar a matéria.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.197/2011, em 1º turno, na forma do Substitutivo nº 2, a seguir apresentado, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

SUBSTITUTIVO Nº 2

Institui a Política Estadual de Proteção aos Animais - Pepa.

CAPÍTULO I

DIPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica instituída a Política Estadual de Proteção aos Animais - Pepa -, que será exercida em articulação com os órgãos e entidades competentes da União e dos municípios.

Parágrafo único - O disposto nesta lei não se aplica aos animais da fauna aquática, cuja política está disciplinada em legislação específica.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I - fauna silvestre os animais de quaisquer espécies, nativas ou exóticas, em qualquer fase do seu desenvolvimento, que vivem naturalmente fora do cativeiro;

II - fauna silvestre nativa as espécies, salvo as aquáticas, de ocorrência natural no território estadual;

III - fauna silvestre exótica as espécies, salvo as aquáticas, cuja ocorrência em território estadual não seja natural, inclusive as asselvajadas;

IV - fauna doméstica as espécies que, por meio de processos tradicionais e sistematizados de manejo ou melhoramento zootécnico, tornaram-se dependentes do homem, apresentando características biológicas e comportamentais em estreita relação com ele;

V - parte ou produto da fauna silvestre o pedaço ou a fração de um elemento de origem animal que não tenha sido beneficiado a ponto de alterar sua característica, forma ou propriedade primária;

VI - subproduto da fauna silvestre o pedaço ou a fração de um elemento de origem animal que tenha sido beneficiado a ponto de alterar sua característica, forma ou propriedades primárias.

Art. 3º - A Pepa se orientará pelos seguintes princípios:

I - da preservação, conservação e proteção da biodiversidade;

II - da precaução, visando assegurar o bem-estar dos animais, a manutenção de ecossistemas e o ciclo natural das espécies da fauna silvestre;

III - da prevenção em relação à introdução, no Estado, de espécies da fauna silvestre exótica ou de animais geneticamente modificados;



IV - do cumprimento da função ambiental e social dos animais, compatibilizando o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento sustentável;

V - da manutenção da integridade das espécies endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção e da fauna migratória.

Art. 4º - São objetivos da Pepa:

I - garantir e estimular a guarda responsável dos animais domésticos;

II - estimular a execução de políticas de controle populacional de espécies das faunas doméstica e silvestre;

III - contribuir para a execução de políticas públicas de controle de zoonoses;

IV - garantir a proteção e a perpetuação das espécies da fauna silvestre nativa;

V - disciplinar atividades que envolvam a criação e manutenção de espécies da fauna silvestre em cativeiro;

VI - disciplinar a criação e o manejo de animais que impliquem riscos à saúde e à segurança;

VII - estimular e promover a preservação, conservação e manutenção dos *habitats* naturais;

VIII - estimular e promover a recuperação de áreas degradadas, visando à preservação e à conservação da fauna silvestre nativa;

IX - regular as atividades de ensino e de pesquisa científica que utilizem animais;

X - estimular programas de educação ambiental e de ecoturismo.

CAPÍTULO II

DAS FAUNAS DOMÉSTICA E SILVESTRE

Art. 5º - É vedado, quanto às faunas doméstica e silvestre:

I - introduzir no Estado espécimes que possam causar danos à saúde humana, à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora e aos ecossistemas;

II - promover o cruzamento entre espécies da fauna doméstica e da silvestre e entre espécies da fauna silvestre nativa e da silvestre exótica;

III - praticar atos de crueldade, abuso ou maus-tratos;

IV - impingir tratamento doloroso ao animal ou mutilá-lo, quando existir recurso alternativo;

V - criar e manejar animais para a participação em lutas, brigas ou rinhãs, fomentar a realização dessas atividades, participar delas e estruturar locais para sua realização.

Seção I

Da Fauna Doméstica

Art. 6º - O plano de manejo disporá acerca da introdução, criação, manutenção e do manejo de espécies da fauna doméstica dentro dos limites das Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Art. 7º - Fica permitido o transporte de espécies da fauna doméstica no serviço de transporte rodoviário intermunicipal coletivo de passageiros, salvo o daquelas que, por sua espécie, seu tamanho, sua ferocidade e sua saúde, comprometa o conforto e a segurança do veículo, de seus ocupantes e de terceiros.

Subseção I

Da Identificação e do Controle Populacional de Cães e Gatos

Art. 8º - Aos municípios, com o apoio do Estado, compete proceder à identificação de cães e gatos por meio de dispositivo eletrônico subcutâneo capaz de identificá-los e relacioná-los ao seu responsável por meio de um código individual.

§ 1º - Compete ao Estado estabelecer sistema de banco de dados padronizado que permita a identificação do responsável pelo animal.

§ 2º - A identificação a que se refere o *caput* é atribuição do responsável pelo animal, nos termos definidos em regulamento.

§ 3º - Os criadores de cães e gatos com finalidade comercial, bem como pessoas físicas ou jurídicas que comercializam esses animais, providenciarão a identificação do animal antes da venda.

Art. 9º - No caso de o cão ou o gato ser recolhido pelo órgão municipal competente e encaminhado para canil público ou estabelecimento oficial congênere, o responsável pelo animal será contatado, caso seja possível identificá-lo, e terá dez dias úteis para resgatá-lo, observado o disposto no art. 10.

§ 1º - O animal recolhido nos termos do *caput* e não resgatado pelo seu responsável, desde que em boa condição de saúde, será esterilizado, disponibilizado para adoção e, depois de adotado, devidamente identificado.

§ 2º - O animal que tenha, comprovadamente, sofrido atos de crueldade, abuso ou maus-tratos e que tenha sido recolhido nos termos do *caput* não será devolvido ao seu responsável, devendo ser esterilizado e disponibilizado para adoção.

§ 3º - Fica permitida no Estado a adoção especial de cães da raça *pit bull*, desde que adestrados para o convívio social e previamente esterilizados.

Art. 10 - O cão ou gato comunitário recolhido nos termos do art. 9º será esterilizado e devolvido à comunidade de origem pelo órgão competente.

Parágrafo único - Entende-se por cão ou gato comunitário aquele que, apesar de não ter proprietário definido e único, estabelece com a comunidade onde vive vínculos de dependência e manutenção.

Art. 11 - Cabe ao município manter programa de controle populacional de cães e gatos, por meio de esterilização, bem como realizar campanhas educativas para a conscientização pública acerca da relevância do controle populacional de cães e gatos e da guarda responsável desses animais.

§ 1º - Para a consecução dos objetivos previstos no *caput* deste artigo, são admitidos associação ou convênio entre município, Estado e entidades organizadas da sociedade civil e instituições de ensino.



§ 2º - A esterilização de cães e gatos deverá ser autorizada pelo responsável pelo animal.

§ 3º - Não sendo possível identificar ou não havendo responsável pelo animal, a autorização para esterilização será expedida pela autoridade municipal responsável pelo controle populacional de cães e gatos, observado o disposto no art. 10.

Art. 12 - No procedimento de esterilização de cães e gatos, serão utilizados meios e técnicas que causem o menor sofrimento aos animais, de maneira ética, com insensibilização, de modo que não exponha o animal a estresse e a atos de crueldade, abuso ou maus-tratos, nos termos das normas e resoluções dos Conselhos Federal e Estadual de Medicina Veterinária.

§ 1º - Serão ministrados pelo órgão competente os cuidados posteriores à esterilização até que o animal esteja em condição de ser entregue ao responsável, devolvido à comunidade ou adotado.

§ 2º - Quando da realização da esterilização, compete ao profissional responsável pela esterilização incluir tal informação no cadastro eletrônico do animal, conforme definido em regulamento.

Art. 13 - Fica vedado, no âmbito do Estado, o sacrifício de cães e gatos para fins de controle de população.

Subseção II

Dos Animais na Prestação de Serviços

Art. 14 - O Estado incentivará a substituição de veículos de tração animal destinados ao transporte de carga e de instrumentos agrícolas e industriais por veículos de tração ou propulsão humana, mecânica ou elétrica.

Art. 15 - Somente é permitida a tração animal de veículo ou instrumentos agrícolas e industriais por bovinos, bubalinos e equídeos.

Parágrafo único - No caso dos equídeos a que se refere o *caput*, somente é permitido o uso de equinos, muares e asininos.

Art. 16 - Compete ao órgão responsável pelo licenciamento dos veículos de tração animal fazer constar, na licença e no veículo, a tara e a carga útil do veículo e fixar a carga máxima a ser suportada por animal, considerando o peso e a espécie do veículo, o estado das vias públicas e a topografia do município.

Art. 17 - É vedado, em relação aos animais utilizados em veículo de tração destinado ao transporte de carga e de instrumentos agrícolas e industriais:

I - atrelar animais de diferentes espécies no mesmo veículo;

II - utilizar animal cego, fraco, ferido, enfermo, extenuado ou desferrado;

III - castigar o animal;

IV - fazer o animal trabalhar por mais de oito horas, incluindo o deslocamento para o trabalho;

V - fazer o animal trabalhar por mais de quatro horas sem respeitar intervalos para descanso, alimentação e dessedentação;

VI - fazer o animal andar por mais de 10km (dez quilômetros) sem lhe dar descanso;

VII - utilizar animal que esteja em período de gestação ou em fase de aleitamento;

VIII - prender animal atrás do veículo ou atá-lo à cauda de outro animal;

IX - atrelar animais sem acessórios indispensáveis à garantia de seu bem-estar.

Parágrafo único - No momento de descanso, o animal de prestação de serviço será desatrelado do veículo e mantido em local plano e protegido das intempéries da natureza.

Art. 18 - Os caninos e equinos de propriedade do Estado considerados inservíveis pela administração pública poderão ser disponibilizados para adoção, observada a legislação pertinente.

Art. 19 - O serviço de cães de vigilância e guarda será prestado por empresa devidamente registrada nos órgãos competentes, a qual utilizará cães identificados e devidamente vacinados e vermifugados.

§ 1º - O transporte dos cães de vigilância e guarda é de responsabilidade da empresa a que se refere o *caput* e será realizado em veículo que garanta a segurança, o bem-estar e a integridade física do animal.

§ 2º - O local destinado a abrigo de cães pela empresa a que se refere o *caput* terá células individualizadas, com no mínimo 4m² (quatro metros quadrados) e com teto, solário e bebedouro.

§ 3º - A limpeza das células a que se refere o § 2º será realizada diariamente com bactericidas e sem a presença do animal.

Seção II

Da Fauna Silvestre

Art. 20 - É vedado, quanto à fauna silvestre:

I - caçar, ressalvado o abate do animal para saciar a fome do agente ou de sua família, em estado de necessidade;

II - matar, perseguir, apanhar, capturar ou coletar espécimes da fauna silvestre sem autorização, permissão ou licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a obtida;

III - ferir ou mutilar espécimes da fauna silvestre;

IV - manter em cativeiro, guarda ou depósito, criar, possuir, expor, comercializar, doar, adquirir ou receber, utilizar para quaisquer fins ou transportar espécimes da fauna silvestre ou provenientes de criadouros sem autorização, permissão ou licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a obtida;

V - apanhar, coletar, capturar, guardar, transportar, utilizar, expor, beneficiar, industrializar, comercializar, exportar, importar, doar, receber ou adquirir produtos ou subprodutos de espécimes da fauna sem autorização, permissão ou licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a obtida;

VI - manter animais controlados sem anilhas ou sistemas de marcação, com estes adulterados ou utilizados indevidamente sem autorização, permissão ou licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a obtida;

VII - comercializar, expor à venda, fabricar, ceder, portar, guardar e utilizar produtos e objetos que, definidos como de uso proibido pelo poder público, possam ser utilizados para a caça, perseguição, captura, coleta, destruição ou apanha de animais;

VIII - abater animais silvestres, quando considerados nocivos à agricultura ou à saúde pública, desde que assim caracterizados pelo órgão competente, sem autorização, permissão ou licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a obtida;



IX - introduzir ou soltar espécimes de animais da fauna silvestre, sem ou em desacordo com autorização, permissão ou licença do órgão ambiental competente, concedida em face de prévio parecer técnico oficial;

X - reproduzir e comercializar animais híbridos silvestres;

XI - levar espécies da fauna silvestre para local onde, dentro do Estado, elas sejam consideradas exóticas.

Art. 21 - Ficam obrigadas à obtenção de autorização ou licença e à efetivação de registro e cadastro, bem como à renovação anual do cadastro, as pessoas físicas ou jurídicas cujas atividades ou empreendimentos envolvam o uso de espécimes da fauna silvestre nativa e exótica.

§ 1º - O órgão ambiental competente disponibilizará e manterá sistema informatizado de acesso ao registro e ao cadastro de que trata o *caput* por meio da internet.

§ 2º - O registro, a renovação anual do cadastro e a autorização ou licença de que trata este artigo estão sujeitos a cobrança nos termos definidos em regulamento.

§ 3º - O manejo da fauna silvestre pelas pessoas físicas ou jurídicas de que trata o *caput* deverá cumprir sua função socioambiental por meio da reserva de 10% (dez por cento) da capacidade de seu plantel para manutenção e guarda, às suas expensas, dos animais silvestres nativos e exóticos que não puderem ser reintroduzidos em seu *habitat* natural, ressalvados os abatedouros, os frigoríficos e os criadores amadoristas de passeriformes.

Subseção I

Da Fauna Silvestre Nativa

Art. 22 - É vedado, quanto à fauna silvestre nativa:

I - transportar, dentro do território do Estado, animais ou suas partes, produtos e subprodutos, sem autorização, permissão ou licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a obtida;

II - utilizar armadilhas que maltratem o animal e as constituídas de armas de fogo, bem como visgo, atiradeira, funda, bodoque, veneno, substância tóxica, fogo e artefatos que utilizem substâncias explosivas.

Art. 23 - Ficam condicionados à obtenção de licença ou autorização pelo órgão ambiental competente as atividades e os empreendimentos que causem dano ou risco de dano, direto ou indireto, à fauna silvestre nativa.

Subseção II

Da Fauna Silvestre Exótica

Art. 24 - É vedado, quanto à fauna silvestre exótica:

I - criar, manter ou manejar espécies em cativeiro sem autorização, permissão ou licença do órgão ambiental competente;

II - reproduzir espécies da fauna silvestre exótica, salvo para criadouros amadores de passeriformes e criadouros comerciais, conforme regulamento;

III - criar, manter e manejar espécies da fauna silvestre exótica em Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Art. 25 - A espécie da fauna silvestre exótica declarada como invasora pelo órgão ambiental competente ficará sujeita ao controle estabelecido em norma específica.

CAPÍTULO III

DOS ANIMAIS EM ATIVIDADES DE PRODUÇÃO, DIVERSÃO, CULTURA E ENTRETENIMENTO

Seção I

Dos Animais nas Atividades de Produção

Art. 26 - A criação de animais para atividade agropecuária obedecerá a normas, métodos e padrões técnicos estabelecidos pelo poder público, na forma estabelecida na regulamentação desta lei.

§ 1º - Para os fins do disposto no *caput*, fica proibida a manutenção de animais em local desprovido de asseio ou que lhes impeça a movimentação ou o descanso ou os prive de ar e luminosidade, nos termos de regulamento.

§ 2º - A regulamentação desta lei definirá prazo para adequação dos produtores ao disposto no *caput*.

Art. 27 - O abate de animais para consumo humano obedecerá ao disposto no Decreto Federal nº 30.691, de 29 de março de 1952, nas demais disposições federais e nas normas complementares estabelecidas na regulamentação desta lei.

Art. 28 - Os matadouros, os matadouros-frigoríficos e os abatedouros utilizar-se-ão de métodos científicos de insensibilização, aplicados, antes da sangria, por instrumentos de percussão mecânica, por processamento químico ou por outra forma que evite a crueldade, a dor ou a agonia, a qualquer espécie de animal destinada ao consumo.

§ 1º - É vedado o uso de marreta e de picada de bulbo.

§ 2º - Durante o trajeto entre o desembarque e o local destinado à insensibilização, é vedada a prática de atos de crueldade, abuso ou maus-tratos.

Seção II

Dos Animais nas Atividades de Diversão, Cultura e Entretenimento

Art. 29 - Ficam proibidas, no território do Estado, a apresentação e a utilização de animais domésticos silvestres, nativos ou exóticos, em espetáculos circenses.

Parágrafo único - A destinação e a guarda dos animais a que se refere o *caput* deste artigo serão definidas em regulamento.

Art. 30 - A realização de rodeio, vaquejada, prova de laço, timpene e eventos similares regular-se-á pela Lei Federal nº 10.519, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 13.605, de 28 de junho de 2000, e pelo disposto nesta lei.

Art. 31 - O Poder Executivo definirá parâmetros mínimos a serem observados para a realização dos eventos a que se refere o art. 30, a fim de evitar a utilização de instrumentos que resultem em dor ou sofrimento para os animais.

CAPÍTULO IV**DO USO DE ANIMAIS EM ATIVIDADES DE ENSINO E DE PESQUISA CIENTÍFICA**

Art. 32 - O uso de animais em atividades de ensino e de pesquisa científica obedecerá à Lei Federal nº 11.794, de 8 de outubro de 2008, e às normas estabelecidas nesta lei.

Parágrafo único - São consideradas atividades de pesquisa científica as relacionadas com ciência básica, ciência aplicada, desenvolvimento tecnológico e produção e controle da qualidade de drogas, medicamentos, alimentos, produtos imunobiológicos e instrumentos testados em animais.

Art. 33 - O exercício das atividades de ensino e de pesquisa científica pautar-se-á pela busca da redução do uso de animais em experimentos.

Art. 34 - É vedado o uso de animais em atividades de ensino e de pesquisa científica quando existir método alternativo.

Art. 35 - O Estado incentivará, por meio de tratamento fiscal diferenciado ou concessão de financiamento a linhas de pesquisa, o desenvolvimento e a validação de métodos alternativos ao uso de animais em atividades de ensino e de pesquisa científica.

Art. 36 - Fica proibida a utilização de animais vivos em atividades educacionais desenvolvidas em estabelecimentos de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio das áreas de conhecimento de ciências da saúde, agrárias e biológicas, ressalvadas as seguintes atividades:

I - estudos observacionais em campo;

II - estudos para fins de diagnóstico e terapia de pacientes reais;

III - aulas de semiologia;

IV - uso de material biológico obtido de maneira não invasiva ou oriundo de procedimentos necessários e que não tenham como objetivo a morte do animal.

§ 1º - Será estabelecido em regulamento prazo para que as instituições de ensino a que se refere o *caput* se adaptem ao disposto neste artigo.

§ 2º - Para os fins do disposto no *caput* deste artigo, entende-se por:

I - estudo observacional em campo aquele realizado sem ocorrência de manipulação do animal nem intervenção em sua biologia;

II - diagnose a anamnese, os exames clínicos e os exames subsidiários que auxiliam no diagnóstico do animal;

III - terapia as ações clínicas e cirúrgicas que tenham por objetivo a cura ou a melhora da qualidade de vida do animal;

IV - semiologia o estudo e a interpretação de sinais que auxiliam no diagnóstico clínico;

V - paciente real o animal padecendo naturalmente de doença não propositalmente induzida ou adquirida de forma acidental e que necessite de intervenção de profissional habilitado para recuperação de sua saúde.

Art. 37 - No exercício das atividades de ensino e de pesquisa científica, garantir-se-á o bem-estar do animal, sendo vedados os seguintes procedimentos:

I - a realização de experimentação em animais na qual o sacrifício a que eles sejam submetidos for injustificável diante do benefício pretendido com o experimento;

II - a realização de experimentação em animais que possa causar dor ou angústia sem o uso de anestesia;

III - o uso de bloqueadores neuromusculares ou relaxantes musculares em substituição a substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas;

IV - a reutilização de animal, depois de alcançado o objetivo principal do projeto, em outro experimento ou a realização de experimentação prolongada com o mesmo animal;

V - a utilização de espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção;

VI - a utilização de fêmeas em estado de gestação quando o objeto do experimento não estiver vinculado a essa condição.

Art. 38 - Fica proibida a utilização de animais vivos recolhidos pelos órgãos de controle animal ou de controle de zoonoses ou por canis públicos ou privados, terceirizados ou não, para fins de atividades de ensino e de pesquisa científica.

Art. 39 - Fica proibida a utilização de animais em atividades de ensino e de pesquisa científica e em testes laboratoriais voltados para o desenvolvimento, experimento e teste de ingredientes e produtos cosméticos, de produtos de higiene pessoal e de perfumes.

Parágrafo único - Para os fins do disposto no *caput*, consideram-se produtos cosméticos ou de higiene pessoal e perfumes as preparações constituídas por substâncias naturais ou sintéticas para uso externo no corpo humano com o objetivo precípua de limpá-lo, perfumá-lo, alterar sua aparência ou odor, protegê-lo ou mantê-lo em bom estado.

Art. 40 - É proibida a vivissecção:

I - em experimentos sem autorização do órgão competente;

II - quando os resultados puderem ser obtidos por métodos substitutivos;

III - sem o emprego de anestesia;

IV - em biotérios e centros de pesquisas sem registro nos órgãos competentes e em experiências e demonstrações sem autorização dos órgãos competentes;

V - em estabelecimentos de ensino fundamental e médio;

VI - sem a supervisão de profissional devidamente habilitado;

VII - em animais que não tenham permanecido por mais de quinze dias em biotérios registrados.

§ 1º - Considera-se vivissecção o ato de dissecar um animal vivo, com o propósito de realizar estudos de natureza anátomo-fisiológica com motivação didático-científica.



§ 2º - As instituições e os locais autorizados para a prática de vivissecção ficam obrigados a manter registros de todas as práticas realizadas, além das anotações e registros em prontuários individuais de cada animal destinado a demonstração ou experimentação, assinados por profissional habilitado.

Art. 41 - Fica instituído o selo Minas sem Maus-Tratos: Produto não Testado em Animais a ser conferido a empresas e instituições estaduais ou situadas no Estado que se destacarem pela não utilização de animais em experimentos científicos.

Parágrafo único - Os critérios relativos à concessão prevista no *caput* serão estabelecidos em regulamento.

Art. 42 - Fica acrescentado ao art. 3º da Lei Delegada nº 166, 25 de janeiro de 2007, o seguinte inciso XVI:

“Art. 3º - (...)

XVI - propor medidas para incentivar a introdução de métodos substitutivos à utilização de animais em atividades de ensino e de pesquisa científica.”

CAPÍTULO V

DOS ATOS DE CRUELDADE, ABUSO E MAUS-TRATOS

Art. 43 - Consideram-se atos de crueldade, abuso e maus-tratos ação ou omissão que acarretem dano ao animal, que coloquem em risco sua vida, sua saúde e seu bem-estar e que provoquem sofrimento físico ou a sua morte, entre os quais:

I - ferir ou mutilar voluntariamente qualquer órgão ou tecido do animal;

II -- abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de prover-lhe de cuidado médico-veterinário necessário;

III - não realizar prática de insensibilização a animal cujo abate seja necessário para consumo, bem como não lhe dar morte rápida e livre de sofrimento prolongado;

IV - praticar eutanásia em animal sem a prescrição, a supervisão e a execução por profissional habilitado;

V - manter animais em lugares comprovadamente anti-higiênicos e insalubres ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou o descanso, ou que os privem de ar ou luz;

VI - transportar animais em aglomeração sem observar as proporções e apartações adequadas à espécie, resultando em pisoteio, sobreposição ou exposição de membros e lesão ou trauma aos indivíduos, em desacordo com norma específica expedida pelo órgão competente;

VII - conter ou manter animais em recintos fixos em número tal que não lhes seja possível mover-se espontaneamente, impedindo o acesso a água e alimento;

VIII - manter animal próximo de outro que o aterrorize ou moleste;

IX - abandonar, por culpa ou dolo, animal sob sua responsabilidade.

Parágrafo único - Excluem-se das ações ou omissões previstas neste artigo a esterilização e as intervenções cirúrgicas praticadas em benefício exclusivo do animal e as exigidas para defesa do homem, com a devida adoção de práticas de insensibilização.

CAPÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 44 - As infrações ao disposto nesta lei serão classificadas em leves, graves e gravíssimas e estarão sujeitas a penalidades.

§ 1º - Para imposição e gradação de penalidade ao infrator, pessoa física ou jurídica, a autoridade competente observará:

I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública, para os animais e para o meio ambiente;

II - os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação estadual de proteção ao meio ambiente e aos animais;

III - a situação econômica do infrator, no caso de multa;

IV - a efetividade das medidas adotadas pelo infrator para a correção dos danos causados aos animais e ao meio ambiente;

V - a colaboração do infrator com o poder público na solução dos problemas advindos de sua conduta.

§ 2º - O regulamento desta lei detalhará:

I - o procedimento de fiscalização;

II - o procedimento administrativo, as hipóteses e os critérios para aplicação de penalidades;

III - a tipificação e a classificação das infrações ao disposto nesta lei;

IV - a destinação dos bens e animais apreendidos;

V - a competência e o procedimento para elaboração de normas técnicas complementares.

§ 3º - A aplicação dos métodos e técnicas citados nos arts. 20 e 22 desta lei, quando forem utilizados à noite, em domingos e feriados, no interior de veículos ou embarcações de qualquer espécie e em unidades de conservação, exceto em casos autorizados pelo órgão ambiental competente, será considerada agravante, quando da definição dos critérios para aplicação de penalidades, entre outros definidos em regulamento.

Art. 45 - Em caso de infração ao disposto nesta lei, não sendo verificado dano aos animais e ao meio ambiente, será cabível notificação para regularização da situação, desde que o infrator seja:

I - entidade sem fins lucrativos;

II - microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - microempreendedor individual;



IV - agricultor familiar;

V - proprietário ou possuidor de imóvel rural de até quatro módulos fiscais;

VI - pessoa física de baixo poder aquisitivo e baixo grau de instrução.

Parágrafo único - O não atendimento à notificação sujeita o infrator a autuação, nos termos de regulamento.

Art. 46 - As ações e omissões contrárias às disposições desta lei sujeitam o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo, no que couber, da reparação do dano aos animais e ao meio ambiente:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão de produtos e subprodutos da fauna silvestre nativa e exótica, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto e subproduto;

VI - suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade;

VIII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total das atividades;

X - penas restritivas de direitos, sendo:

a) suspensão de registro, cadastro, permissão, licença ou autorização;

b) cancelamento de registro, cadastro, permissão, licença ou autorização;

c) suspensão de entrega ou utilização de documentos de controle ou registro expedidos pelo órgão competente;

d) perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

e) perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

f) proibição de contratar com a administração pública, pelo período de até três anos.

§ 1º - A advertência será aplicada quando forem praticadas infrações classificadas como leves.

§ 2º - A multa simples será aplicada sempre que o infrator:

I - reincidir em infração classificada como leve;

II - praticar infração grave ou gravíssima;

III - obstar ou dificultar ação fiscalizadora.

§ 3º - A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo e será computada até que o infrator demonstre a regularização da situação à autoridade competente.

§ 4º - As multas simples e diária serão calculadas por unidade, quilo, volume ou outra medida pertinente, de acordo com a natureza da infração cometida, na forma de regulamento.

§ 5º - O valor das multas simples e diária será fixado em regulamento, sendo de, no mínimo, R\$50,00 (cinquenta reais) e, no máximo, R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e corrigido anualmente, com base na variação da Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais - Ufemg.

§ 6º - Até 50% (cinquenta por cento) do valor da multa simples poderão ser convertidos, mediante assinatura de termo de compromisso com o órgão competente, em medidas de controle que poderão incluir ação de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, bem como ação de proteção aos animais, a serem realizadas no território do Estado, sem prejuízo da reparação dos danos ao meio ambiente e aos animais diretamente causados pela atividade.

§ 7º - Comprovada a apresentação de documento de recolhimento de multa com falsa autenticação, a multa devida terá seu valor duplicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

§ 8º - Em caso de reincidência em infração punida com multa, a pena será aplicada em dobro e, a partir da segunda reincidência na mesma infração, a critério da autoridade competente, poderá ser aplicada a pena de suspensão parcial ou total das atividades.

§ 9º - Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as penalidades a elas cominadas.

§ 10 - Ao infrator que estiver exercendo atividade em desconformidade com o disposto nesta lei, além das demais penalidades cabíveis, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão de atividades, a qual prevalecerá até que o infrator obtenha o registro, cadastro, autorização, permissão ou licença devida ou, ainda, firme termo de ajustamento de conduta com o órgão competente, com as condições e os prazos para funcionamento da atividade ou empreendimento, até sua regularização perante esse órgão.

§ 11 - Os débitos resultantes de multas aplicadas em decorrência desta lei poderão ser parcelados, corrigidos monetariamente, com vencimento antecipado das parcelas vincendas em caso de inadimplência, nos termos de regulamento.

Art. 47 - O embargo de obra ou atividade restringe-se aos locais onde efetivamente se caracterizou a infração, não alcançando obra ou atividade realizada em local diverso daquele em que se deu a infração.

Art. 48 - Verificada a infração, os instrumentos, equipamentos e veículos utilizados pelo infrator e os produtos e subprodutos da infração serão apreendidos pela autoridade competente e lavrados os respectivos autos.

§ 1º - Os instrumentos, equipamentos e veículos, bem como os produtos e subprodutos da fauna silvestre nativa e exótica apreendidos na forma do *caput* serão avaliados e, a critério da autoridade competente, alienados em hasta pública, destruídos, inutilizados ou doados aos órgãos e entidades públicas ambientais, científicos, culturais, educacionais, hospitalares, penais, policiais e outras entidades com fins beneficentes.

§ 2º - Somente poderá participar da hasta pública prevista no §1º a pessoa física ou jurídica que comprovar não ter praticado infração ao meio ambiente e aos animais nos três anos anteriores à hasta pública e que estiver regularmente licenciada para as atividades que desempenhe.



Art. 49 - As penalidades previstas no art. 45 incidem sobre os autores, sejam eles diretos, representantes legais ou contratuais, ou sobre quem concorra para a prática da infração ou para obter vantagem dela.

Parágrafo único - Se a infração for praticada com a participação direta ou indireta de técnico responsável, será motivo de representação para abertura de processo disciplinar pelo órgão de classe, sem prejuízo de outras penalidades.

Art. 50 - A fiscalização do cumprimento do disposto nesta lei, no seu regulamento e nas demais normas pertinentes será exercida pelos órgãos competentes, aos quais incumbe:

I - efetuar vistorias e elaborar o respectivo relatório;

II - verificar a ocorrência de infração à legislação pertinente;

III - lavrar notificações e autos de fiscalização e de infração, aplicando as penalidades cabíveis.

§ 1º - Poderão ser delegadas à Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG -, mediante convênio a ser firmado com o órgão competente, as competências previstas neste artigo.

§ 2º - Os servidores dos órgãos competentes e da PMMG, no exercício das atividades de fiscalização do cumprimento desta lei, lavrarão notificações, autos de fiscalização, infração e demais documentos pertinentes, em formulário próprio, e encaminharão os respectivos processos ao órgão ou entidade responsável pela autuação.

Art. 51 - O infrator autuado tem o prazo de vinte dias contados da notificação da autuação para apresentar defesa dirigida ao órgão responsável pela autuação, facultada a juntada dos documentos que julgar convenientes.

Parágrafo único - Da decisão do processo administrativo, caberá recurso, no prazo de trinta dias, independentemente de depósito ou caução, nos termos de regulamento.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 52 - Para a consecução dos objetivos desta lei, é facultado ao Poder Executivo firmar convênio ou instrumento congênere com órgãos ou entidades da União, dos estados, dos municípios e das organizações não governamentais.

Art. 53 - Compete à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - e as suas entidades vinculadas, à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Seapa -, à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Minas Gerais - Sectes - e à Secretaria de Estado de Saúde - SES -, no âmbito de suas respectivas áreas de competência, a implementação e fiscalização do disposto nesta lei.

Art. 54 - As atividades modificadoras do meio ambiente e as supressões de vegetação nativa ficam condicionadas à adoção, pelo empreendedor, de medida compensatória faunística que inclua atividades inerentes à gestão, à proteção e à conservação da fauna silvestre nativa e à recuperação de áreas degradadas onde haja relevante interesse de conservação e preservação da fauna silvestre, independentemente das demais compensações previstas em lei, na forma de regulamento.

Art. 55 - Os valores decorrentes da aplicação de penalidades administrativas de multa simples e multas diárias, bem como aqueles cobrados para registro, renovação anual do cadastro, autorização, permissão e licença, previstos nesta lei serão arrecadados por meio de guias próprias, em conta específica a ser movimentada pelo órgão competente.

Parágrafo único - Os valores a que se refere o *caput* serão destinados a atividades de educação ambiental, custeio de projetos e pesquisas científicas e a atividades inerentes à gestão, à proteção e à conservação da fauna.

Art. 56 - O Estado poderá, nos termos do § 2º do art. 203 da Constituição Estadual, subsidiar atendimentos médico-veterinários clínico e cirúrgico a espécies das faunas silvestre e doméstica por meio de atividades de extensão de instituições de ensino superior públicas e privadas.

Art. 57 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2014.

Célio Moreira, presidente e relator - Dalmo Ribeiro Silva - Liza Prado.



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com a empresa Trilhas Inclusivas pelo brilhante trabalho que vem realizando (Requerimento nº 7.724/2014, da deputada Liza Prado);

de congratulações com a empresa Minerita pela conquista do Prêmio Bom Exemplo 2014 na categoria Meio Ambiente (Requerimento nº 7.817/2014, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com os policiais militares que menciona, do Batalhão Rotam da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/5/2014, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de um homem e em apreensão de droga (Requerimento nº 7.977/2014, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 125ª Cia. do 22º Batalhão de Polícia Militar, pela prisão de um homem e apreensão de um adolescente que assaltaram uma drogaria em Belo Horizonte, em 13/5/2014 (Requerimento nº 7.980/2014, do deputado Sargento Rodrigues);



de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 36º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/5/2014, em Vespasiano, que resultou na prisão de um homem e na apreensão de um menor, bem como de droga (Requerimento nº 7.981/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 13º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/5/2014, em Belo Horizonte, que resultou na prisão de um homem e na apreensão de drogas e dinheiro (Requerimento nº 7.982/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 47º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/5/2014, em Muriaé, que resultou na prisão de uma mulher e na apreensão de armas e droga (Requerimento nº 7.983/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 21º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/5/2014, em Araponga, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de armas e munição (Requerimento nº 7.984/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 26º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 13/5/2014, em Santa Maria de Itabira, que resultou na prisão de 10 homens e na apreensão de uma adolescente, bem como de dinheiro, arma e munição (Requerimento nº 7.985/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o Sr. João Alves de Almeida por sua reeleição para o cargo de presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Região (Requerimento nº 7.986/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel);

de congratulações com a Pequena Obra da Divina Providência Congregação Orionita pelos 100 anos de sua atuação no País (Requerimento nº 7.989/2014, da deputada Liza Prado);

de congratulações com o Sr. Pedro Nogueira Barbosa pela realização do Projeto Natal Solidário, da Associação dos Moradores do Bairro das Indústrias (Requerimento nº 7.990/2014, da deputada Liza Prado);

de aplauso aos policiais militares, civis e federais que menciona, pela atuação na ocorrência, em 15/5/2014, em Pitangui, que resultou na prisão de três pessoas e na apreensão de droga (Requerimento nº 7.997/2014, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 15/5/2014, em Ipatinga, que resultou na apreensão de 4,5kg de maconha (Requerimento nº 7.998/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 15º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/5/2014, em Patos de Minas, que resultou na apreensão de droga e na prisão de três pessoas (Requerimento nº 7.999/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 58º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/5/2014, em Coronel Fabriciano, que resultou na apreensão de três menores e de armas, objetos de valor, droga, quantia em dinheiro e na prisão de sete pessoas (Requerimento nº 8.000/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 30º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/5/2014, em Brasília de Minas, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de quantia em dinheiro e de uma réplica de arma de fogo (Requerimento nº 8.001/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 13º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/5/2014, em Belo Horizonte, que resultou na recuperação de um veículo roubado e na prisão de três homens (Requerimento nº 8.002/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 14º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 14/5/2014, em Ipatinga, que resultou na prisão de um homem suspeito de estelionato e na apreensão de materiais utilizados para falsificação de documentos (Requerimento nº 8.003/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 21º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 16/5/2014, em Ouro Branco, que resultou na apreensão de grande quantidade de droga, quantia em dinheiro e na prisão de três pessoas (Requerimento nº 8.004/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 29º Batalhão de Polícia Militar e na 18ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 17/5/2014, em Poços de Caldas, que resultou na apreensão de droga e na prisão de dois homens (Requerimento nº 8.005/2014, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 43º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 18/5/2014, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de droga e munição e na prisão de um homem (Requerimento nº 8.006/2014, do deputado Cabo Júlio);

de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 21ª CIA PM/34º BPM, pela atuação, em 18/5/2014, em Belo Horizonte, que resultou na apreensão de um adolescente e de arma, munição, drogas e quantia em dinheiro (Requerimento nº 8.012/2014, do deputado Sargento Rodrigues).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 2/6/2014, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

**Gabinete do Deputado Adelmo Carneiro Leão**

exonerando, a partir de 9/6/2014, Abdalah Nacif Neto do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
exonerando, a partir de 9/6/2014, Gabriel de Fátima Santos do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;
exonerando, a partir de 9/6/2014, Janaelle Cristina Neri Almeida do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 4 horas;
exonerando, a partir de 9/6/2014, Leandro César Rodrigues de Castro do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;
exonerando, a partir de 9/6/2014, Luciana Duarte Menezes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
exonerando, a partir de 9/6/2014, Luciana Soares de Barros Alcantara do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 9/6/2014, Maria Lúcia de Azevedo do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
exonerando, a partir de 9/6/2014, Patrícia Carla de Melo do cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;
exonerando, a partir de 9/6/2014, Renato Alves Pereira do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
nomeando Abdalah Nacif Neto para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Gabriel de Fátima Santos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Janaelle Cristina Neri Almeida para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Leandro César Rodrigues de Castro para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Luciana Duarte Menezes para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;
nomeando Luciana Soares de Barros Alcantara para o cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 8 horas;
nomeando Marcelo José Nunes Dagostini para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;
nomeando Maria Lúcia de Azevedo para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão VL-46, 8 horas;
nomeando Patrícia Carla de Melo para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas.

Gabinete do Deputado Cabo Júlio

nomeando Maiára Alves Pereira Dias para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Hélio Gomes

exonerando, a partir de 9/6/2014, Edirlene Pereira Neto do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 9/6/2014, Marcelo José Nunes Dagostini do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Renato Alves Pereira para o cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da 3ª-Vice-Presidência.

Nos termos das Resoluções nº 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, e das Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando, a pedido, a partir de 9/6/2014, Manoel Marcos Guimarães do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

exonerando, a pedido, a partir de 9/6/2014, Miguel Angelo de Souza Lopes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando Geovani Paiva Ribeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo;

nomeando Tiago de Castro Vieira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, da Resolução nº 5.203, de 19/3/02 e 5.305, de 22/6/07, assinou os seguintes atos:

exonerando, a partir de 9/6/2014, Jackson Ferreira Caitano do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;

nomeando João Luiz Brandão Santana para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Liliane Cristina de Medeiros para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e do art. 7º da Resolução nº 5.198, de 21/5/01, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.767, de 11/5/89, assinou o seguinte ato:

nomeando Edirlene Pereira Neto para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Parlamentar, padrão VL-41, código AL-DAI-1-05, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

TERMO DE CONVÊNIO Nº 7/2014

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda conveniente: Câmara Municipal de Nova Era. Objeto: implantação do projeto Procon On Line. Vigência: 2 anos.



TERMO DE CONVÊNIO Nº 8/2014

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda convenente: Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais - Aslemg. Objeto: viabilizar a averbação de consignações na folha de pagamento dos servidores da Casa em ocorrências de interesse comum das partes. Vigência: 60 meses a contar da data da assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 28/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: NET Serviços de Comunicação S.A. Objeto: prestação de serviços de TV por assinatura, a cabo, internet banda larga e telefonia fixa, a serem oferecidos em pacote único. Objeto do aditamento: 1ª prorrogação com reajuste de preços. Vigência: de 3/5/2014 a 2/5/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.



ERRATAS

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/6/2014

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/6/2014, na pág. 3, sob o título “OFÍCIOS”, onde se lê:

“Do Sr. Tiago Nascimento e Lacerda”, leia-se:

“Do Sr. Tiago Nascimento de Lacerda”.

ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/6/2014

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 6/6/2014, na pág. 12, sob o título “Despacho de Requerimentos”, onde se lê:

“Sr. Murade Isaac Miguigy Muragy”, leia-se:

“Sr. Murade Isaac Miguigy Muragy”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe na edição de 6/6/2014, na pág. 56, sob o título “Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva”, onde se lê:

“Aline Rocha Scarponi”, leia-se:

“Aline Rocha Scarponi Pinto”.